

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

MARIANA HANSEN GARCIA

**JOVENS TRABALHADORES E O MOVIMENTO SINDICAL:
Percepções e Participação sindical**

Porto Alegre

2018

MARIANA HANSEN GARCIA

**JOVENS TRABALHADORES E O MOVIMENTO SINDICAL:
Percepções e Participação sindical**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marilis Lemos de Almeida

Porto Alegre

2018

Garcia, Mariana Hansen
JOVENS TRABALHADORES E O MOVIMENTO SINDICAL:
Percepções e Participação Sindical / Mariana Hansen
Garcia. -- 2018.
121 f.
Orientadora: Marilis Lemos de Almeida.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Juventude trabalhadora. 2. movimento sindical.
3. jovens sindicalistas. 4. sociologia do trabalho.
I. Almeida, Marilis Lemos de, orient. II. Título.

**JOVENS TRABALHADORES E O MOVIMENTO SINDICAL:
Percepções e Participação sindical**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Marilis Lemos de Almeida
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Cinara Lerrer Rosenfield
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr. Ricardo Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Maria Carla Corrochano
Universidade Federal de São Carlos

Dedicada aos jovens trabalhadores brasileiros

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido durante o processo da pesquisa é tão importante quanto o resultado final, passando por muitos aprendizados e dificuldades e envolvendo professores, amigos e familiares. Assim, gostaria de agradecer o incentivo e o apoio dessas pessoas sem as quais eu não seria capaz de escrever essa dissertação.

À minha orientadora Professora Marilis Almeida pela dedicação e envolvimento com todas as fases da pesquisa e por proporcionar importantes espaços de reflexão coletiva junto aos outros orientandos. Aos colegas de orientação, Michele, Ana Paula, Eliane e Roney pelos conselhos e sugestões. Ao Professor Cássio Calvete, pelos aprendizados na graduação e por me aproximar ao mundo do sindicalismo. Ao Professor Fernando Cotanda, pelas contribuições na qualificação do projeto. Aos membros da banca, a Professora Cinara Rosenfield, a Professora Maria Carla Corrochano e o Ricardo Oliveira.

Ao meu pai por sempre me encorajar a seguir aquilo que eu acredito e pela atenta revisão da dissertação. À minha irmã, Júlia, por estar sempre por perto. À Malu pela paciência e amor, conseguindo me arrancar sorrisos até nos momentos mais cansativos. À Gabí por diversas vezes acreditar mais no meu trabalho do que eu mesma. Aos colegas de pós-graduação, especialmente ao Felipe, Gustavo, Michel, Cláudio, Ravenna e Bianca, pelos inúmeros debates e desabafo, tornando mais leve e divertido o mestrado. Ao Júlio e ao Artur pelas ajudas tecnológicas.

Por fim gostaria de agradecer à Letícia pela confiança e aos jovens entrevistados e às jovens entrevistadas pela disponibilidade de tempo e atenção.

RESUMO

Esta dissertação aborda a relação da juventude trabalhadora com o Movimento Sindical. Nosso principal objetivo nessa pesquisa consiste em compreender as percepções dos jovens com relação ao sindicalismo. Para tanto buscamos analisar as variações destas percepções tanto a partir das formas de inserção e relação estabelecidas como o mundo do trabalho (incluindo, a forma como os jovens estão inseridos no mercado de trabalho, os seus projetos profissionais futuros e a centralidade do trabalho na vida dos jovens), quanto as percepções e experiências de participação política. Inicialmente mapeamos o comportamento da filiação sindical da juventude trabalhadora entre 2003 e 2014, a partir de dados extraídos da PNAD, observando-se leve redução da já baixa taxa de sindicalização juvenil, com crescimento relativo da participação de negros e mulheres. A pesquisa qualitativa foi realizada com jovens trabalhadores metalúrgicos e telefônicos da Região Metropolitana de Porto Alegre e com dirigentes sindicais da juventude da CUT-Nacional. Além disso, foram feitas observações em atividades da Juventude da CUT-RS e da CUT-Nacional. Na pesquisa qualitativa enfocamos os sentidos e significados atribuídos ao trabalho, a relação entre os tipos de inserção, a filiação sindical, os projetos profissionais, as percepções sobre a política e participação em movimentos identitários. Verificou-se que os jovens diferenciam os sentidos que atribuem ao trabalho com relação ao trabalho exercido e o trabalho projetado, buscando novas inserções profissionais. Além disso, foi identificada uma situação paradoxal, o afastamento dos jovens metalúrgicos e telefônicos com relação aos sindicatos, ao mesmo tempo que consideram importante o papel dos sindicatos na luta por melhores condições de trabalho.

Palavra-chave: juventude trabalhadora; movimento sindical; jovens sindicalistas

ABSTRACT

This dissertation addresses the relationship of working youth with the Trade Union Movement. Our main objective in this research is to understand the perceptions of young people about the unionism. In order to do so, we seek to analyze the variations of these perceptions both from the relation with the world of work (including, the way young people are inserted in the labor market, their future professional projects and the centrality of work in life of young people), as well as the perceptions and experiences of political participation. Initially, we map the behavior of youth unionization between 2003 and 2014, based on data extracted from PNAD, observing a slight reduction in the already low rate of youth unionization, with a relative increase in the participation of blacks and women. Qualitative research was carried out with young metallurgical and telephone workers from the Metropolitan Region of Porto Alegre and with trade union leaders from the youth of CUT-Nacional. In addition, were made observations on Youth activities of CUT-RS and CUT-Nacional. In the qualitative research we focus on the meanings attributed to the work, the relation between the types of insertion, union membership, professional projects, perceptions about politics and participation in identity movements. It was verified that the young people differentiate the senses that they attribute to the work with respect to the work exerted and the projected work, seeking new professional insertions. In addition, a paradoxical situation was identified, the withdrawal of the young metallurgists and telephones from the unions, while at the same time they considered the importance of the unions' role in the fight for better working conditions.

Keywords: working youth, Trade Union Movement; youth unionist

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados do Grupo 1	23
Quadro 2 - Perfil dos entrevistados do Grupo 2	24

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estimativa da população de 14 a 29 anos por condição de atividade e ocupação – Brasil 2009 e 2014 (em 1000 pessoas).....	35
Tabela 2- Porcentagem de trabalhadores com carteira assinada do total de remunerados no setor privado, entre os jovens e entre os adultos.....	37
Tabela 3 - Distribuição dos desligados nem categorias selecionadas segundo faixa etária - Brasil, 2012 (em %)	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de desemprego nos meses de setembro, para jovens* e para a população total, em %, Região Metropolitana de Porto Alegre, entre 2003 e 2014	37
Gráfico 2 - Taxa de sindicalização* entre jovens** e adultos – Brasil 2003-2014	51
Gráfico 3 - Porcentagem de sindicalizados entre jovens* e adultos – Brasil, 2003-2014	52
Gráfico 4 - Taxa de sindicalização* de jovens* e adultos por sexo– Brasil, 2003 e 2014	53
Gráfico 5- Porcentagem de homens e mulheres entre jovens* e adultos sindicalizados – Brasil, 2003 e 2014.....	54
Gráfico 6 - Porcentagem de sindicalizados por etnia/raça* entre jovens** e adultos – Brasil 2003 e 2014	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PERCURSO METODOLÓGICO	17
2.1 A PESQUISA QUALITATIVA	20
2.2 A PESQUISA QUANTITATIVA	26
3 SITUANDO O DEBATE: JUVENTUDE E MOVIMENTO SINDICAL	28
3.1 PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS SOBRE A JUVENTUDE	28
3.2 A JUVENTUDE TRABALHADORA NO BRASIL	31
3.3 CAMINHOS E DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL ...	42
3.4 A FILIAÇÃO SINDICAL ENTRE OS JOVENS	50
4. A RELAÇÃO DOS JOVENS COM O TRABALHO	59
4.1 TRABALHO EXERCIDO E TRABALHO PROJETADO: SENTIDOS DO TRABALHO PARA OS JOVENS.....	59
4.2 SOLIDARIEDADE ENTRE OS TRABALHADORES	69
4.3 FORMAS DE CONTROLE DAS EMPRESAS SOBRE OS JOVENS TRABALHADORES	72
5 A INSERÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE	79
5.1 DESCRENÇA NA POLÍTICA TRADICIONAL	86
5.2 FORMAS DE ATUAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE	91
5.3 AS PAUTAS IDENTITÁRIAS NO COLETIVO DE JUVENTUDE DA CUT	98
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE	119

1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação aborda a relação de jovens ¹ trabalhadores com os sindicatos. Para isso, investigamos jovens metalúrgicos e telefônicos sindicalizados e não sindicalizados que trabalham na Região Metropolitana de Porto Alegre e jovens dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de oito estados. Além disso, coletamos dados quantitativos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (PNAD) sobre a filiação sindical da juventude entre 2003 e 2014.

Ao pesquisar a juventude é necessário ter em mente que não há uma única forma de ser jovem, a juventude é vivida de múltiplas formas. Observando a realidade brasileira é notável que existem desigualdades profundas entre a juventude com relação a acesso à educação e saúde, inserção no mercado de trabalho, além de discriminações² vividas de diversas formas.

Inicialmente é importante ressaltar que a juventude no Brasil é uma juventude trabalhadora, a maioria dos jovens no Brasil está inserida ou buscando uma inserção no mercado de trabalho. Um estudo do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicos (DIEESE, 2015) estimava em 52,5 milhões de jovens em 2014 no Brasil, desses, 33 milhões fariam parte da População Economicamente Ativa (PEA), sendo 28,5 milhões ocupados e 4,5 milhões desocupados.

Além disso, a juventude no Brasil encontra um mercado de trabalho inóspito. Em comparação com a população adulta, a juventude trabalhadora sofre mais acidentes de trabalho, tem uma remuneração mais baixa, uma maior inserção em ocupações informais e uma maior taxa de desemprego, (OIT, 2009;

¹Nesta dissertação, adotamos duas faixas etárias para a definição de jovens como será abordado no capítulo metodológico (2) e na seção sobre juventude (3.1). As faixas etárias consideradas foram de 15 a 29 anos e de 15 a 35 anos. A primeira faixa segue a definição presente no Estatuto da Juventude, sendo essa amplamente utilizada em estudos, facilitando assim a comparação entre pesquisas. A segunda faixa etária foi adotada de acordo com o critério de juventude assumido pela CUT, que considera a dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho e defende a extensão do tempo de estudo do jovem.

² Mesmo não sendo o foco do nosso estudo, ao se falar de juventude hoje no Brasil, precisamos lembrar que os jovens vivenciam a violência cotidianamente. Segundo dados do Atlas da Violência (2017), os “Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra” (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2017, p.30). Segundo o mesmo estudo o pico da taxa de homicídio é em torno de 21 anos, o que significa que os jovens são mortos cada vez mais jovens. Entre 2005 e 2015 318 mil jovens foram assassinados (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2017, p.25).

MTE, 2011). Somado a isso, o emprego juvenil tem um caráter frágil e transitório, marcado por altas taxas de rotatividade (DIEESE, 2014).

Há diversos projetos de lei tramitando atualmente no Congresso e no Senado brasileiro que ameaçam os direitos trabalhistas já consolidados. As recentemente aprovadas lei das terceirizações e a Reforma Trabalhista colocam os trabalhadores em condições ainda mais vulneráveis (CESIT, 2017). Com a Reforma Trabalhista, as negociações entre sindicato e empregadores podem determinar condições de trabalho piores do que as previstas pela CLT. Além disso, desde 2015 temos a volta do aumento do desemprego após alguns anos de crescimento do nível de emprego.

Neste contexto, entendendo os sindicatos como um importante espaço potencial para a construção de melhores condições de trabalho, inicialmente queríamos compreender se o jovem encontrava nos sindicatos um espaço de resistência à precarização do trabalho. Deste modo, nos indagamos acerca do papel dos sindicatos na vida dos jovens e em como os jovens compreendiam e significavam os sindicatos.

Ao procurar dados sobre os sindicatos e a juventude observamos um afastamento entre sindicatos e juventude. A juventude historicamente possui uma baixa adesão aos sindicatos, sendo a faixa etária com a menor densidade sindical (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013). Uma forma possível de se observar a participação juvenil no movimento sindical é a taxa de filiação. Em 2014 a taxa de sindicalização³ dos jovens era de 10,71 % e dos adultos 18,43 % (PNAD). Segundo pesquisa do DIEESE (2015) sobre o perfil dos congressistas da CUT, em 2014 apenas 10,9% dos dirigentes dos sindicatos eram jovens.

Na pesquisa do DIEESE (2015) é possível observar a ainda reduzida presença juvenil nos sindicatos. Além disso, foram levantadas algumas informações sobre os sindicatos aos quais esses dirigentes fazem parte, o que nos traz um panorama das entidades ligadas à CUT, a maior central sindical no país. Nas entidades de base dos dirigentes entrevistados em 20,7% há coletivo de jovens e em 17,7% há uma secretaria para jovens. Quase metade dos dirigentes (47,1%) afirmaram que os sindicatos de base dos quais fazem parte possuem políticas ou ações voltadas para a inserção de jovens. Ao mesmo

³ Neste trabalho a taxa de sindicalização foi calculada como a porcentagem de trabalhadores sindicalizados do total de ocupados remunerados. Este tema será aprofundado no capítulo 3.4.

tempo, apenas 11,2% afirmaram que suas entidades de base têm cotas na diretoria para jovens.

Essa situação pareceu relevante especialmente ao observar o contexto de grande agitação social no país e participação em manifestações, como junho de 2013, em que pouco se refletiu em algum protagonismo do movimento sindical (BRAGA; SANTANA, 2015; CARDOSO, 2015). Ao mesmo tempo que havia pouca mobilização da juventude nos sindicatos, não havia outros coletivos ou outros movimentos sociais ocupando esse espaço na disputa por questões referentes ao movimento trabalhista.

Se os estudos sobre juventude e participação política são abundantes, há poucos que focam na relação dos jovens com o movimento sindical (CAMPOS, 2010; CORROCHANO; NASCIMENTO, 2007). Assim, dado que os sindicatos passam por um momento de transformações e disputa, observar as percepções e expectativas da juventude com relação à essas entidades ajuda a pensar a trajetória futura dessa instituição. O objetivo central deste estudo, portanto, é analisar variações das percepções dos jovens com relação ao movimento sindical tanto a partir das formas de inserção e relação estabelecidas como o mundo do trabalho (incluindo a forma como os jovens estão inseridos no mercado de trabalho, os seus projetos profissionais futuros e a centralidade do trabalho na vida dos jovens), quanto a partir das percepções e experiências de participação política.

Pensando sobre a relação dos jovens com o trabalho destacamos três aspectos: a forma como os jovens estão inseridos no mercado de trabalho, os seus projetos profissionais futuros e a centralidade do trabalho na vida dos jovens. Em relação ao primeiro aspecto, buscamos compreender se a forma de inserção, mais ou menos precária, influenciava no significado que os jovens atribuíam ao trabalho e aos sindicatos. Por isso a escolha de duas categorias com características distintas, a dos metalúrgicos, mais estruturada, e a dos telefônicos, mais precária relativamente. Quanto aos projetos profissionais, considerou-se relevante analisar se a forma como os jovens traçam seus futuros profissionais - mais especificamente, se eles consideram a área de inserção atual como parte de um projeto de carreira mais duradouro, ou simplesmente como uma inserção temporária da qual buscam sair - resultaria em diferentes relações com os sindicatos de suas respectivas categorias. Finalmente, a análise acerca da centralidade do trabalho, permitiria observar os sentidos e significados que os jovens atribuem ao trabalho que realizam. Com isso

buscamos observar se diferentes formas de inserção profissional influiriam na centralidade que atribuem ao trabalho e de que forma isso poderia representar uma proximidade ou afastamento dos sindicatos.

Partimos destas dimensões de análise previamente selecionadas a partir do exame da literatura sobre o tema, as quais foram posteriormente ampliadas, após as primeiras descobertas realizadas durante a pesquisa de campo. Assim, três novas dimensões foram incorporadas, a relação dos jovens com outros movimentos sociais de cunho não-sindical, a descrença nas formas tradicionais de representação político-partidárias e a relação que os jovens trabalhadores estabeleciam com a empresa na qual trabalhavam. As percepções políticas dos jovens apareceram como um elemento importante para compreender a construção dos sindicatos no imaginário dos jovens. Também observamos como a relação que os jovens tinham com a empresa na qual trabalhavam influenciava sua percepção com relação aos sindicatos, tanto um nexos positivo de colaboração mútua, como negativo, de receio de repressão por parte de gestores e supervisores. Além disso, dada a participação política dos jovens em outros movimentos sociais, vimos de que forma essa experiência de ativismo influencia, negativamente ou positivamente, o engajamento sindical.

Além deste capítulo introdutório, a dissertação é composta por mais cinco capítulos. O capítulo dois traça o caminho metodológico desta pesquisa, apontando as mudanças ocorridas ao longo da pesquisa e as escolhas da pesquisadora. Além disso, nesse capítulo são apresentados os jovens entrevistados e as fontes dos dados quantitativos.

No capítulo três são apresentadas as contribuições teóricas que ajudam a compreender o tema tratado, contemplando os debates centrais sobre juventude, em especial a construção do conceito de juventude e suas principais abordagens na sociologia e movimento sindical. Além disso, mostramos a condição juvenil no mercado de trabalho brasileiro, trazendo uma retrospectiva histórica da participação da juventude na economia e analisamos alguns indicadores como taxa de desemprego, informalidade e rendimento médio dos jovens para compreender as principais transformações de sua inserção no mercado de trabalho. Também são abordados os desafios centrais do movimento sindical brasileiro nos últimos 30 anos, relacionando-os às transformações vivenciadas nesse período pelo sindicalismo. Por fim,

articulamos os eixos juventude e inserção sindical, analisando o comportamento da filiação sindical entre a juventude no período de 2003 a 2014.

No capítulo quatro é tratada a forma como as relações dos jovens com o mundo do trabalho influencia nas percepções sobre os sindicatos. Desta forma, abordamos quais são os sentidos atribuídos ao trabalho pelos jovens e como estes últimos se articulam com a forma como os jovens assimilam os sindicatos. Além disso, abordamos a forma como os jovens se relacionam com os colegas de trabalho e com a empresa na qual trabalham, pois estes temas também se demonstraram significativos para a compreensão juvenil sobre os sindicatos.

O capítulo cinco é centrado nos temas políticos-ideológicos que atravessam a juventude trabalhadora. São tratados tanto os desafios da inserção política dos jovens nos sindicatos, como sua perspectiva em relação à política tradicional. Além disso, buscamos conexões entre a atuação dos jovens em manifestações de rua e sindicais, articulando as formas como a juventude tem agido politicamente. Por fim, abordamos os temas que têm movido a juventude para a ação política e como essas pautas são recebidas e se estruturam dentro dos sindicatos.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Iniciamos este capítulo com algumas considerações sobre a pesquisa científica. Não existe uma forma única e soberana de fazer ciência, de produzir conhecimento científico, este está aberto a diversas possibilidades de realização, (MINAYO, 2007). Cada estudo tem suas questões específicas e será necessário a criatividade do pesquisador para construí-las e resolver seus problemas. Para Becker (1997), “o sociólogo ativo não somente pode como deve improvisar as soluções que funcionam onde ele está e resolver os problemas que ele quer resolver” (p.13). A pesquisa está em permanente mudança, sendo readaptada e reformulada no contato com a realidade estudada. Desta forma, cabe ao pesquisador definir e explicar suas escolhas no processo da pesquisa e isso é o que faremos neste capítulo.

O objetivo principal da pesquisa era centrado em como as relações dos jovens com o mundo do trabalho influenciavam na percepção deles com relação aos sindicatos. Entretanto, ao longo da pesquisa, as perspectivas políticas dos jovens também se mostraram relevantes para compreender suas percepções a respeito dos sindicatos e, dessa forma, elas foram incorporadas à análise. Assim, a pesquisa ficou articulada em dois eixos principais, um que trata das relações dos jovens com o trabalho, com temas abordados no capítulo quatro e, outro, que trata das percepções políticas dos jovens, referente ao capítulo cinco.

Além disso, dificuldades encontradas no campo também exigiram ajustes na pesquisa. A primeira dificuldade foi a não atuação dos jovens nos sindicatos, a segunda foi entrevistar uma variedade de perfis de trabalhadores e, a terceira, foi a de encontrar trabalhadores não sindicalizados através de indicações dos sindicalizados.

Inicialmente, as entrevistas seriam apenas com os jovens metalúrgicos e telefônicos (sindicalizados e não sindicalizados). Entretanto, ao ir para o campo da pesquisa observamos o não engajamento dos jovens filiados aos sindicatos e, sendo assim, tivemos dificuldade em encontrar sindicalizados atuantes⁴ com menos de 30 anos nessas categorias. Primeiramente, consideramos a ausência

⁴ Por atuante compreende-se sindicalizados que participem das atividades políticas do sindicato.

de jovens engajados no movimento sindical como um dado relevante a ser analisado. Por outro lado, considerávamos igualmente importante ter uma visão da juventude que vive o movimento sindical, isto é, atuante. Por isso, optamos por inserir na pesquisa um novo grupo, composto por jovens dirigentes sindicais da CUT. A escolha por dirigentes da CUT ocorreu, pois, os trabalhadores entrevistados do Grupo 1 pertenciam a categorias representadas por sindicatos filiados à CUT.

Ao iniciar a pesquisa a ideia era ter uma maior variedade possível quanto à gênero e raça. Entretanto, ao longo da pesquisa, em que pese a busca ativa por mulheres⁵, a grande maioria dos jovens metalúrgicos e telefônicos que aceitaram conceder entrevistas era composta por homens brancos. Assim, o critério de diversidade de gênero e raça foi abandonado, impossibilitando análises sobre possíveis diferenças observáveis a partir destes aspectos.

O primeiro caminho para chegar aos entrevistados foi através dos representantes sindicais do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e do Sindicato dos Telefônicos do Rio Grande do Sul, com os quais entrei em contato por indicação da Secretária de Juventude da CUT-RS. Esses representantes fizeram a ponte entre a pesquisadora e os entrevistados das categorias. Inicialmente, é preciso ressaltar que o caminho foi mais complicado do que o imaginado antes de começar campo. Entre os jovens do Grupo 1, foram realizadas contatos com 40 pessoas, e dessas apenas 19 aceitaram participar das entrevistas. Os motivos variaram entre não me atenderem e não responderem às mensagens, marcar a entrevista e não comparecerem, não quererem participar ou também não estarem dentro da faixa etária necessária para participar da pesquisa.

Houve ainda significativa dificuldade para estabelecer contato com os jovens não sindicalizados, os quais foram indicados pelos sindicalistas. Uma das dirigentes sindicais dos metalúrgicos, com quem conversei, atribuiu a dificuldade que eu estava encontrando a um receio de falar sobre o sindicato, pois como ela disse muitos “não querem ser associados a nada que seja do

⁵Embora a categoria dos metalúrgicos seja majoritariamente masculina, obtivemos algumas indicações de mulheres. Entretanto elas, ou não responderam, ou não aceitaram participar por motivos pessoais ou tinham mais de 29 anos. Entre os telefônicos, o dirigente que era meu interlocutor não conseguiu indicar alguma mulher jovem sindicalizada e tampouco os entrevistados tinham colegas sindicalizadas para me indicar. Essas dificuldades apontaram para um distanciamento das mulheres nos sindicatos estudados, o que será analisado adiante.

sindicato”. No entanto, outra possibilidade é que o caminho de acesso a estes jovens, via sindicalistas, pode ter criado algum tipo de barreira. Vale ressaltar que entre os metalúrgicos havia mais indicações para as entrevistas, o que pode indicar um maior contato com a base. Ao mesmo tempo, todos os telefônicos sugeridos pelo dirigente sindical aceitaram participar das entrevistas. A variedade de redes criadas para acessar os entrevistados garantiu uma redução do viés, dando acesso a diferentes perfis de trabalhadores.

Diante da pouca efetividade do caminho inicial, outras redes foram acionadas, a partir de contatos pessoais da pesquisadora. As redes de conhecidos se mostraram mais eficazes para conseguir as entrevistas, o que fortalece a segunda hipótese sobre as dificuldades encontradas na busca de entrevistados.

Com relação a escolha etária dos entrevistados, considerando que a categoria juventude é uma construção social e histórica⁶, nesta pesquisa tivemos que estabelecer critérios e fazer uma delimitação de quem seria considerado jovem. Partimos da definição presente no Estatuto da Juventude brasileiro, por considerá-la amplamente aceita em estudos sobre a juventude, o que facilita a operacionalização dos dados e as comparações entre pesquisas. Por esta delimitação considera-se jovens aquelas pessoas entre 15 e 29, portanto, os entrevistados escolhidos do Grupo 1 deveriam estar nessa faixa etária, sendo excluídas as realizadas com pessoas de 30 anos ou mais.

Entretanto, no Grupo 2, composto por jovens dirigentes sindicais, ampliamos essa faixa etária para entre 15 e 35 anos, de acordo com o critério assumido pela CUT na delimitação da juventude. Esse critério se baseia em dois argumentos, sendo o primeiro relacionado à inserção precária dos jovens no mercado de trabalho, pois na maior parte dos casos os jovens têm dificuldade de acessar o primeiro emprego e têm suas primeiras ocupações em atividades informais, o que não possibilita a sindicalização. Já o segundo decorre de um posicionamento em defesa da extensão do tempo de estudo do jovem sem ter que conciliar com a sua entrada no mercado de trabalho. Sendo assim, essa construção da categoria juventude dentro da CUT considera que o indivíduo aos 35 anos ainda é jovem enquanto trabalhador, (CUT, 2013). Assim, podemos ver

⁶ Na seção 3.1 será retomada o tema da juventude.

um exemplo de como se produz a categoria juventude em determinado espaço social, no caso, a CUT.

A pesquisa integra duas etapas, uma quantitativa e outra qualitativa. Pensando como uma forma de articular dimensões estruturais e subjetivas da questão estudada, acreditamos que para este trabalho as pesquisas quantitativa e qualitativa se complementam.

2.1 A PESQUISA QUALITATIVA

A pesquisa qualitativa pareceu apropriada para esse estudo, pois, ela “parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo” (FLICK, 2009, p. 16).

A etapa qualitativa consistiu em observações de atividades da Juventude da CUT e entrevistas com jovens trabalhadores metalúrgicos e telefônicos da Região Metropolitana de Porto Alegre e com dirigentes sindicais da Juventude da CUT-Nacional.

A realização de observações durante duas reuniões na central sindical, durante a pesquisa exploratória, foram um importante instrumento para ajudar no desenho do estudo. Durante o campo, novas observações em um encontro sindical nacional auxiliaram a reelaborar questões e a compreender a realidade estudada para além dos relatos dos sujeitos. Para Minayo (2007), essa técnica permite uma aproximação entre pesquisador e pesquisados “A observação participante ajuda, portanto, a vincular os fatos a suas representações e a desvendar contradições entre as normas e regras e as práticas vividas cotidianamente pelo grupo ou instituição observados” (MINAYO, 2007, p. 71).

Com relação aos entrevistados, eles estão agrupados em cinco subgrupos: metalúrgicos sindicalizados, metalúrgicos não sindicalizados, telefônicos sindicalizados, telefônicos não sindicalizados e jovens dirigentes sindicais da CUT. Para facilitar a compreensão, agrupamos os entrevistados em dois grandes grupos: a) Grupo 1 - metalúrgicos sindicalizados, metalúrgicos não

sindicalizados, telefônicos sindicalizados, telefônicos não sindicalizados; b) Grupo 2 - jovens dirigentes sindicais da CUT.

A escolha por entrevistar trabalhadores filiados e não filiados ao sindicato, se deu para observar possíveis diferenças de percepção com relação aos sindicatos. É preciso ressaltar que não assumimos que a filiação ao sindicato representaria necessariamente um engajamento ou mobilização desses trabalhadores nos sindicatos, como de fato constatamos durante o campo de pesquisa. A pesquisa não consiste em uma análise de por que os jovens se engajam ou não, ou ainda, por que se filiam ou não aos sindicatos. Entretanto, se não houvesse controle sobre essa variável (filiados e não filiados), ou seja, caso os entrevistados fossem escolhidos de forma aleatória com relação à filiação, poderia refletir em dados com algum viés.

Consideramos importante definir algumas categorias de trabalhadores para realizar o campo. A decisão sobre quais trabalhadores seriam entrevistados ocorreu através de um caminho “inverso”, ou seja, primeiro foram escolhidos os sindicatos mobilizados, e com uma visão e atuação semelhante, para depois buscar as características das categorias. Portanto, foram buscados sindicatos tradicionalmente atuantes e associados à mesma Central Sindical, a CUT⁷. A ideia era “controlar” a variável sindicato e variar nas categorias para observar como essas diferentes formas de inserção influenciam na percepção com relação aos sindicatos. Assim, pensamos categorias que tivessem inserções distintas, em setores diferentes da economia, para realizar comparações. Além disso buscávamos categorias com peso majoritário no setor privado.

Cruzando as características dos sindicatos e das categorias encontramos nos jovens trabalhadores telefônicos e metalúrgicos nosso objeto de pesquisa. Inicialmente a pesquisa seria apenas na cidade de Porto Alegre, com o Sindicato dos Telefônicos do Rio Grande do Sul (Sinttel)⁸ e o Sindicato dos Metalúrgicos

⁷ Vale ressaltar também que a escolha por sindicatos associados à CUT, e não a outras centrais sindicais, ocorreu, porque a CUT é atualmente a maior central sindical do país representando 30,40% dos trabalhadores sindicalizados (MTE, 2017).

⁸ Esse sindicato foi fundado em 1941. Em sua história, participou do processo de fundação da CUT no Rio Grande do Sul e da Federação Interestadual dos Telefônicos. Surgiu com grande parte da base trabalhando na companhia telefônica que foi posteriormente estatizada se tornando a CRT, Companhia Riograndense de Telecomunicações. Seus trabalhadores participaram ativamente da campanha contra o movimento de privatização da CRT. Após a a

de Porto Alegre⁹. Em um segundo momento, dada a dificuldade de encontrar jovens trabalhadores dispostos a participar da pesquisa, a expandimos para a Região Metropolitana de Porto Alegre, entrevistando trabalhadores em regiões nas quais atua o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica Mecânica e de Material Elétrico de São Leopoldo¹⁰.

Com relação às categorias, os telefônicos estão incluídos no setor de serviços, sendo este aquele com maior número de trabalhadores, com maior porcentagem de jovens e com a maior porcentagem de sindicalizados. Já os metalúrgicos fazem parte do setor da indústria, setor este que vem perdendo espaço na economia e na sindicalização, mas ainda é o setor com uma maior taxa de sindicalização¹¹. Ressalte-se que ambas as categorias passaram por modificações nos anos 1990 com o processo de reestruturação da produção (ROMBALDI; TOMIKAZI, 2009), sendo que o setor de telefonia passou por uma série de privatizações e terceirizações que o caracterizam atualmente¹².

Os caminhos até os entrevistados do Grupo 1 foram através de dirigentes sindicais e contatos pessoais de conhecidos. Vale ressaltar que as redes de conhecidos se mostraram mais eficazes para conseguir as entrevistas, o que fortalece a hipótese de que o acesso aos entrevistados através dos sindicalistas tenha criado algum tipo de receio por parte dos jovens.

privatização e o processo de terceirização da CRT, o sindicato mudou seu estatuto para agregar os trabalhadores de empreiteiras e tele-atendentes.

⁹ O sindicato foi fundado em 1931 foi o primeiro sindicato de classe do Rio Grande do Sul. A sua base abrange as cidades de Porto Alegre, Guaíba, Cachoeirinha, Viamão, Alvorada, Glorinha e Eldorado do Sul e possui 35 mil trabalhadores, sendo 10.219 filiados ao sindicato. O Sinttel participou dos movimentos pela redemocratização no país e de mais de 300 greves nos anos 1990 e desde 1991 é filiado à CUT.

¹⁰ Surge em 1940 como Associação dos Profissionais dos Trabalhadores Metalúrgicos em 1944 se torna o Sindicato da região

¹¹ Taxa de sindicalização por setor (entre empregos formais) em 2015: Indústria 7,62%; Construção 5,35%; 5,14% Serviços; 2,44% Agropecuária, 1,96% Comércio (Fonte: RAIS-MTE). Porcentagem sindicalização por setor (entre empregos formais) em 2015: Serviços 57,9%; Indústria 29,6%; Comércio 8,0%; Construção Civil 5,6%; Agropecuária 1,6% (RAIS-MTE). Distribuição de jovens empregados por setor (entre empregos formais) em 2015: Serviços 43,9%; Comércio 29,4%; Indústria 18,7%; Construção 5,2%; Agropecuária 2,8% (RAIS-MTE). Distribuição jovens por setor (Região Metropolitana de Porto Alegre) em 2016: Serviços 51,5%; Comércio 24,1%; Indústria 17,5%; Construção 6,0% (PED-RMPA)

¹² Em 1998 ocorreu o processo de privatização da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), saindo do domínio do Governo do Estado para o capital privado da Telefônica do Brasil. A partir de então diversos serviços da antiga CRT, passaram a ser terceirizados por empresas menores que prestavam serviço à Telefônica, impactando diretamente os trabalhadores telefônicos.

Com relação ao Grupo 1, há pouca diversidade racial/étnica e de gênero, como já mencionamos, e também pouca variedade com relação à escolarização. Todos os entrevistados haviam terminado o Ensino Médio e alguns estavam cursando o Ensino Superior, mas nenhum havia terminado ainda. As entrevistas foram realizadas entre julho e dezembro de 2017.

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados do Grupo 1

Nome*	Raça/cor/ etnia	Idade (anos)	Escolaridade	Categoria	Sindicalizado
Carlos	Branco	26	Ensino Médio completo	Metalúrgico	Sim
Frederico	Branco	28	Ensino Médio completo	Metalúrgico	Sim
João	Indígena	24	Ensino Médio completo	Metalúrgico	Sim
Cristiano	Branco	28	Superior incompleto	Metalúrgico	Sim
Paulo	Branco	28	Ensino Médio completo	Metalúrgico	Sim
Lucas	Branco	23	Superior Incompleto	Telefônico	Sim
Fernando	Branco	25	Superior Incompleto	Telefônico	Sim
Marcelo	Branco	28	Superior incompleto	Telefônico	Sim
Diego	Branco	25	Superior incompleto	Metalúrgico	Não
Cláudio	Branco	29	Superior incompleto	Metalúrgico	Não
Richard	Branco	28	Superior incompleto	Metalúrgico	Não
Tiago	Branco	25	Superior incompleto	Metalúrgico	Não
Júlio	Pardo	22	Ensino Médio Completo	Telefônico	Não
Juliana	Branca	26	Superior Incompleto	Telefônica	Não
Fabiana	Branca	26	Superior Incompleto	Telefônica	Não
André	Branco	26	Superior Incompleto	Telefônico	Não

** os nomes foram trocados, conforme combinado com os entrevistados*

As primeiras entrevistas do Grupo 2 (dirigentes sindicais da CUT) foram com a Secretária de Juventude da CUT-RS, que é bancária, e com uma dirigente sindical da Juventude Rural, indicada por ela. Em seguida, participei do Encontro em comemoração aos 20 anos de Políticas para a Juventude da CUT na sede da entidade em São Paulo, no qual estiveram presentes 60 dirigentes, de 21 estados brasileiros. Então complementamos o Grupo 2 com entrevistas realizadas durante o Encontro. Foram sete entrevistas, com dois homens e cinco mulheres de cinco categorias distintas. Essas entrevistas foram analisadas de forma complementar, pois se diferenciam do Grupo 1, tanto em relação à localidade de atuação dos entrevistados, como as categorias sindicais às quais pertenciam e até mesmo quanto à faixa etária.

Quadro 2 - Perfil dos entrevistados do Grupo 2

Cargo na CUT	Raça/cor /etnia	Idade	Escolaridade	Profissão ou categoria
Dirigente CUT-BA	Negro	32	Nível médio Técnico	Petroleiro
Ex-secretário de Juventude da CUT-Nacional	Negro	35	Superior incompleto	Técnico químico
Secretária Adjunta de Cultura da CUT-Nacional	Negra	31	Mestrado	Professora
Dirigente CUT-RS	Branca	34	Ensino Médio Completo	Agricultora
Secretário de Juventude da CUT- PE	Pardo	35	Superior incompleto	Agricultor
Secretária de Juventude da CUT- PB	Negra	26	Superior incompleto	Secretaria/ construção
Secretária de Juventude da CUT- RS	Branca	32	Superior completo	Bancária
Secretária de Juventude da CUT-RN	Parda	29	Superior completo	Agricultora
Secretária de Juventude da CUT- BA	Negra	32	Nível técnico	Agricultora

A coleta de dados foi feita através de entrevistas individuais abertas semiestruturadas, as quais permitem apreender

A análise do sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se veem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, etc (QUIVY; CAMPENHOUNDT, 1998, p. 193).

As entrevistas abordaram os seguintes tópicos: a) o significado do trabalho na vida dos jovens com o objetivo de apreender qual o sentido do trabalho para eles e qual o papel do trabalho concreto que realizam. Ademais, pedi aos jovens que contassem sobre sua trajetória profissional, como chegaram no atual trabalho e quais seus projetos profissionais futuros; b) a relação dos jovens com os sindicatos, tentando compreender o que está no imaginário desses jovens com relação aos sindicatos, a as experiências que já tiveram com os sindicatos e o que eles consideram funções e responsabilidades dos sindicatos; c) A experiência de ser sindicalizado (apenas para sindicalizados), ou seja, como entraram para os sindicatos e qual eram suas expectativas com a sindicalização bem como sua a relação com os trabalhadores mais antigos; d) participação em partidos ou coletivos políticos, grêmios estudantis, movimentos sociais, associações de bairro ou grupos de jovens. Além disso, perguntei sobre a participação em protestos ou manifestações, pedindo que me contassem quais eram as causas e como foi essa experiência; e) o tempo-livre dos jovens, indagando sobre suas rotinas fora do ambiente de trabalho.

Todos os jovens entrevistados foram muito receptivos e dispostos a falar, e também, não recusaram responder a nenhuma pergunta, além de se mostrarem solícitos em indicar possíveis entrevistados e em conversar novamente caso fosse necessário. Vale destacar que os entrevistados aos quais tive acesso por indicação dos dirigentes sindicais me “associaram” inicialmente aos sindicatos, porém ao longo da conversa pareceu-me que eles foram se sentindo mais “a vontade” para conversar sobre suas impressões sobre dos sindicatos, minimizando possíveis viés.

As primeiras entrevistas foram as mais curtas, durando em torno de 30 minutos, o que me fez aumentar o número de perguntas de cada bloco e trocar

a ordem de algumas questões. Nas entrevistas com os dirigentes sindicais da CUT foram acrescentadas questões relacionadas a dimensões internas dos sindicatos, isto é: como eles observam a relação dos jovens com os sindicatos, quais os principais desafios e disputas enquanto jovem dentro dos sindicatos e quais as principais pautas e atuações ligadas à juventude. Com relação as entrevistas do Grupo 2 houve maior facilidade e disponibilidade para fazer as entrevistas, visto que nenhum dirigente se recusou a concedê-las, e elas foram mais longas.

2.2 A PESQUISA QUANTITATIVA

A pesquisa quantitativa, de caráter complementar, teve por objetivo mapear a situação dos jovens no mercado de trabalho e também a inserção nos sindicatos.

Na parte quantitativa descrevemos e analisamos os movimentos da taxa de sindicalização dos jovens e suas particularidades e singularidades em comparação com os adultos. O recurso à estatística descritiva e inferencial nos ajuda a compreender aspectos estruturais nos quais os sujeitos entrevistados estão inseridos.

Os dados gerais sobre trabalho e estudo dos jovens foram obtidos em pesquisa do DIEESE¹³ (2015) sobre juventude, no relatório Global Trends for Youth da OIT (2017), nos micro dados da PNAD¹⁴ e na RAIS¹⁵ do MTE. Também foram utilizados dados da PED-RMPA para analisar o comportamento da taxa de desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Sempre que possível buscamos analisar os dados considerando diferentes marcadores sociais, pois diferentes grupos sociais podem (e foi o que

¹³ Anuário do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda 2016 (Livro 6 – Juventude) do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

¹⁴ Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios - Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de abrangência nacional com informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população. Nos anos de Censo Demográfico a pesquisa não é realizada.

¹⁵ Relação Anual de Informações Sociais - Banco de dados do Ministério do Trabalho que abarca informações sobre os vínculos empregatícios formais, com base em relatórios respondidos por empregadores anualmente.

observamos) demonstrar variados comportamentos. Na análise dos dados de participação e desemprego de jovens, discriminados por gênero, raça/cor/etnia, quintil de renda e urbano/rural, foram utilizados dados de um relatório do IPEA em parceria com a OIT (COURSEIL; FRANCA, 2015).

A Agenda Juventude Brasil (2014) ¹⁶, encomendada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ-BRASIL), foi bastante útil para ajudar a compreender a opinião de jovens brasileiros sobre os sentidos e significados atribuídos ao trabalho e sobre as formas de participação política da juventude.

¹⁶ “A pesquisa é estatisticamente representativa do universo da população entre 15 e 29 anos, residente no território brasileiro. Para tal, valeu-se de uma amostra composta por 3.300 entrevistas, distribuídas em 187 municípios, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais) e em tercís de porte (municípios pequenos, médios e grandes), contemplando as 27 Unidades da Federação. A amostragem foi feita de forma probabilística nos primeiros estágios (sorteio dos municípios, dos setores censitários, dos amostra, e de três pontos para as perguntas incluídas em uma das três subamostras). Os critérios de dispersão, seleção e tamanho da amostra de jovens entrevistados(as) garantem a representatividade dos resultados obtidos – guardados os parâmetros estatísticos do desenho amostral – para o conjunto do universo em foco: 48,85 milhões de jovens, correspondentes a cerca de 1/4 da população brasileira (PNAD 2012 –IBGE)” (PARTICIPATÓRIO, 2013).

3 SITUANDO O DEBATE: JUVENTUDE E MOVIMENTO SINDICAL

Este capítulo visa situar o leitor com relação aos temas da juventude trabalhadora e do movimento sindical, apresentando as perspectivas que adotamos para analisar a relação entre ambos. Inicialmente é debatido o conceito de juventude e suas principais perspectivas na sociologia brasileira. Na seção seguinte especificamos as condições de inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. Na terceira seção são abordados os desafios que o movimento sindical brasileiro enfrentou no período recente, para assim assimilar sua configuração atual. E, na última seção, analisamos a filiação da juventude trabalhadora. Estas seções buscam mostrar um retrato da juventude trabalhadora, para facilitar a compreensão do contexto social e econômico em que entrevistados estão inseridos.

3.1 PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS SOBRE A JUVENTUDE

Nesta seção iremos tratar da categoria de juventude, ressaltando seu caráter histórico-social e cultural e a diversidade presente entre a juventude. Sendo assim, consideramos importante trazer a ideia de “juventudes” dado a existência de desigualdades entre os jovens e considerando suas diferentes vivências e condições materiais e sociais. Da mesma forma, iremos abordar a discussão em torno das formas de transições para a vida adulta. Consideramos importante também pensar a juventude para além de uma visão estigmatizada do jovem como “problema social”, considerando-os sujeitos sociais, sendo desta forma sujeitos ativos, que possuem ideias próprias, que ajudam a pensar e construir a sociedade na qual estão inseridos (ABRAMO, 1997; PAIS, 1990; DAYRELL, 2003).

Uma definição de juventude baseada apenas em aspectos biológicos não daria conta da complexidade envolvida na vivência dos jovens, produzindo uma compreensão incompleta sobre a juventude. Ao mesmo tempo, Carrano (2011) argumenta como o critério biológico, relacionado à idade dos indivíduos, pode

ser uma dimensão importante para pensar políticas públicas, por exemplo. Para ele se trata “ da idade objetiva, medida em anos de vida, em combinação com as representações sociais que são feitas sobre as idades” (CARRANO, 2011, p.9).

Desta forma, partimos do entendimento da categoria juventude como uma construção social, histórica e cultural, sem excluir o critério biológico. Ela está presente no imaginário das pessoas através de representações sociais que variam com o tempo e de lugar para lugar (DAYRELL, 2003; PAIS, 1990). Nesse mesmo sentido, para Bourdieu (1983) a juventude é construída de forma relacional, o jovem o é em relação ao velho, “A juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos” (BOURDIEU, 1983, p.113). Sendo assim, o processo de definição da juventude também é uma disputa na qual estão em jogo diferentes questões econômicas, políticas, sociais e culturais (NOVAES, 2002). Assim, quem é considerado jovem e quais são seus comportamentos esperados está em permanente mudança.

Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, e, no seu interior, cada grupo social vão lidar com esse momento e representá-lo (DAYRELL, 2003, p.41).

Também partimos do entendimento que não há uma única forma de viver a juventude. Nesse sentido há “juventudes”, que possuem diferenças de classe, gênero, raça, sexualidade. Assim, ao mesmo tempo os jovens de uma mesma geração possuem vivências históricas e culturais que são compartilhadas e possuem elementos em comum na condição juvenil, os diferentes marcadores sociais dos jovens e suas múltiplas vivências fazem com que estes não formem uma classe social ou um grupo coeso (ABRAMOVAY; CASTRO, 2015; ABRAMO; BRANCO, 2005; CARRANO, 2011).

Abramovay e Castro (2015), ressaltam que “o emprego do termo juventudes no plural, antes de patrocinar uma perspectiva fracionada, na qual aparecem modelos de jovens separados, sinaliza a existência de elementos comuns ao conjunto dos jovens” (ABRAMOVAY; CASTRO, 2015, p.14). Desta forma, há características que permitem agrupar os jovens enquanto juventude

ao mesmo tempo que há outras que os diferenciam. Cabe aos pesquisadores da área compreender sociologicamente as especificidades dos jovens, analisando suas diferenças e semelhanças enquanto grupo social (DAYRELL, 2003).

Da mesma forma, a trajetória de transição para a vida adulta pode ter inúmeras configurações, e mais que isso, alternar entre ter emprego e estar desempregado, sair da casa dos pais e voltar, casar e separar. Sendo assim, não é algo linear e simples de ser demarcado, portanto, a entrada na vida adulta toma variadas formas (CARRANO, 2011; PAIS, 2001). Este tema será aprofundado na próxima seção com foco na questão profissional, mostrando como a trajetória dos jovens na sociedade contemporânea é marcada pela instabilidade. As fases da vida possuem significados sociais e as sociedades se organizam através desses conceitos de passagem de tempo dos indivíduos, ao mesmo tempo que as fronteiras de transição entre as diferentes fases da vida jovens e adultos “encontram-se cada vez mais borradas e as passagens de épocas geracionais não possuem marcadores precisos” (CARRANO, 2011, p.10).

É necessário destacar que a juventude não se reduz a uma fase de preparação ou transição para a vida adulta. Ou seja, não é algo intermediário, a juventude constitui algo por si só. Nesse sentido é importante voltar o olhar para os jovens enquanto sujeitos e não enquanto futuros adultos. Para Carrano (2007), entender a juventude como uma fase para chegar na idade adulta se perde a identidade do jovem enquanto sujeito.

Este não-lugar sociológico de transição nos afasta sensivelmente daquilo que o jovem experimenta como sendo a sua verdadeira identidade, que não se constitui isoladamente mas que refaz os seus sentidos nos diversos relacionamentos que se estabelecem com os adultos e os conjuntos de ações das redes culturais da juventude (CARRANO, p.3, 2007).

Para Abramo (1997) a juventude era entendida socialmente, tanto pelos estudiosos do tema como com relação às políticas públicas, enquanto uma fase de preparação e adaptação para as normas da vida adulta. Ao passo que a juventude era pensada através desta ótica, o jovem era estudado ou era alvo de políticas públicas voltadas para ele quando ocorre algum “problema” nessa transição para a condição de adulto. Assim, grande parte dos estudos e das políticas voltadas para a juventude não encaravam os jovens como sujeitos

sociais, que possuem um papel ativo na sociedade, mas sim como “problemas sociais”.

Para Abramo (1997, p.37) “a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade”. Por um lado, se espera que as gerações mais novas continuem reproduzindo a sociedade na qual estão inseridos (trabalhando, estudando, constituindo família). Por outro lado, há uma expectativa também sobre essa juventude de renovação, de transformação. A juventude é assim idealizada e estigmatizada. Pais (1990) defende ser necessário desconstruir a visão mitificada da juventude. Esses mitos em torno da juventude são difundidos e, em parte, construídos pela mídia, porém, também acabam sendo reforçados por alguns estudos sociológicos (PAIS, 1990).

Nesta dicotomia na qual a juventude é vista em um momento como “problema” e no outro como “salvação” social, assim é padronizada/estereotipada através da visão do mundo adulto e se perde a “versão” da própria juventude, “para além dos medos e esperanças dos outros” (ABRAMO, 2007, p.87).

Sendo assim, a definição de juventude é fluída, não é algo estático e se modifica de acordo com o contexto social e o tempo histórico. E, ao mesmo tempo, está em disputa e varia de acordo com os objetivos dessa demarcação. Nesse sentido, como foi explicitado no capítulo metodológico, a definição de juventude apareceu como um desafio para essa pesquisa, na qual tivemos que considerar tanto critérios etários como contextos sociais, econômicos e políticos para delimitar os sujeitos dessa pesquisa.

3.2 A JUVENTUDE TRABALHADORA NO BRASIL

Dois fatores são importantes de serem ressaltados sobre a inserção de jovens no mercado de trabalho no Brasil. O primeiro é o ingresso precoce, ou seja, os jovens trabalhadores muitas vezes começaram a ter uma ocupação quando ainda eram crianças e, o segundo, é que muitos jovens conciliam o trabalho à vida escolar (CAMARANO, 2006). Desta forma, para a maioria dos

jovens as trajetórias profissionais não são lineares, ou seja, são variações entre diferentes ocupações, situações de desemprego, momentos de estudo que vão se alternando ou se sobrepondo na vida dos jovens (CORROCHANO; ABRAMO, 2016). Em 2014, 66,1% dos jovens trabalhavam, sendo que 48,2% somente trabalhava e 17,9% trabalhavam e estudavam (DIEESE, 2015). Sendo assim, é possível considerar que a juventude brasileira é uma juventude trabalhadora.

Os jovens historicamente estão em piores condições no mercado de trabalho em comparação com a população adulta, apresentando maiores taxas de desemprego, piores remunerações e maior dificuldade para a inserção em empregos formais, (OIT, 2009; MTE, 2011). É importante ressaltar que este não é um fenômeno exclusivamente brasileiro: dados do Global Employment Trends for Youth da OIT (2017) mostram que os jovens têm três vezes mais chance de estar desempregados do que os adultos.

Quando se trata de jovem e trabalho, uma das questões importantes que surge é sobre o momento em que deveriam começar a trabalhar e sob quais condições. Guimarães (2006) considera essa discussão sobre a inserção do jovem no mercado de trabalho como uma “questão social” recente na história, ligada à ideia de universalização e obrigatoriedade do ensino escolar. Corrochano e Abramo (2016), recapitulam como a questão da juventude e do trabalho foi vista desde a perspectiva das políticas para jovens, surgindo inicialmente com as pautas sobre o fim do trabalho infantil e sobre a proteção ao trabalhador adolescente. Entretanto, inicialmente, ainda não se discutia sobre os jovens que já tinham idade legal para trabalhar e de que forma seria essa inserção da juventude no mercado de trabalho (CORROCHANO; ABRAMO, 2016). Nos anos 1990 a temática do trabalho e juventude aparece ligada principalmente ao desemprego juvenil. Essa perspectiva caracteriza os estudos e ações da época que categorizavam a juventude como “problema social”. É a partir dos anos 2000 que se intensifica a visão da necessidade de políticas públicas para a juventude “capazes de garantir direitos, cidadania e construção de trajetórias – de escolarização, inserção laboral, participação, vida familiar – que conduzam à autonomia e à independência desses sujeitos” (CORROCHANO; ABRAMO, 2016, p.116)

Ao se pensar a dimensão trabalho para a juventude é preciso considerar sua relação com o sistema educacional e como estes temas estão imbricados.

No Brasil, a presença da escola demorou a alcançar parcela significativa de crianças e jovens e o trabalho infantil e adolescente sempre se fez mais presente; os próprios elos da relação entre escola e trabalho foram distintos e a transição para o trabalho depois de finalizada a escolaridade básica não foi a modalidade predominante (CORROCHANO; ABRAMO, 2016, p.115).

Santos e Gimenez (2015) analisam o trabalho juvenil em diferentes períodos históricos no Brasil, mostrando que na República Velha grande parte da população era jovem e pobre, sendo o ensino restrito à um grupo muito pequeno de crianças e jovens filhos de famílias abastadas. Nessa realidade, não se poderia pensar algo diferente de uma massa de jovens e crianças trabalhadoras (SANTOS; GIMENEZ, 2015).

Os autores acima citados ressaltam que no período da Industrialização no Brasil (1930-1980) a taxa de participação dos jovens no mercado de trabalho se manteve alta em comparação a outros países, sendo uma das mais altas entre os países latino-americanos. Em 1980, 55,3% dos jovens brasileiros entre 15 e 24 anos estavam ocupados ou procurando emprego (SANTOS, GIMENEZ, 2015). Embora tenha ocorrido a expansão do ensino médio e superior no período analisado, ampliando o número de crianças e jovens escolarizados, ela atingiu apenas os jovens de famílias das classes média e alta.

O processo de reestruturação produtiva¹⁷ no Brasil e a flexibilização das relações de trabalho, a partir dos anos 1980, levaram a um enxugamento do mercado de trabalho e à precarização das ocupações, representando assim novos desafios para a inserção juvenil. Borges (2009), destaca a mudança das ocupações de entrada dos jovens no mercado de trabalho naquele período, ressaltando a inserção juvenil em trabalhos precarizados como teleoperadores de *call centers* e *motoboys*. Neste contexto, os jovens são os mais atingidos pela precarização do trabalho, pois os jovens assim transitam entre o desemprego e ocupações instáveis. Para Guimarães a

(...)fragilização dos vínculos e intensificação das transições ocupacionais tornaram-se moedas correntes num contexto marcado pelo aumento dos patamares de desemprego, pela ampliação do tempo de procura de trabalho e pela recorrência na desocupação. (2006, p.172)

¹⁷ O tema da reestruturação produtiva será aprofundado na próxima seção (3.3)

Na primeira década dos anos 2000, a recuperação do mercado de trabalho e uma série de políticas sociais que atingiram os jovens e suas famílias (SANTOS, GIMENEZ, 2015) trouxe impactos positivos para a inserção dos jovens como veremos a seguir analisando os dados para o período.

A partir do primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, ocorreram dois movimentos no mercado de trabalho brasileiro, um de caráter regulamentador e outro flexibilizador (KREIN; BIAVASCHI, 2015). Entre os elementos favoráveis aos trabalhadores se destacam a valorização do salário mínimo, e a ampliação da seguridade social e do seguro desemprego, (KREIN; SANTOS; MORETTO, 2013). Já entre os elementos flexibilizadores¹⁸ se mantêm e ampliam formas de inserção precárias, como a terceirização, por exemplo. Para Alves e Corsi (2010), o que ocorreu foi uma restrição do modelo neoliberal, conseguindo barrar alguns elementos do processo de precarização. Krein e Biavaschi (2015) ressaltam como os movimentos trabalhistas foram importantes para conter as investidas neoliberais, num processo que já vem desde os anos 1990. Por outro lado, no entanto, eles pouco conseguiram avançar em conquistas institucionais de fôlego.

Mesmo com esses movimentos ora regulamentadores, ora flexibilizadores, o mercado de trabalho brasileiro apresentou melhoras nos seus principais indicadores na primeira década e nos primeiros anos da segunda década dos anos 2000. O salário mínimo e o salário médio real aumentaram, houve uma diminuição da informalidade - a taxa de informalidade foi de 54,4% para 44,4%, entre 2003 e 2014 - e redução do desemprego pela PME de 12,3%, para 4,8% e pela PNAD de 9,7%, para 6,9%, também entre 2003 e 2014. Na contramão desses dados positivos, se observa um aumento da rotatividade nos postos de trabalho, por exemplo, a taxa global de rotatividade¹⁹ cresceu de 52,4%, em 2003, para 63,7%, em 2013 ²⁰(OLIVEIRA; PRONI, 2016).

¹⁸ Entre os elementos flexibilizadores os autores (KREIN; SANTOS; MORETTO, 2013) também citam a lei de falência, o Programa Primeiro Emprego, a legitimação do trabalho aos domingos, a contratação de intelectuais e artistas como não assalariados e a reforma da previdência.

¹⁹ A taxa global de rotatividade inclui tanto pedidos de demissão por parte do trabalhador quanto por parte dos empregadores.

²⁰ O que representa que em 2013, a cada dez empregados, seis passaram por desligamento e admissão ao longo do ano.

Neste mesmo período, três programas do governo Lula foram importantes para a expansão do ensino superior, o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Financiamento estudantil (Fies), ambos de 2005, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de 2008. A ampliação de vagas no ensino superior não só permitiu um prolongamento do período de estudo antes da inserção profissional como auxiliou em uma melhor qualificação para a entrada ou permanência do jovem no mercado de trabalho. Em 2014, 37% dos jovens estavam estudando, 33% tinham parado de estudar e 30% haviam terminado os estudos. Logo, para estes últimos, não estar estudando não é algo negativo, pois ocorre por ter conseguido concluir os estudos (PARTICIPATÓRIO, 2013).

Além disso, outros programas como “Minha Casa, Minha Vida” e o “Bolsa Família”, juntamente com a recuperação do mercado de trabalho, melhoraram as condições de vida das famílias reduzindo a taxa de participação juvenil (SANTOS; GIMENEZ, 2015). Melhoras no emprego, na renda e nas condições de vida, incluindo educação, saúde e moradia, permitem que os jovens sejam poupados de trabalhar podendo se dedicar por mais anos exclusivamente ao estudo. Somado à essas questões, o fator demográfico também colaborou com a menor taxa de participação juvenil (SANTOS; GIMENEZ, 2015, p. 165).

Assim, a melhora do desempenho do mercado de trabalho brasileiro também teve reflexos positivos para os jovens. Além do contexto mais favorável, a redução da População Economicamente Ativa (PEA) jovem e a busca mais tardia pelo primeiro emprego também contribuíram de forma essencial para os melhores resultados dos jovens no mercado de trabalho (BALTAR, 2015).

Tabela 1 – Estimativa da população de 14 a 29 anos por condição de atividade e ocupação – Brasil 2009 e 2014 (em 1000 pessoas)

	2009	2014
População de 14 a 29 anos	54.094	52.538
PEA	35.716	33.013
Desocupados	5.262	4.500
Inativos	18.378	19.525
Taxa de participação	66,0	62,8
Taxa de desocupação	14,7	13,6

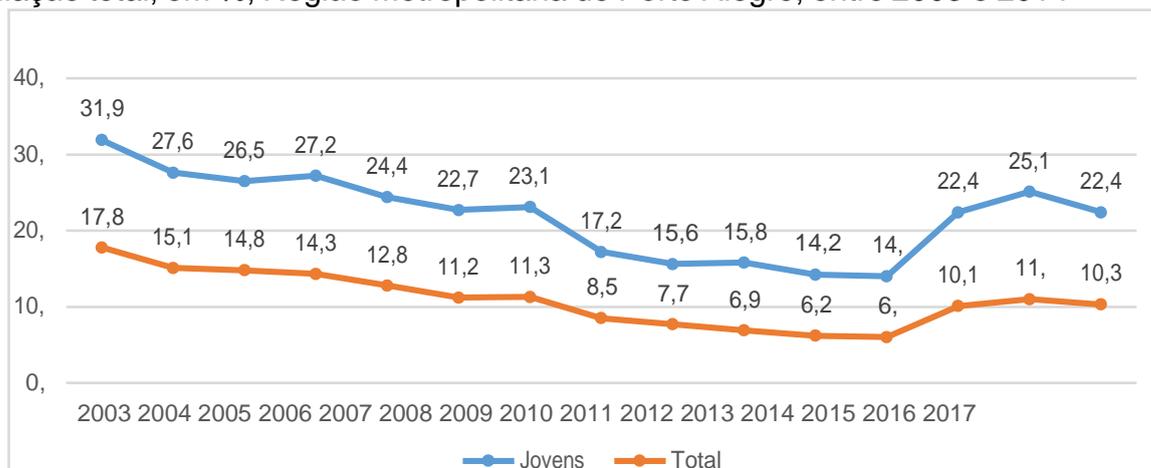
Fonte: DIEESE, 2015.

Ainda que a taxa de participação dos jovens no Brasil tenha se mantido alta em comparação à taxa internacional, ela teve redução no período. Este movimento acompanhou um comportamento internacional: a taxa de participação mundial dos jovens decresceu nos últimos 20 anos, em 1997 era de 55% e em 2017 é 45,7% (OIT, 2017). É possível observar na Tabela 1 uma redução de 1,5 milhões na população entre 14 e 29 anos, e que a PEA teve uma redução de 2,7 milhões de jovens. Portanto, além da vantagem demográfica da redução da população nesta faixa etária, houve uma saída (ou não entrada) de jovens na população que estava trabalhando ou à procura de emprego, ou seja, verificou-se um aumento de inativos. O número de desocupados teve não apenas uma redução percentual, como também no total. Enquanto em 2009 haviam cerca de 5,3 milhões de jovens à procura de uma ocupação, em 2013 este número reduziu para 4,5 milhões (DIEESE, 2015).

Ao analisar o desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre, local do campo da pesquisa, o que inicialmente chama a atenção é que as taxas de desemprego da população jovem são quase o dobro da taxa da população total (Gráfico 1). No período estudado o desemprego entre os jovens tem variação bastante similar a do total da população, apresentando uma tendência de queda entre 2003 e 2014, com pequeno aumento do desemprego entre 2008 e 2009, reflexo do período de crise internacional que teve pequeno impacto na economia nacional.

Ocorre um posterior crescimento do desemprego em 2015 e 2016, seguido de uma leve redução em 2017. Ao compararmos o início da série analisada, em 2003, até o fim do período de redução do desemprego, em 2014, verifica-se uma redução um pouco mais acentuada do desemprego da população jovem, comparativamente ao declínio do desemprego total da população. Assim, se observa que os efeitos positivos do mercado de trabalho também impactaram os jovens. Entretanto, quando a taxa de desemprego volta a crescer, os jovens são atingidos de forma mais forte.

Gráfico 1 - Taxa de desemprego nos meses de setembro, para jovens* e para a população total, em %, Região Metropolitana de Porto Alegre, entre 2003 e 2014



Fonte: PED-RMPA. Elaboração própria.

*foram considerados jovens pessoas entre 15 e 24 anos

Segundo estudo do IPEA (COURSEIL; FRANCA, 2015), utilizando a base de dados da PNAD, a taxa de informalidade, uma das grandes questões ligadas à precária inserção dos jovens, também teve uma melhora variando de 52,1%, em 2006, para 38,6%, em 2013. A remuneração também apresentou resultados positivos para os jovens, ou seja, a remuneração média de pessoas entre 15 e 29 anos era R\$768,2 em 2006, e em 2014 foi para R\$1070,1. Além disso, houve uma redução no percentual dos jovens que recebem menos de um salário mínimo caindo de 30,9%, em 2006, para 21,1%, em 2014 (COURSEIL; FRANCA, 2015).

Se destaca também, entre as melhoras no mercado de trabalho para os jovens, o aumento proporcional de jovens com carteira assinada. Tal fato é relevante pois representa um maior número de jovens assegurados por direitos trabalhistas. Entre 2003 e 2014 a variação da porcentagem de jovens com carteira de trabalho assinada foi maior do que para adultos, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2- Porcentagem de trabalhadores com carteira assinada do total de remunerados no setor privado, entre os jovens e entre os adultos Brasil, 2003, 2008 e 2014

	Jovens			Adultos		
	com carteira assinada	sem carteira assinada	total	com carteira assinada	sem carteira assinada	total
2003	52,5	47,5	100	61,9	38,1	100

2008	57,8	42,2	100	65,0	35,0	100
2014	65,8	34,2	100	69,8	30,2	100

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

É importante ressaltar que essa entrada no mercado de trabalho não é vivida da mesma forma por todos os jovens. Como já referido anteriormente, classe, gênero, etnia/raça, são fatores que influenciam tanto o tipo ocupação como quando o jovem se insere. A desigualdade de gênero chama atenção com relação aos jovens que não estão nem empregados, nem estudando: enquanto para homens essa porcentagem é de 9,8%, para mulheres essa taxa sobe para 34,4%.

Os homens se inserem mais precocemente do que as mulheres no mercado de trabalho (GUIMARÃES, 2006). A menor participação das mulheres nesse mercado está relacionada às atividades reprodutivas, ao trabalho doméstico não remunerado e cuidados de familiares, tarefas que recaem sobre as mulheres. Uma das implicações é a maior porcentagem de mulheres que não estudam e não trabalham. Isso é ainda mais forte entre as mulheres de classes mais baixas que não têm a possibilidade de externalização dessas tarefas através de escolas ou clínicas de cuidado. Vale lembrar que a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho é um fenômeno recente, “nos últimos cinquenta anos houve um expressivo aumento da oferta de trabalho feminino” (ITABORAÍ, 2016, p.178).

A taxa de participação para homens jovens é bastante mais elevada do que para mulheres jovens, porém ambas sofreram reduções. Em 2006 a taxa de participação para os jovens do sexo masculino era 77,8% e para as mulheres jovens 58,1%, em 2013 a taxa de participação dos homens baixou para 71,9% (-7,7% de variação) e a das mulheres para 55,2% (-4,9% de variação).

Com relação à taxa de desemprego, as mulheres sofrem mais com o desemprego do que os homens, entretanto, no comparativo entre 2006 e 2013 as mulheres tiveram uma maior redução, indo de 20,6% em 2006 para 16,3% em 2013 (-21,0% de variação) e para os homens de 11,8% para 10,5% em 2013 (-11,7% de variação). As mulheres jovens também tiveram maior redução da informalidade (-23,8%), chegando a 37,6%, em 2013, porcentagem inferior à dos homens jovens 39,3%. Quando se trata do rendimento médio ocorre algo similar,

as mulheres ainda ganham menos, porém tiveram uma melhora mais significativa do que os homens. O rendimento médio das mulheres jovens foi de R\$ 684,9, em 2006 para R\$ 978,1, em 2013, o que representa um aumento de 42,8%. E o dos homens jovens foi de R\$825,6, em 2006, para R\$ 1.137,2, em 2013, representando um aumento de 37,7% no período analisado (COURSEIL; FRANCA, 2015).

Com relação à raça/cor dos jovens e das jovens, a taxa de participação teve uma maior redução entre os pretos e pardos, indo de 66,6% para 61,1% e entre os brancos de 69,2% para 65,9%.

O desemprego, entretanto, teve uma maior redução entre os brancos, em 2006, era 14,3% e em 2013, 11,0% (23,6% de redução) e entre os pretos e pardos foi de 16,9% para 14,7% (uma redução de 12,8%) (COURSEIL; FRANCA, 2015). Em 2013, mesmo em um contexto mais favorável, a taxa de desemprego dos pretos e pardos ainda era mais alta do que a taxa de desemprego dos jovens brancos em 2006. Assim, se os pretos e pardos já estavam em piores condições relativas na procura por um emprego essa diferença se acentua ainda mais, apesar da redução do desemprego para ambos. Os trabalhadores jovens pretos e pardos também se beneficiaram menos com a redução da informalidade (-25,8%) em comparação aos brancos (-27,8%). Em 2013, 44,4% dos jovens pretos e pardos estavam em trabalhos informais, enquanto 32% dos jovens brancos estavam nessas inserções. Ao mesmo tempo, o rendimento dos jovens pretos e pardos teve um aumento de 51,6% e dos jovens brancos de 33,6%. Entre os brancos o rendimento médio foi de R\$ 937,7, em 2006, para R\$ 1.253,0 e o dos jovens pretos e pardos foi de R\$ 600,4, em 2006, para R\$ 910,4, em 2013. Ou seja, mesmo com um aumento expressivo da média do salário dos jovens pretos e pardos, em 2013 estes não alcançaram o valor do rendimento médio de 2006 dos jovens brancos.

Referente ao quintil de renda²¹ dos jovens, a taxa de participação aumenta e a taxa de desemprego diminui conforme o aumento da renda. E a variação percentual da participação entre 2006 e 2013 só aumenta no quintil 5 (de maior renda). Além disso quanto menor a renda maior é a redução da taxa,

²¹ Dividindo a população por renda em 5 grupos ou quintis, sendo o quintil 1 o de menor renda e o 5 de maior renda

por exemplo, no quintil 5 a taxa de participação teve uma redução de 29,8%, entre 2006 e 2013. Já no quintil 1 a taxa de participação cresceu 3,5%.

Os jovens mais pobres sofrem mais as dificuldades do mercado de trabalho, a taxa de desemprego se reduz conforme o aumento da renda. Na variação entre 2006 e 2013, a taxa de desemprego sofreu redução nos quintis 5 e 4, de 39,9% e 12,1%, respectivamente. Nos outros quintis há aumento do desemprego entre os jovens no período analisado, entre os jovens da primeira faixa de renda (quartil 1) esse aumento representa 49,8%, no quartil 2, 15% e no quartil 3, 13,1%. Assim, enquanto o desemprego entre os jovens do quartil 1 chegava a 41,7%, para os jovens do quartil 5 a taxa de desemprego era de apenas 5,2% (COURSEIL; FRANCA, 2015). Estes dados revelam que neste período de relativa melhora do mercado de trabalho se acentuaram ainda mais as desigualdades de inserção no mercado de trabalho entre os jovens de diferentes classes sociais.

Também há discrepância entre os jovens da área urbana e da área rural. Enquanto para os jovens do meio urbano houve uma redução de 21,1 % do desemprego, para os jovens do meio rural houve um aumento de 33,8%, entre 2006 e 2013. Vale ressaltar que mesmo assim a taxa de desemprego entre jovens nas áreas rurais é menor do que na área urbana (em 2013, 10,7% e 13,3%). As taxas participação reduziram tanto no meio rural como urbano, porém de forma mais intensa entre os jovens de área rural (participação -16,5% -5,3% (COURSEIL; FRANCA, 2015).

Como mencionado anteriormente, apesar das melhoras de importantes indicadores do mercado de trabalho, a rotatividade continuou crescendo. Em estudo do DIEESE sobre rotatividade é possível observar como o número de desligamentos de jovens é representativo para diferentes setores (Tabela 3). Das quatro categorias analisadas, em três o desligamento de pessoas até 29 anos representou mais da metade (em 2012). No comércio 61,3%, Metalúrgicos 51,9%, Alojamento e Alimentos 55,4%. Esses dados corroboram o argumento da instabilidade do emprego juvenil.

Tabela 3 - Distribuição dos desligados nem categorias selecionadas segundo faixa etária - Brasil, 2012 (em %)

	Comércio	Bancário	Metalúrgico	Alojamento e Alimentos
--	-----------------	-----------------	--------------------	-------------------------------

Até 17	2,3	0,9	1,2	
18 a 24	37,0	12,9	28,4	36,1*
25 a 29	22,0	20,6	22,3	19,3
30 a 39	24,7	32,2	28,5	25,9
40 a 49	9,8	19,7	12,5	13,2
50 a 64	4,0	14,3	6,8	5,5**
65 ou +	0,2	0,19	0,4	

Fonte: DIEESE Rotatividade. Elaboração própria.

* até 24 anos

** 50 anos ou mais

Nesta seção, observamos a elevada participação dos jovens no mercado de trabalho e a relação dessa participação com programas sociais e com o sistema educacional. O jovem mesmo tendo uma pior inserção no mercado de trabalho em comparação aos adultos, viu melhoras com relação à rendimento, seguridade, proteção e até mesmo acesso ao emprego no período analisado. Parte pode ser explicada por uma menor pressão no mercado de trabalho dado a redução da PEA juvenil e por melhoras no mercado de trabalho como um todo. O Brasil seguiu uma tendência internacional de redução da taxa de participação juvenil. Ao mesmo tempo, a alta rotatividade nos empregos ainda é um problema que afeta principalmente os mais jovens.

É muito importante ressaltar que essas melhoras não se deram de forma homogênea. A análise dos dados nos permite afirmar que as melhoras no mercado de trabalho não ocorreram da mesma forma para diferentes grupos sociais. As mulheres jovens se beneficiaram em maior medida com a redução do desemprego, da informalidade e com relação ao aumento da renda em comparação aos homens. Entretanto, ainda sofrem com maiores taxas de desemprego e possuem um menor rendimento médio em comparação aos homens jovens. Os jovens pretos e pardos se beneficiaram em menor medida com relação à redução do desemprego e da informalidade comparativamente aos jovens brancos. Assim, em 2013 os jovens pretos e pardos se encontravam em pior situação relativamente aos jovens brancos do que estavam em 2006. Sobre o rendimento médio, é possível perceber que os pretos e pardos tiveram um maior aumento percentual do que os jovens brancos, porém, estes ainda

possuem uma renda média inferior à dos brancos. Os jovens pertencentes aos quintis mais baixos de renda (do 1 ao 3) apresentaram pioras no mercado de trabalho, com aumento do desemprego.

Este momento positivo foi afetado pela crise mundial de 2008 que impactou o crescimento econômico do país influenciando o desempenho do mercado de trabalho (BALTAR, 2015). Entretanto é a partir de 2014 que o governo reorienta a política macroeconômica, mudando sua estratégia através do chamado “ajuste fiscal”, com redução de gastos públicos e aumento tributário. Temos assim uma retração do crescimento econômico e uma piora dos indicadores do mercado de trabalho, (OLIVEIRA; PRONI, 2016). Atualmente, diante de uma crise econômica e da piora do desempenho do mercado de trabalho brasileiro, somado à reforma trabalhista que começou a vigorar em novembro de 2017, a tendência é que novamente os jovens sejam prejudicados e estejam diante de uma nova fase de deterioração das suas condições de trabalho e aumento do desemprego.

3.3 CAMINHOS E DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL

Entre os anos 1980 e 1990 ocorreram mudanças nas relações de trabalho que afetaram de forma crucial os sindicatos, chegando-se a imaginar que com as novas formas de organização do trabalho e o avanço da externalização, não haveria espaço para a manutenção do sindicalismo. Entretanto, com o passar dos anos este segue se reinventando e reformulando, passando por diversas metamorfoses. Iremos abordar a seguir os principais desafios do movimento sindical na trajetória recente.

Primeiramente, é necessário ressaltar que o movimento sindical não é, nem nunca foi, uno e coeso. Diversas são as configurações dos sindicatos variando imensamente de acordo com a categoria, a região, o país e o momento histórico. Ainda que heterogêneos, é inegável o papel dos sindicatos não apenas na “defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores”, como também como importante ator político e social em processos históricos em todo o mundo (SANTANA, 2015, p.453).

É consenso nos estudos do trabalho que as políticas neoliberais iniciadas na década de 1980 impactaram nas relações de trabalho e, conseqüentemente, na organização sindical. As políticas neoliberais chegaram à América Latina²² como uma resposta à “crise da dívida”²³, que estava gerando processos inflacionários e baixas taxas de crescimento econômico. Em um contexto extremamente desfavorável, alguns governos latino-americanos passaram a adotar políticas macroeconômicas recomendadas por órgãos de financiamento internacional, como o FMI e o Banco Mundial (BANDEIRA, 2002). O eixo central era a redução do papel do Estado na economia dos países e dentre as políticas destacavam-se a abertura comercial e financeira e a redução dos gastos públicos.

No âmbito do trabalho as recomendações foram desregular e flexibilizar esse mercado. Nesse sentido, as estratégias de redução dos custos trabalhistas das empresas tiveram por efeito passar para os trabalhadores as inseguranças do mercado.

Os trabalhadores passam a ser considerados colaboradores, parceiros das empresas, e logo suas condições de trabalho irão depender do desempenho da empresa. Krein (2001) irá definir essa relação como uma cooperação forçada, na qual a empresa visa “mobilizar as competências dos trabalhadores de forma cooperativa, oferecendo, em contrapartida, condições de trabalho até mesmo piores do que aquelas anteriormente praticadas” (KREIN, 2001, p.21).

Na América Latina, as conseqüências foram o aumento do desemprego, aumento da informalidade e intensificação da precarização do trabalho. Além

²² O neoliberalismo foi posto em prática pela primeira vez no Chile, em 1974. No governo do ditador Augusto Pinochet foram implementadas uma série de políticas econômicas recomendadas pelo chamados Chicago Boys. Entre as políticas estavam privatizações de bens públicos, desregulamentação e internacionalização da exploração dos recursos naturais, além da liberalização do comércio (HARVEY, 2012). Entre os países latino-americanos que vestiram o receituário neoliberal podemos citar o México, no governo de Carlos Salinas, a Argentina, com Carlos Menem, a Venezuela, com Carlos Andrés Perez, o Peru, com Alberto Fujimori, o Brasil no governo de Fernando Collor e, posteriormente, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

²³ O choque de juros do governo americano, que impactou nas taxas de juros internacionais, havia complicado a situação dos países com altas dívidas externas, pois os juros pagos eram flutuantes, assim as dívidas tiveram um aumento substancial em um período curto de tempo. Altamente endividados e desacreditados no mercado internacional de empréstimos, os países latino-americanos viram secar suas fontes de financiamento externas, ao mesmo tempo em que transferiam seus recursos para o exterior para pagar os juros da dívida, (ARAÚJO; TROVÃO, 2009, p.7).

disso, os países da região apresentaram baixo crescimento econômico e aumento da desigualdade de renda (GARCIA; CALVETE, 2014).

Este momento chegou a ser considerado por alguns estudiosos²⁴ como o fim do sindicalismo. O trabalho mais conhecido, e igualmente contestado, no Brasil sobre o declínio do sindicalismo é o de Leôncio Rodrigues (1999) no qual ele afirma que com o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo e a redução da importância da indústria, o sindicato tenderia ao seu fim.

Entre os autores que discordam da tese do declínio do sindicalismo está Cardoso (2015) que critica os argumentos baseados centralmente na filiação e no número de greves. Boito Jr.(2003) também contesta essa posição, ressaltando como historicamente o sindicalismo já se reinventou, categorias que não tinham expressividade passaram a ter, e de forma alguma o proletariado ou os sindicatos se resumem aos trabalhadores industriais. Krein e Dias (2017) corroboram com esta tese, para eles “Enquanto a relação de assalariamento for predominante nas sociedades capitalistas, o sindicalismo não perderá o seu papel e relevância. De fato, não se conhecem sociedades democráticas e civilizadas sem a presença do movimento sindical” (KREIN; DIAS, 2017, p.15).

Internacionalmente, sinais de retração da atuação sindical apareceram nos anos 1980, em países europeus, latino-americanos e nos Estados Unidos (PAULINO; BOITO JR., 2010). Entretanto, Boito Jr. destaca que ao mesmo tempo em que o sindicalismo enfraquecia em alguns países a partir dos anos 1980, ele tomava força em outros. Dessa forma, houve um recuo sindical “desigual e contraditório”, (p.332, 2003). E conclui:

o recuo internacional do sindicalismo não é uma decadência histórica que adviria de uma mudança econômica irreversível das sociedades atuais. Ele é sintoma de uma crise, oriunda de causas reversíveis, e que pode, por isso, ser superada. Essa crise aponta, também, para um processo de mutação do movimento sindical (BOITO JR, 2003, p.332).

No Brasil o impacto para o sindicalismo chega mais tarde, após uma época de conquistas sociais do movimento trabalhista. O final dos anos 1970 e

²⁴ No Brasil o principal expoente da tese do declínio do sindicalismo foi Rodrigues (2002). Internacionalmente, outros autores como Baumard e Blanchot (1994) e Rosanvallon (1988) escreveram sobre o tema. Sobre essa discussão consultar Paulino e Boito Jr. (2010)

os anos 1980 foram caracterizados por uma intensa atuação sindical no Brasil, que ficou conhecido como “novo Sindicalismo”. Vale ressaltar que naquele período a sociedade passava por um momento de luta pela redemocratização do país²⁵. Naquele momento, o movimento sindical desempenhou um importante papel, ampliando suas pautas para questões sociais que extrapolavam as relações de trabalho, com uma atuação combativa e diversas vitórias no campo social brasileiro. O período foi marcado por um grande número de greves e manifestações trabalhistas, além do surgimento da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores (RODRIGUES, 2015; ALVES, 2000; ANTUNES; SILVA, 2015).

Durante os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso políticas neoliberais foram implementadas no Brasil, passando por um período de privatizações e de abertura comercial. Concomitantemente, a reestruturação produtiva, o processo de flexibilização da produção e a precarização das relações de trabalho ²⁶, impactaram negativamente o sindicalismo (RODRIGUES, 2015; ANTUNES, 2015). Dessa forma, após uma fase áurea, o sindicalismo começa a apresentar sinais de descenso, com redução de filiados e de greves e perda de poder de influência nos rumos da sociedade brasileira.

Em 2003 é eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) - partido de origem sindical - o Presidente Lula da Silva, ex-sindicalista metalúrgico do ABC paulista. Nesse governo, voltam à cena políticas chamadas de “desenvolvimentistas”, conseguindo barrar em parte o avanço da precarização do trabalho, e se observa melhoras no mercado de trabalho com um aumento do emprego, crescimento da formalização e aumentos reais de salário (GARCIA; CALVETE, 2015). Se por um lado, isso representa uma maior abertura de espaço político no Estado, principalmente dos sindicatos tradicionalmente ligados ao PT, por outro, limita, de certa forma, uma atuação mais combativa dessas entidades (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014).

²⁵ O Brasil esteve sob uma ditadura militar entre 1964 e 1985.

²⁶ Ao se falar da realidade brasileira alguns aspectos precisam ser ressaltados. A informalidade no Brasil sempre foi alta, chegando a representar mais da metade dos trabalhadores ocupados, assim, sempre se conviveu com formas de inserção precárias e não cobertas legalmente (DRUCK, OLIVEIRA, JESUS, 2010). Entretanto, como afirmam Druck, Oliveira e Jesus (2010) a partir dos anos 1990 se observa a intensificação da precarização do trabalho “há um processo que se instala econômica, social e politicamente, renovando e reconfigurando a precarização histórica e estrutural” (DRUCK, OLIVEIRA, JESUS, 2010).

Nesse cenário, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), historicamente ligada ao PT, modifica sua forma de ação durante o governo Lula e Dilma perdendo o seu caráter de atuação mais radical. Entretanto, isso não significou uma paralisação, uma vez que ela passou a ter um caráter mais propositivo e de negociação com o governo, o que também permitiu conquistas importantes, (LADOSKY; RAMALHO; RODRIGUES, 2014). Para Vêras de Oliveira (2015), “(...) prevaleceu, na CUT, a disposição em: participar e legitimar os novos espaços, atuar propositivamente nas políticas sociais, evitar críticas às ações do governo, emprestar seus quadros para participar da gestão” (VÉRAS DE OLIVEIRA, p.553, 2015).

Antunes e Silva (2015) argumentam que desde os anos 1990, mas com maior intensidade nos anos 2000, há uma mudança do sindicalismo de confronto para o sindicalismo negocial no Brasil. Esse movimento também é visto internacionalmente, Estanque (2013) utiliza conceitos similares para retratar a realidade nos países europeus, ele fala de uma tensão entre o sindicalismo de classe/movimentos sociais para o sindicalismo de mercado – mais corporativo e institucional.

Em parte, Cardoso (2015) e Braga e Santana (2015) corroboram esta visão ao afirmarem que os sindicatos perderam seu aspecto de mobilização das massas, ao passo que, ao priorizar a negociação, perderam força com relação à sua forma de atuação mais radical. Esses autores mostram como nas Manifestações de Junho de 2013, que assolaram o país, a presença dos sindicatos foi irrisória. Assim, por um lado, os sindicatos perderam seu poder político com relação à mobilização das massas, mas, por outro, ganharam poder institucional. Para Druck, Oliveira e Jesus (2010) essa atuação institucional tem ocorrido sem diálogo com as bases, sendo realizada majoritariamente pelas Centrais Sindicais de forma hierárquica.

E não é comum, no caso da agenda institucional, serem convocadas assembleias ou criados outros espaços e mecanismos para saber a opinião dos trabalhadores em relação a questões presentes na pauta da negociação. Neste sentido, a participação em espaços institucionais poderia ser benéfica se o movimento sindical aproveitasse esse momento para mobilizar os trabalhadores, possibilitando-lhes participar dos assuntos neles debatidos e das possíveis tomadas de posição (DRUCK, OLIVEIRA, JESUS, p.126, 2010).

Ainda com relação ao arranjo das Centrais Sindicais nesse período, Krein e Dias (2017) ressaltam o posicionamento de outras entidades sindicais no período Lula. Assim, os autores identificam dois blocos, sendo um daquelas entidades que se mantiveram críticas ao governo e o outro, das mais pragmáticas que apoiaram o governo “de acordo com o contexto político e a aprovação”. Os autores também destacam que “se no segundo governo Lula todas as centrais reconhecidas estavam na base de apoio, posteriormente verificou-se uma crescente divisão entre elas e as ações conjuntas tornaram-se mais raras no primeiro governo Dilma” (KREIN; DIAS, 2017, p.13). Além disso, no governo Dilma já era visível um aumento do conflito entre governo e sindicatos, mesmo que se mantenha uma interlocução entre os campos.

Em meados da década atual observamos um período de crise econômica e política no país e de piora na situação do mercado de trabalho somada à uma redução das políticas públicas voltadas para a proteção do trabalhador (SANTANA, 2015). Neste cenário, o poder de influência política e barganha dos sindicatos que havia crescido durante o governo Lula e no primeiro mandato do governo Dilma, volta a se reduzir (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015).

Desta forma, o sindicalismo atualmente se depara com novos desafios. A Lei das Terceirizações que tornou legal a terceirização de atividades-fim²⁷, a Reforma Trabalhista e o fim do imposto sindical faz com que os sindicatos passem a atuar em um contexto ainda mais difícil. A Reforma Trabalhista irá impactar negativamente no sindicalismo ao permitir a negociação individual dos trabalhadores com os empregadores e que as demissões não passem obrigatoriamente pelo sindicato. Além disso, criou a possibilidade de constituírem-se representações dos trabalhadores por empresa, independente dos sindicatos, com poder de negociação.

A ampliação da terceirização, bem como a adoção de formas de resolução do conflito sem participação das instituições públicas, ou ainda os processos de negociação sem respeito a direitos básicos ou diminuidores do papel dos sindicatos, cumpriram esse papel fragmentador e desarticulador do coletivo trabalhador (CESIT, 2016, p.23)

²⁷ Antes era possível a terceirização apenas de atividades-meio, ou seja, as atividades auxiliares e não específicas da empresa.

Há também uma questão controversa na Reforma: o fim do imposto sindical. A discussão em torno do imposto sindical é tão antiga quanto o próprio tributo e foi um dos pilares centrais da proposta de Reforma Sindical de diversas entidades. Não iremos aqui abordar de forma minuciosa a amplitude da questão. A própria CUT se posicionou historicamente desfavorável à contribuição sindical compulsória, pois permitia que os sindicatos existissem, se sustentassem sem nenhuma base nas suas categorias. Apesar disso, parte significativa do orçamento dos sindicatos provém do imposto sindical. Sendo assim, será necessária uma nova estratégia de arrecadação para que os sindicatos continuem exercendo seus trabalhos junto à sua base. Ao mesmo tempo que crescia a proporção de sindicatos que devolviam o imposto sindical, eles ainda representavam uma minoria das entidades (KREIN, DIAS, 2017).

Com relação ao trabalho terceirizado, desde princípio dos anos 1990, com o crescimento das terceirizações, o movimento sindical se posicionava contrário à essa relação de trabalho. A terceirização significava piores condições de trabalho e dificultava a ação sindical (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015). Além disso, se observava um processo de fragmentação da base dos sindicatos que fez com que estes tivessem que lidar com diferentes formas de inserção. Houve discussões internas em tradicionais entidades representativas e em Centrais sindicais sobre a incorporação dos trabalhadores terceirizados nos sindicatos. Atualmente, prevalece uma política de inserção desses trabalhadores e “busca de igualdade de condições de trabalho, remuneração e benefícios” (VÉRAS DE OLIVEIRA, p.554, 2015). É importante ressaltar que a luta contra o processo de terceirização não é unânime entre os sindicatos: das seis centrais sindicais atuais no Brasil, uma delas, a Força Sindical, se posicionou favoravelmente à legalização das terceirizações de atividades-fim.

Desta forma, a nossa interpretação com relação ao movimento sindical brasileiro é que este está diante de um momento de transformações tanto na sua organização como na sua atuação. O sindicalismo passou por diferentes fases e mudanças na sua trajetória: encontrou dificuldades no período de reestruturação produtiva, apresentou melhoras durante a primeira e a segunda década do século XXI - em um contexto econômico e social mais favorável - e agora, a partir da crise econômica e política do país, se depara com novos obstáculos.

Cardoso (2015) chama atenção para alguns dados ao analisar a situação do sindicalismo brasileiro no século XXI²⁸. Ao mesmo tempo que o número de sindicatos cresce ano a ano²⁹, a porcentagem de filiados vêm sofrendo baixas, como será mostrado na próxima seção deste capítulo. Para Cardoso (2015), a queda da filiação nos anos 2000, um momento de crescimento do mercado de trabalho, pode estar relacionada à dois fatores. Um diz respeito ao aumento da rotatividade, a má qualidade e aos baixos salários dos postos de trabalho criados. O outro está relacionado ao abandono da reforma sindical por parte dos sindicatos. Tanto Cardoso (2015) como Silva e Krein (2015) ressaltam que apesar da queda na filiação, durante a primeira década dos anos 2000 houve um aumento no número de greves e o resultado foi positivo para os sindicatos nas negociações coletivas.

Observando as dificuldades que os sindicatos vêm enfrentando, Cardoso (2015) considera dois elementos diferentes. Por um lado há o elemento político, estrutural, que afeta não apenas os sindicatos, mas também outros movimentos de esquerda e que engloba questões econômicas e de forma de organização do trabalho e dimensões ideológicas e político-partidárias³⁰. E por outro, há uma dimensão de organização interna dos sindicatos, essa sim relacionada à lógica e à trajetória do movimento sindical brasileiro nas últimas décadas.

Somada à questões estruturais, também se apresentam como fatores relevantes para explicar a situação atual do sindicalismo brasileiro os fenômenos mais recentes ligados à falta de identificação com as pautas e com a forma de organização sindical, além da descrença nas formas tradicionais de representação (DRUCK, OLIVEIRA, JESUS, 2010; BRAGA, SANTANA, 2015), na qual estão incluídos os sindicatos.

²⁸ É importante destacar que há várias formas de considerar o poder sindical entre elas a mais difundida é a taxa de sindicalização (CARDOSO, 2015). Mas a própria taxa de sindicalização pode ser medida de formas distintas, como, por exemplo, considerando ou não os aposentados, agregando ou não os trabalhadores informais, etc. (SILVA; KREIN, 2015). Além disso, o poder de mobilização, a quantidade ou a efetividade de greves, o número de negociações vitoriosas, o crescimento do total de entidades sindicais, são todos fatores que ajudam a compreender o panorama do movimento sindical. Ou seja, dependendo das variáveis analisadas podemos encontrar diferentes perspectivas com relação ao movimento sindical brasileiro atual, (SANTANA, 2015).

²⁹ Devido ao processo de pulverização e fragmentação do sindicalismo. Hoje há mais de 22 mil entidades sindicais no Brasil.

³⁰ Estes elementos serão tratados nos próximos capítulos

3.4 A FILIAÇÃO SINDICAL ENTRE OS JOVENS

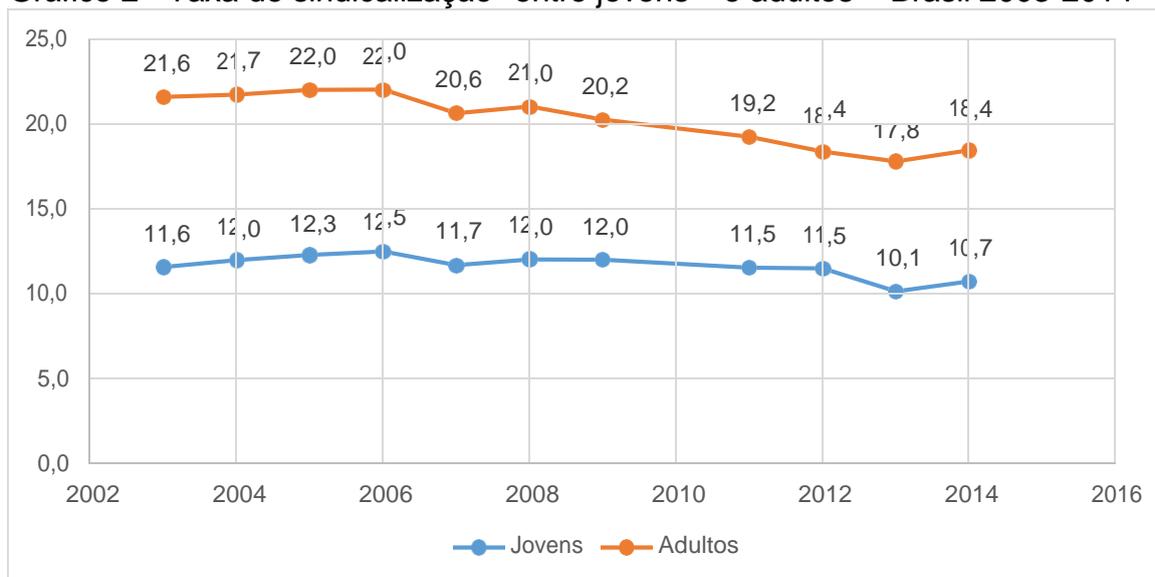
Como foi apresentado na seção 3.2, os jovens estão em piores condições no mercado de trabalho em comparação à população adulta. Ao mesmo tempo, os sindicatos não estão conseguindo agregar novos quadros ao movimento. Uma forma possível de se observar a participação juvenil no movimento sindical é a taxa de filiação. Pesquisas vêm mostrando pouca adesão de jovens aos sindicatos, (DRUCK; OLIVEIRA; SILVA, 2010; BRAGA; SANTANA 2015), sendo esta a faixa etária com a menor densidade sindical. É importante ressaltar, no entanto, que a juventude historicamente possui uma baixa adesão aos sindicatos.

Embora a sindicalização³¹ entre jovens possua taxas menores do que as dos adultos, e isso se mantém em todo o período analisado (Gráfico 2), essa diferença vem diminuindo. Em 2003 ela era de 10 pontos percentuais e em 2014 a diferença foi de 7,7 pontos percentuais. Apesar dessa aproximação é importante observar que, em números absolutos, houve retração do número de sindicalizados entre os jovens, já entre adultos houve um pequeno aumento, entretanto, como diminuiu o número absoluto de jovens ocupados e cresceu o número de adultos ocupados houve essa aproximação das taxas.

Tanto entre os jovens como entre os adultos houve declínio da sindicalização ao se considerar o início e o fim da série analisada. Além disso, há um comportamento bastante similar na variação da taxa de sindicalização, com crescimento entre 2003 e 2006, queda em 2007 e uma leve recuperação em 2008, seguida de queda em 2009 entre os adultos e em 2011 entre os jovens, sendo que no último ano estudado volta a ser registrado um leve crescimento, tanto entre jovens como entre adultos.

³¹ A taxa de sindicalização representa uma porcentagem de filiados aos sindicatos em relação a um total de indivíduos, sendo esse total selecionado de acordo com o objetivo do estudo (SILVA; KREIN, 2015). Neste estudo ela representa o percentual de trabalhadores filiados com relação ao total de trabalhadores ocupados remunerados.

Gráfico 2 - Taxa de sindicalização* entre jovens** e adultos – Brasil 2003-2014



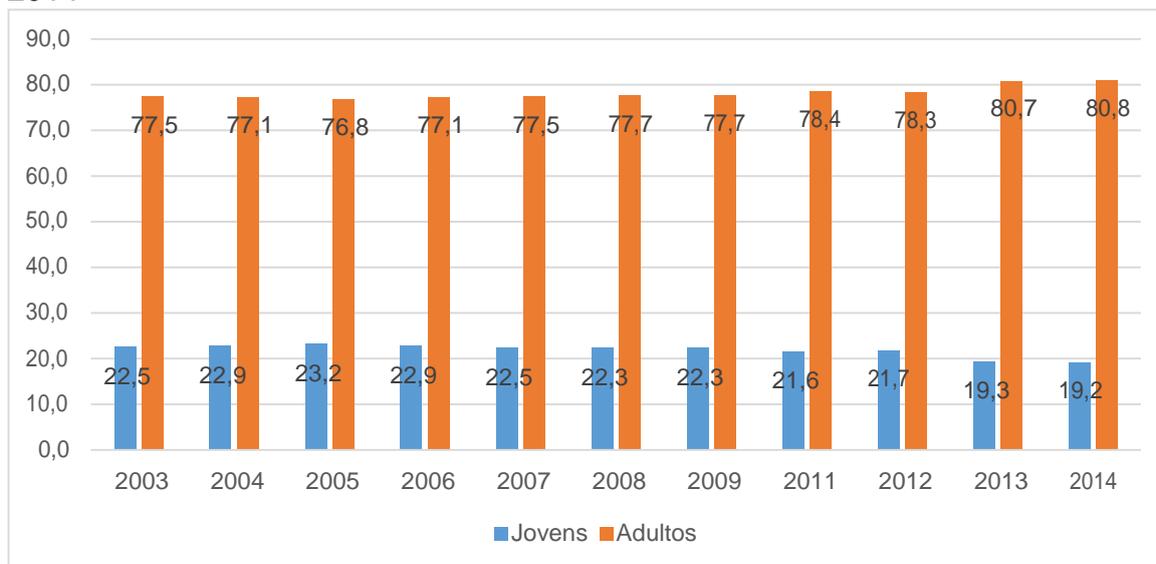
Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

*taxa de sindicalização calculada como a porcentagem de filiados sobre o total de trabalhadores ocupados remunerados

** foram considerados jovens pessoas entre 15 e 29 anos

Com relação à distribuição dos sindicalizados entre jovens e adultos se observa que no período analisado houve uma diminuição da proporção de jovens entre os sindicalizados (Gráfico 2), mesmo que a taxa de sindicalização dos jovens tenha decrescido menos do que a dos adultos. Como mencionado anteriormente, isso ocorre devido à saída de jovens do mercado de trabalho. Assim, ao mesmo tempo que diminui a porcentagem de jovens com relação aos adultos entre os sindicalizados, também se reduz a proporção de jovens na entre a PEA.

Gráfico 3 - Porcentagem de sindicalizados entre jovens* e adultos – Brasil, 2003-2014

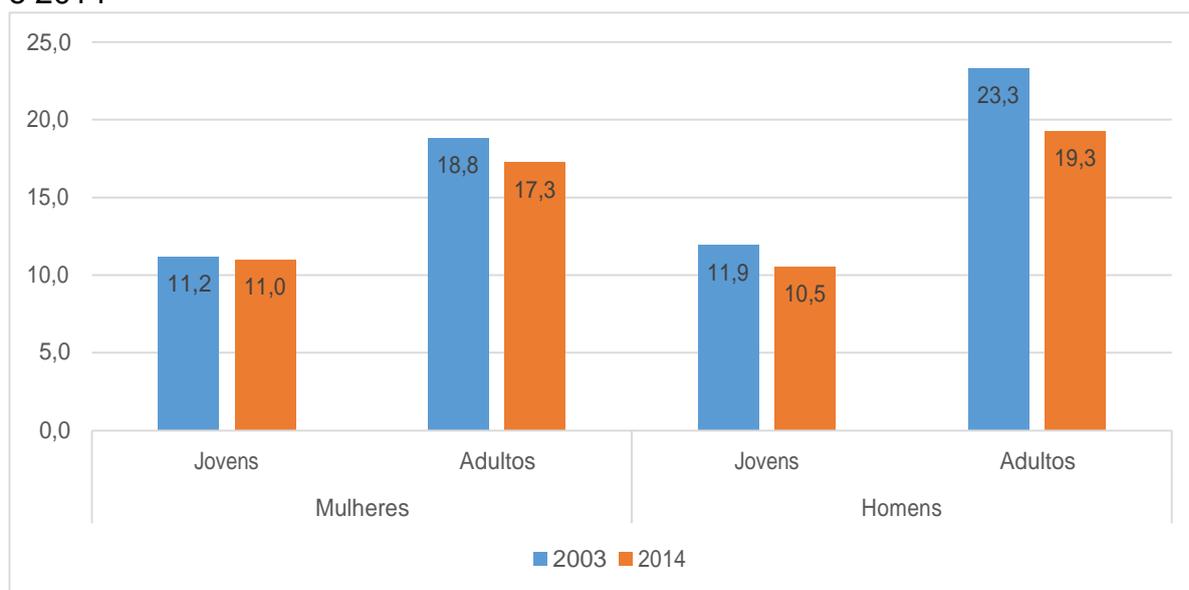


Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

*foram considerados jovens pessoas entre 15 e 29 anos

Também é relevante mostrar a mudança no perfil dos filiados. É visível um processo de crescimento do número de mulheres filiadas aos sindicatos. A porcentagem de mulheres jovens sindicalizadas é bem similar a porcentagem de homens jovens sindicalizados, já a porcentagem de mulheres adultas sindicalizadas é menor com relação à dos homens adultos sindicalizados. Em 2014 a taxa de sindicalização de mulheres jovens é superior à masculina (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Taxa de sindicalização* de jovens* e adultos por sexo– Brasil, 2003 e 2014



Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

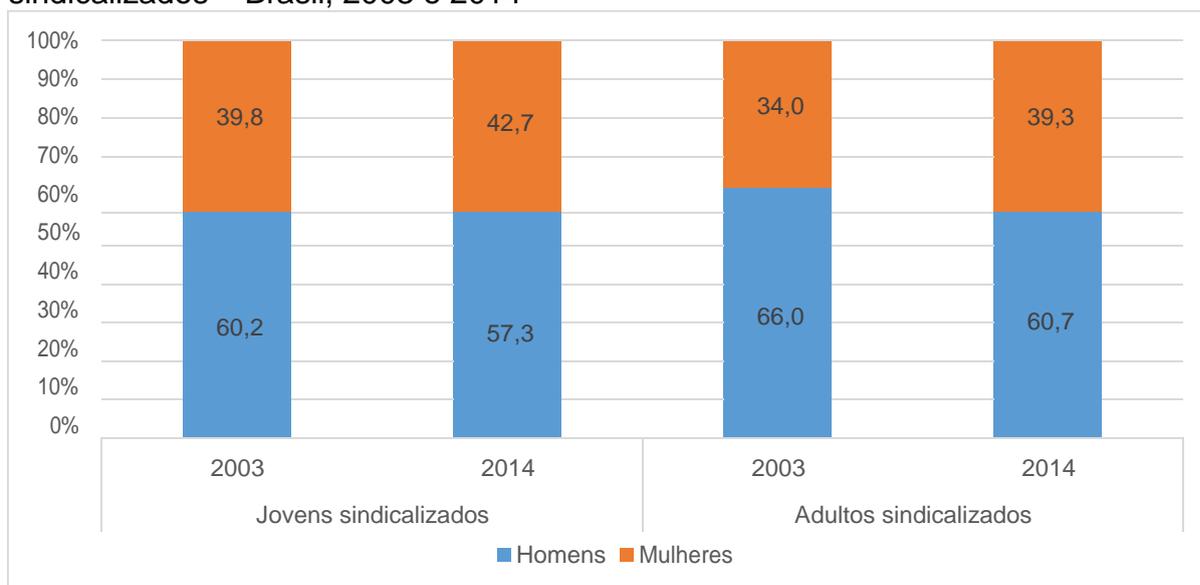
*taxa de sindicalização calculada como a porcentagem de filiados sobre o total de trabalhadores ocupados remunerados

** foram considerados jovens pessoas entre 15 e 29 anos

Quando observamos a proporção de homens e mulheres associados é possível notar um aumento da participação relativa das mulheres, tanto entre os jovens como entre os adultos (Gráfico 5). Além disso, se observa que a diferença entre a porcentagem de homens e mulheres é menor entre os jovens. Tal dado, mostra como não apenas está crescendo a porcentagem de mulheres sindicalizadas como esse fenômeno ocorre de forma mais acentuada entre os jovens. Estes dados podem estar relacionados ao aumento relativo da participação das mulheres jovens na economia entre 2006 e 2013³², como vimos na seção 3.2. Também pode ter influenciado as melhoras relativas das mulheres jovens na inserção no mercado de trabalho, com redução da taxa de desemprego e da informalidade e aumento do rendimento médio, pois a formalização e a remuneração têm correlações positivas com a sindicalização.

³² Mesmo que tenha ocorrido uma diminuição na taxa de participação tanto de homens jovens como de mulheres jovens, a redução entre as mulheres foi menor.

Gráfico 5- Porcentagem de homens e mulheres entre jovens* e adultos sindicalizados – Brasil, 2003 e 2014

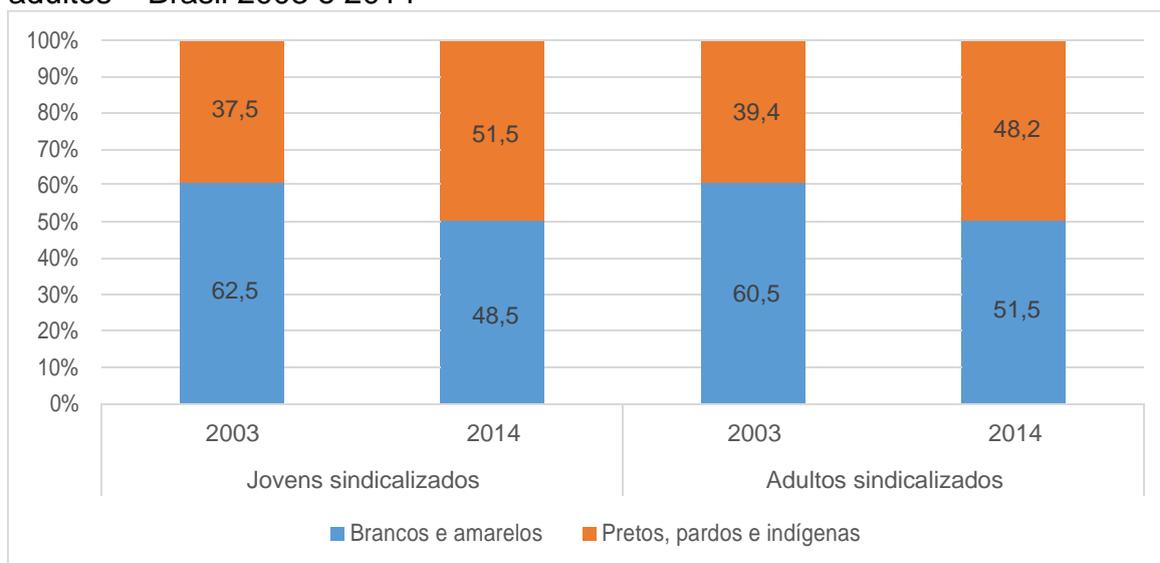


Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

*foram considerados jovens pessoas entre 15 e 29 anos

Também é possível observar que com relação a cor/etnia/raça entre os trabalhadores sindicalizados diminuiu a porcentagem de brancos e amarelos, e aumentou a proporção de sindicalizados entre os negros, pardos e indígenas (Gráfico 6). O mesmo movimento ocorreu tanto entre os adultos como entre os jovens, entretanto, entre estes últimos foi de forma mais acentuada. Este dado é curioso pois entre 2006 e 2013 a taxa de participação dos jovens negros e pardos teve uma maior redução do que a dos jovens brancos. Vale ressaltar que se os jovens pretos e pardos viram melhoras no mercado de trabalho na primeira década do século XXI, porém relativamente menores do que os jovens brancos. Apenas com relação a remuneração média os jovens negros e pardos tiveram melhoras mais significativas do que os jovens brancos, o que pode estar relacionado ao aumento na sindicalização. Não se pode descartar o fato de entre 2003 e 2014 ter tido políticas de ações afirmativas para negros e indígenas, o que pode ter significado um aumento na autodeclaração de jovens que se identificam enquanto negros ou indígenas.

Gráfico 6 - Porcentagem de sindicalizados por etnia/raça* entre jovens** e adultos – Brasil 2003 e 2014



Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

*auto declaração

**foram considerados jovens pessoas entre 15 e 29 anos

Assim, com estes dados observamos que o movimento de aumento relativo de mulheres e de pretos, pardos e indígenas associados à sindicatos parece ter mais força entre os jovens.

Tais fenômenos representam um aumento da base sindicalizada dos trabalhadores que historicamente sofrem mais com a precarização do trabalho. Ao mesmo tempo, uma maior filiação não significa necessariamente que estas pessoas estejam inseridas nos espaços de tomada de decisão dos sindicatos.

É importante lembrar que no período analisado o arcabouço institucional dos sindicatos não incentivava a sindicalização, principalmente porque a Contribuição Sindical era obrigatória e todos os trabalhadores da categoria, filiados ou não, se beneficiavam com as negociações dos sindicatos. Entretanto, após as mudanças da Reforma Trabalhista, a filiação irá desempenhar um papel central na sustentação financeira dos sindicatos.

Vale notar que, pelo menos até hoje, a filiação sindical não representava engajamento sindical necessariamente. No caso dos entrevistados sindicalizados do Grupo 1, nenhum dos metalúrgicos afirmou ser atuante e dois dos telefônicos disseram participar do sindicato. É interessante notar que apareceram críticas ao sindicato tanto entre os trabalhadores não filiados como entre os filiados, ao mesmo tempo em que o reconhecimento dos sindicatos,

como defensor de direitos dos trabalhadores, também esteve presente na fala de filiados e não filiados.

Entre os entrevistados não sindicalizados, apenas dois trabalhadores metalúrgicos afirmaram não acreditar no papel dos sindicatos. Vale ressaltar que ambos trabalham em uma empresa de pequeno porte e um deles tem o cargo de supervisor. Os outros entrevistados disseram reconhecer a relevância do trabalho dos sindicatos, porém não serem sindicalizados por falta de conhecimento ou informação sobre o sindicato ou por não ver nenhuma vantagem individual na filiação.

Com relação à falta de comunicação entre os sindicatos e suas bases, ressaltamos que entre os trabalhadores não sindicalizados foi observado um maior desconhecimento dos sindicatos por parte dos telefônicos. Dos quatro telefônicos não sindicalizados entrevistados, três tinham pouquíssimas informações sobre o sindicato que os representava, uma delas soube do sindicato apenas através de um panfleto na empresa, e os outros dois não tinham nenhuma informação. Além disso, suas percepções sobre sindicatos eram mais vagas, sendo que dois afirmaram saber muito pouco sobre as funções sindicais e outra disse saber apenas o que havia aprendido na faculdade. Já entre os metalúrgicos, todos os cinco entrevistados não sindicalizados tinham muitas informações sobre os sindicatos que os representavam.

Esses dados nos permitem fazer duas observações com relação aos sindicatos e a juventude trabalhadora desta pesquisa. A primeira trata da falta de comunicação e informação entre sindicalistas e trabalhadores, pois dos oito entrevistados não sindicalizados apenas dois mostraram rejeição aos sindicatos. Ou seja, a não filiação não significa uma repulsa aos sindicatos, o que foi observado está mais relacionado à falta de informação entre as partes.

A segunda observação diz respeito à falta de participação de jovens internamente nos sindicatos, pois dos oito entrevistados sindicalizados apenas dois se mostraram atuantes. Essa falta de engajamento também não se mostrou associada à falta de reconhecimento do trabalho sindical.

Não só a filiação é mais baixa entre os jovens como a sua participação e mobilização nas entidades também é menor como veremos agora. Além da filiação, dados sobre as lideranças sindicais também nos ajudam a compreender a relação da juventude com o movimento sindical. Segundo pesquisa do DIEESE

(2015) sobre o perfil dos congressistas da CUT, em 2014 apenas 10,9% dos dirigentes dos sindicatos eram jovens.

Ao mesmo tempo, existe uma preocupação dos sindicatos com a renovação dos dirigentes e sobre como aproximar os jovens das entidades. Nessa mesma pesquisa foram levantadas algumas informações sobre os sindicatos aos quais esses dirigentes fazem parte. Em 20,7% das entidades de base dos dirigentes entrevistados há coletivo de jovens e em 17,7% delas há uma secretaria para jovens. Quase metade dos dirigentes (47,1 %) afirmou que os sindicatos de base dos quais fazem parte possuem políticas ou ações voltadas para a inserção de jovens. Contudo, apenas 11,2% afirmaram que suas entidades de base têm cotas na diretoria para jovens. Para 41,5% dos dirigentes entrevistados há falta de interesse dos jovens em participar dos sindicatos e para 35,3% não há interesse da entidade em promover atividades para jovens e 9,1% dos dirigentes argumentaram que os jovens não têm tempo para os sindicatos pois priorizam os estudos. Além disso, 16,8% afirmaram que não há um número de jovens representativo na categoria em que estão inseridos.

Na CUT a preocupação com a renovação e a inserção dos jovens tem mais de vinte anos. As políticas voltadas para a Juventude na CUT iniciaram em 1997 com a I Conferência Nacional da Juventude Sindicalista. A ideia era sensibilizar entidades sindicais, a sociedade civil e os órgãos públicos, para reconhecerem a juventude enquanto trabalhadora e, conseqüentemente, destacar a importância de ações voltadas para os jovens que trabalham. Outro projeto da CUT, em parceria com a Central sindical alemã DGB, difundiu uma série de pesquisas e realizou formações voltadas para os trabalhadores jovens, se tornando um importante estímulo na construção dos coletivos de juventude dentro dos sindicatos ligados à CUT (CORROCHANO; NASCIMENTO, 2013).

Em 2017 houve o Encontro em comemoração aos 20 anos de política de juventude na CUT. O Encontro foi chamado de “#OcupaCUT: juventude fazendo história”. Observa-se assim uma linguagem jovem fazendo referência a uma forma de comunicação característica das redes sociais, com o uso da “#”. Além disso, o termo “OcupaCUT” também remete à forma de atuação política característica dos movimentos de juventude recentes, com as ocupações de escolas, universidades, câmaras municipais, Assembleia, etc. Como será visto adiante.

No evento foram tratadas questões econômicas e políticas em curso atualmente no Brasil e como essas transformações impactam os jovens. A avaliação foi de que após 15 anos de conquistas, a juventude está agora diante de uma perspectiva de piora de suas condições de vida. Os temas tratados foram o êxodo urbano, a violência que incide principalmente contra os jovens negros, discriminações de gênero e sexuais, racismo e o direito à educação e cultura dos jovens.

Mostramos nesta seção tanto uma baixa filiação, como pouco engajamento da juventude no movimento sindical, ao mesmo tempo que há preocupação por parte dos sindicatos em trazer os jovens para o movimento. Vale ressaltar que nas entrevistas com os jovens sindicalistas e metalúrgicos, observamos que a não filiação e a ausência de engajamento não representam repúdio ou negação do papel dos sindicatos.

4. A RELAÇÃO DOS JOVENS COM O TRABALHO

Para compreender o lugar do sindicato na vida dos jovens consideramos relevante entender qual o lugar que o trabalho ocupa na vida deles, dado que os sindicatos se conformam enquanto instituições de representação dos trabalhadores. Dessa forma, a primeira seção trata dos sentidos que os jovens atribuem ao trabalho articulado aos seus projetos profissionais, à centralidade do trabalho para os jovens e às suas principais motivações para o trabalho.

Como já mencionamos anteriormente, a maneira como os jovens se relacionam com os colegas de trabalho, seus laços afetivos, de coleguismo e solidariedade, suas perspectivas sobre a competitividade, e também as formas de controle da empresa sobre os trabalhadores - que refletem no relacionamento deles com a empresa – são fatores relevantes para a compreensão da perspectiva dos jovens para com os sindicatos.

4.1 TRABALHO EXERCIDO E TRABALHO PROJETADO: SENTIDOS DO TRABALHO PARA OS JOVENS

Nesta seção iremos abordar a definição do conceito de trabalho, mostrando como esse está relacionado a dimensões sociais e históricas, e como se constitui na sociedade capitalista, abordando também os conceitos de trabalho concreto e trabalho abstrato. Em seguida, serão debatidas as definições sobre sentidos, significados e centralidade do trabalho, juntamente com a discussão acerca da identidade de trabalhador. Por fim serão apresentados dados quantitativos da Agenda Juventude Brasil (2014) sobre a juventude e dados qualitativos advindos do trabalho de campo dessa entrevista.

A análise dos sentidos, significados e da centralidade do trabalho na vida dos indivíduos estudados, é importante nesta pesquisa pois se relaciona às percepções dos jovens sobre os sindicatos. Dado que os sindicatos são instituições ligadas ao trabalho, ou seja, de representação dos trabalhadores, a relação do indivíduo com o sindicato passa pela relação do indivíduo com o

trabalho. Da mesma forma que a identidade de trabalhador é uma das construções sociais para a formação dos movimentos dos trabalhadores.

Partimos da definição de trabalho em Marx, entendendo que o trabalho consiste na transformação da natureza pelo homem, de acordo com as necessidades humanas. Nesse processo, ao mesmo tempo que o homem transforma a natureza ele é modificado, assim, o próprio homem também é forjado pelo trabalho (MARX, 1989). Para Marx, em uma economia de trocas, como é o caso do capitalismo, o trabalho sempre pode ser visto através de dois aspectos³³, o trabalho abstrato e o trabalho concreto. O trabalho abstrato é entendido como não especificado, ou seja, é o gasto de energia humana, seja esse físico ou intelectual. Desta forma, o trabalho abstrato é visto através do valor de troca. Já o trabalho concreto é o que o trabalhador produz, como a energia é gasta, para produzir o que, para que uso. Este se manifesta no valor de uso.

Na sociedade capitalista prevalece o trabalho assalariado, no qual o trabalhador vende sua força de trabalho para o empregador em troca de alguma remuneração, assim o trabalho está ligado ao sustento material dos indivíduos (MARX, 1989). As mercadorias produzidas pelo trabalho não são para o consumo mas para a troca por outros produtos, dessa forma, há uma priorização do sentido do trabalho enquanto valor de troca (ANTUNES, 2009). Assim, o trabalho não é visto como a satisfação de uma necessidade, “mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele” (ANTUNES, 2010, p. 11).

Antunes (2009, 2010), utiliza essa categorização do trabalho em Marx para criticar as teorias sobre o “fim do trabalho”.

Portanto, podemos dizer que, se por um lado, o trabalho é uma atividade vital, com o advento do capitalismo, deu-se uma mutação essencial que adulterou profundamente o trabalho humano. E a incompreensão e desconsideração desta dupla e decisiva dimensão presente no trabalho, vem permitindo com que muitos autores entendam equivocadamente a crise da sociedade do trabalho abstrato como expressão da crise da sociedade do trabalho concreto. E, desse modo, defenderem equivocadamente o fim do trabalho (ANTUNES, 2010, p.12).

³³ Existem outras divisões como trabalho material e imaterial, complexo e simples, etc. mas não iremos utilizar aqui essas definições. Para estas concepções ver Marx (1971).

Essas teses que têm entre seus principais expoentes Offe (1989) e Gorz (1987) defendiam a perda da importância subjetiva do trabalho para os indivíduos. Offe (1989) aponta o fim da ética do trabalho, para ele, a “crise da sociedade do trabalho” estaria fazendo com que essa dimensão não fosse mais central na vida dos indivíduos, e da mesma forma, o trabalho perderia sua primazia enquanto categoria analítica para a compreensão da sociedade. Nesse mesmo sentido, Gorz (1987) em *Adeus ao Proletariado*, ao observar a redução da classe proletária na Europa, afirma que o mundo estaria caminhando para o fim do proletariado, e assim ao fim da centralidade do trabalho e a perda da significação dessa dimensão.

Antunes (1995) em “*Adeus ao Trabalho?*”, argumenta que as mudanças do modelo fordista para o modelo de acumulação flexível modificaram as relações de trabalho mas isso não levaria ao fim da classe trabalhadora. Para o autor a “metamorfose no universo do trabalho” (p.210) é a chave para a compreensão dos novos sentidos atribuídos ao trabalho. Desde o período de reestruturação produtiva, nos anos 1980 e 1990, há uma fragmentação, complexificação e maior heterogeneidade do trabalho. Nesse contexto, há movimentos contraditórios de qualificação em algumas funções e desqualificação do trabalho em outras. Nesse sentido, Antunes (2009) argumenta que por mais que o trabalhador não identifique o valor de uso do seu trabalho, este não perde sua centralidade enquanto valor de troca.

Tolfo e Piccini (2007) destacam como estudos empíricos recentes têm demonstrado a manutenção de um papel central do trabalho para os trabalhadores, e isto ocorre não apenas para aqueles que exercem funções intelectualizadas mas também para os que realizam atividades precárias (TOLFO; PICCINI, 2007). Em seus estudos Corrochano e Abramo (2016) e Guimarães (2006) demonstram como o trabalho segue sendo uma dimensão central na vida dos jovens, representando diversos sentidos e significados em suas vidas. Baseada em estudos recentes Guimarães (2006) argumenta que mesmo tendo ocorrido processo de precarização das relações de trabalho isso não gerou uma perda, e sim uma mudança na significação do trabalho para os jovens (GUIMARÃES, 2006).

O conceito de trabalho se modifica ao longo do tempo e do espaço, dependendo da relação de determinada sociedade com o trabalho, e como este

é valorado. Entre as modificações Tolfo et. al. (2010) observam como o trabalho pode estar tanto associado a concepções positivas como negativas. Sendo assim, ele pode ser entendido como “castigo, coerção, penalidade”, ou como algo “instrumental, proporciona a sobrevivência” ou ainda como “possibilidade de satisfação e autorrealização, missão, valor” (p.176).

Segundo Dubar (2012, p.353), atualmente para muitos trabalhadores mesmo que o trabalho não represente uma “obrigação”, “tortura” ou algo negativo, tampouco representa algo prazeroso e positivo. Para ele, isso ocorre por uma falta de identificação com a atividade que realizam, prevalecendo o caráter instrumental do trabalho. Os dados obtidos nessa pesquisa corroboram esse argumento, pois quando os jovens refletem sobre o trabalho que realizam, as dimensões relacionadas a “sobrevivência e necessidade” aparecem com maior intensidade, como será mostrado a seguir.

Sentidos e significados do trabalho por vezes tomados como sinônimos, são analisados por Tolfo e Piccini (2007)³⁴ e Coutinho (2009), por meio de uma ampla revisão, com o objetivo de refinar os conceitos e facilitar acúmulos teóricos nesta área de pesquisa.

Estes autores entendem os significados ligados à uma perspectiva estrutural e coletiva, sendo assim, estes são fruto de construções coletivas que dependem da realidade concreta, do contexto no qual os indivíduos estão inseridos. Desta forma, podem ser entendidos como uma representação social do trabalho para o indivíduo, seja esse significado “individual (a identificação do seu trabalho no resultado da tarefa), para o grupo (o sentimento de pertença a uma classe unida pela execução de um mesmo trabalho), ou social (o sentimento de executar um trabalho que contribua para o todo, a sociedade)” (TOLFO; PICCINI, 2007, p.40).

Os sentidos, por sua vez, são produzidos pelos sujeitos e estão relacionados com os modos de atribuição de sentido pessoal e individual, ainda que eles sejam erigidos sempre a partir da realidade concreta na qual os indivíduos estão inseridos. Assim, os sentidos estão ligados ao que o trabalho representa individualmente, tanto com relação a sua auto-realização,

³⁴ discussão elaboradas com base em estudos e conceitos do MOW((Meaning of Work International Research Team), Morin (2001) e Borges (1997)

crescimento individual e profissional, como pelo prazer que a atividade remete (TOLFO, PICCINI, 2007, P.40).

As autoras ressaltam como, apesar dessas diferentes definições, os sentidos e significados do trabalho são inter-relacionados e influenciam um no outro, sendo essa divisão uma abstração para facilitar o entendimento teórico. Coutinho (2009) nos ajuda a pensar essa correlação:

Considerando a relação dialética entre sentidos e significados, a análise dos sentidos produzidos pelos sujeitos deve sempre considerar suas relações com os significados produzidos coletivamente e vice-versa. Do mesmo modo, também é importante considerar a articulação entre os processos identitários e de construção de sentidos pelos sujeitos em seu cotidiano de trabalho (COUTINHO, 2009, p.193).

Com uma intenção prática de contribuir para a operacionalização dos conceitos, as autoras propõem três categorias de análise para a apreensão dos significados do trabalho, sendo estas: a centralidade do trabalho, as normas sociais sobre o trabalho e os resultados valorizados do trabalho.

A centralidade do trabalho está relacionada à importância do trabalho na vida da pessoa, considerando “em que medida o trabalho é central para a auto-imagem” (TOLFO; PICCINI, 2007, p.39) do sujeito e também como essa centralidade irá variar ao longo do tempo, ou seja, as mudanças da relação do indivíduo com o trabalho em diferentes fases da vida.

As normas sociais sobre o trabalho estão ligadas aos valores morais do trabalho, sendo assim ligadas aos deveres e direitos. Também são mutáveis e estão em um jogo permanente de construção de como deve ser o trabalho, quais as obrigações dos trabalhadores e quais as responsabilidades dos empregadores. Na sociedade capitalista, podemos pensar os deveres e direitos através da ética do trabalho e da ética marxista.

Os resultados valorizados do trabalho estão relacionados às satisfações que o trabalho proporciona, como dinheiro, reconhecimento social, auto-realização, socialização, etc. Ou seja, referente às motivações do indivíduo para trabalhar.

Dubar (2006, 2012) nos ajuda a compreender a construção da identidade através do trabalho, argumentando que esta passa pela valorização da atividade exercida. Por isso, a ligação entre os sentidos e significados atribuídos ao trabalho e a identificação com o trabalho realizado. O trabalho enquanto “ofício”,

“profissão” vai além da dimensão financeira, englobando aspectos simbólicos conectados à autorealização e ao reconhecimento social, (DUBAR, 2012, p.354). Entretanto, ele afirma que o trabalho enquanto algo que o trabalhador se reconhece, se identifica com outros que exercem as mesmas atividades, na qual se constitui como indivíduo e coletivo, está em crise. Para ele,

Se o resultado de trinta anos de crise do emprego, de transformação do trabalho no sentido de responsabilidade individual, da valorização da competência pessoal e da ‘empregabilidade de cada um’, foi fazer desta última forma identitária a única desejável no futuro, a única suscetível de reconhecimento temporário, a única a propor à nova geração, então entramos numa crise identitária permanente (DUBAR, 2006, p.111).

No estudo da Agenda da Juventude Brasil de 2013³⁵ observa-se que os jovens atribuem ao trabalho tanto sentidos instrumentais ou de obrigação, quanto relativos à liberdade e conquistas pessoais. Na pesquisa os jovens foram indagados sobre quais palavras o trabalho remete a eles. Em primeiro lugar apareceu a palavra “necessidade”(32%), seguida por “independência” (25%) e “realização pessoal”(20%)³⁶ (PARTICIPATÓRIO, 2013).

Ao comparar com o estudo de Guimarães (2006) no qual ela utiliza os dados de 2003 da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” observamos que as duas primeiras dimensões se mantiveram próximas, porém a porcentagem dos jovens que encara o trabalho como uma necessidade (39%) era mais representativa (independência 26%). No estudo anterior, a dimensão “auto-realização” representava 11% das respostas, ou seja, quase dobrou a porcentagem de respostas entre 2003 e 2014. Já o crescimento tinha uma maior importância para os jovens em 2003 representando 22% das respostas. Tal aumento pode indicar uma maior procura dos jovens por trabalhos nos quais se realizem na atividade em si que exercem, ao mesmo tempo que a dimensão “material” de suprir necessidades se mantém como a mais representativa. A

³⁵ A pesquisa Agenda Juventude Brasil é uma pesquisa de opinião de responsabilidade da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). E aborda os seguintes temas: perfil da juventude e condição juvenil, o uso de tecnologia de informação e comunicação, a escola e a formação profissional, os aspectos do mundo do trabalho, violência contra a juventude negra, temas da juventude e percepções do país, vida política dos jovens e políticas voltadas para a juventude.

³⁶ Outras dimensões que aparecem com menor percentual de citações: Crescimento 14%, Obrigação 4%, Direito, 4%, Exploração 1%.

relação entre realização pessoal e trabalho aparece novamente na pesquisa, quando indagados sobre os aspectos relativos à suas vidas para “se sentirem realizados” o trabalho aparece em primeiro lugar com 48%, os estudos aparecem em seguida com 30% e a realização financeira com 25%.

Em nossa pesquisa, nos dados obtidos sobre o sentido do trabalho para os jovens, a dimensão econômica é a mais lembrada. Os entrevistados do Grupo 1 (metalúrgicos sindicalizados e não sindicalizados e telefônicos sindicalizados e não sindicalizados), ao serem indagados com a pergunta, “o que é o trabalho para você/na tua vida?”, em todas as respostas o sustento financeiro aparece como a resposta central. Para os jovens entrevistados há um entendimento de que na sociedade capitalista contemporânea é necessário o dinheiro para garantir a sobrevivência e o trabalho aparece como a fonte para obter esse recurso financeiro. Seguindo uma lógica de que para estar inserido socialmente é preciso ter dinheiro e o trabalho é o meio para obtê-lo. Tal achado reforça o argumento de Antunes (2009) sobre a priorização do âmbito do “valor de troca” do trabalho. É possível observar nas respostas, que o aspecto financeiro não apenas é o mais relatado como a importância é dada como algo óbvio, que não necessita explicações mais aprofundadas.

Trabalho é uma oportunidade de ganhar um dinheiro, adquirir bens materiais, e ter mais conforto. (Cláudio, metalúrgico, não sindicalizado, 26 anos)

Hoje em dia tudo é baseado no dinheiro, quem não trabalha não consegue se manter. (Marcelo, Telefônico, sindicalizado, 28 anos)

Agora eu estou pensando em fazer um concurso público, mas também não é algo que eu queira fazer, como eu ainda não consegui terminar a graduação eu vou ter que fazer nível médio também não vai ser o salário sonho da minha vida. Mas eu penso em pelo menos fazer algo do gênero para conseguir ter alguma estabilidade financeira. Porque sem estabilidade financeira eu não consigo estudar, eu não consigo fazer mais nada, eu fico só preocupada e muito nervosa assim. Antes desse emprego, por exemplo, eu não conseguia dormir, porque eu pensava que eu não ia pagar o aluguel, doía meu estômago, eu não conseguia fazer nada, nada. (Fabiana, telefônica, não sindicalizada, 26 anos)

Como é possível observar na fala da Fabiana, dado o caráter de necessidade do trabalho, a ausência dele representa uma preocupação. Não ter

um emprego representa sofrimento e a incapacidade de realizar outras coisas para a entrevistada.

Os dados obtidos, assim, vão ao encontro dos apresentados na Agenda Juventude Brasil, a qual mostra como a motivação para o trabalho da maioria dos jovens é o salário (64%) e, em seguida, a segurança da carteira assinada (34%) (PARTICIPATÓRIO, 2013, p.57). Assim, é possível observar como o trabalho também é valorizado por permitir maior estabilidade e segurança.

Outro dado em consonância com os obtidos na Agenda da Juventude Brasil trata da insatisfação dos jovens com as ocupações na qual se encontram e a perspectiva de melhora. A grande maioria dos entrevistados apontaram haver um trabalho que gostariam de fazer (79%), mas só 6% gostam da ocupação que estão inseridos (PARTICIPATÓRIO, 2013).

Entre os entrevistados do Grupo 1 da pesquisa, apenas um entrevistado, um trabalhador metalúrgico que exerce um cargo de chefia, afirmou estar satisfeito com seu trabalho e não ter perspectiva de mudança de emprego. Todos os outros entrevistados queriam trocar de emprego, mesmo aqueles que afirmavam gostar das atividades que exerciam. Este dado nos surpreendeu, pois supunhamos inicialmente que os metalúrgicos, por estarem em empregos mais estruturados e mais especializados, teriam perspectivas de se manter em seus empregos. Entretanto, observamos uma insatisfação generalizada com os empregos atuais e a busca por novas oportunidades de trabalho. As mudanças de emprego são motivadas pela valorização tanto financeira como social do trabalho, por melhores condições de trabalho e pela perspectiva de exercer em alguma atividade que gostem.

O trabalho hoje é questão de renda familiar mesmo, não passa muito mais do que isso, não é o que eu quero para minha vida, é mais de momento agora. Tanto que eu estou estudando, estou na faculdade. (Fernando, telefônico, sindicalizado, 25 anos)

Eu estou ali pelo dinheiro, pelo meu sufoco. Mas o que eu quero trabalhar mesmo é com radiologia, trabalhar em hospital. (Frederico, metalúrgico, sindicalizado, 28 anos)

Assim, na grande maioria dos casos, quando o trabalho aparece como fonte de auto-realização, algo com sentido pessoal, é sob a forma de uma

projeção de carreira, que ainda não se realizou, que pode ocorrer ou não. Corroborando os argumentos de Dubar (2012, p.355) parte do sentido do trabalho para o jovem não está no trabalho que realizam, mas no trabalho que almejam alcançar, buscando trabalhos que lhes deem reconhecimento social, que gostem, que tenham possibilidade de crescimento, nos quais se realizem pessoalmente.

Essa ideia é identificável nos depoimentos de alguns entrevistados. Ao falar de seu emprego atual Tiago (metalúrgico, não sindicalizado, 25 anos) afirma ter centralmente motivações financeiras “Eu trabalho pelo dinheiro, para conseguir comprar carro, casa, dar umas viajadas”. Porém ele conta que seu projeto profissional inclui sair da empresa e abrir um negócio próprio na área de tecnologia. Quando indagado se o trabalho representaria a mesma coisa neste novo contexto ele responde “Aí é diferente, saber que 100% do teu esforço vai pra ti...bem mais empolgante. Ainda mais desenvolver tudo do zero, é um desafio assim”(Tiago). O que antes tinha um caráter instrumental para ele, era um meio para conseguir outras coisas que queria, se torna um projeto de realização, algo que o motiva duplamente. A questão financeira continua aparecendo e agora de forma ainda mais positiva pois todo o seu trabalho representa um retorno financeiro para ele, sem “intermediários”, mas junto a isso surge a questão do desafio, de realizar algo novo, do trabalho ser também uma fonte de felicidade.

Observamos uma valoração do trabalho enquanto valor de uso, ou seja, algo que se identifiquem na produção, que vejam a utilidade da sua produção, o resultado do seu trabalho expresso em algo. Esta dimensão é bem ilustrada na fala de Fabiana, a entrevistada busca um trabalho que também consiga ver seu “valor de uso”.

Mais a longo prazo eu queria trabalhar com alguma coisa que eu consiga ver um resultado imediato, que seja uma coisa concreta, queria aprender marcenaria, fazer uma cadeira e vender a cadeira que eu fiz, isso faz sentido, isso é um trabalho pra mim, isso na minha cabeça é um trabalho, mas enfim, tendo que se sustentar fica difícil. (Fabiana, telefônica, não sindicalizada, 26 anos)

Podemos compreender que o trabalho se apresenta como um elemento importante e entendido como uma forma de realização, mesmo que o trabalho concreto que exerçam não tenha esse papel.

Outra dimensão importante, porém, que aparece com menor regularidade, é o reconhecimento no trabalho, o sentir-se útil e importante para a realização das tarefas dentro da empresa. Esta dimensão pode ser vista na fala de Júlio, na qual ele observa uma valorização do seu trabalho, a capacidade de exercer diversas atividades, mesmo que esse reconhecimento não se dê financeiramente ou institucionalmente pois são “por fora” da carteira.

Faço outras funções além de ser operador de call center. Eu não sei te dizer exatamente o que eu faço, mas até então a princípio seria operador de telemarketing. Já quebrei alguns galhos na supervisão, já quebrei alguns galhos como analista, já quebrei alguns galhos mas nada dentro da carteira, tudo por fora. Mas a princípio minha função seria um operador de telemarketing. (Júlio, telefônico, não sindicalizado, 22 anos)

Duas características diferem os trabalhadores metalúrgicos e os telefônicos entrevistados. A trajetória profissional dos telefônicos é mais descontinuada, pois os jovens transitaram entre empregos em diferentes áreas, bem como entre situação de emprego e desemprego, formalidade e informalidade. Já os metalúrgicos têm, em geral, mais tempo de serviço na área da metalurgia e maior tempo de inserção na empresa atual. Além disso, a maioria dos trabalhadores metalúrgicos passou por cursos técnicos relacionados às áreas de atuação, enquanto os telefônicos não afirmam terem passado por nenhum tipo de formação específica para a função que desempenham. Sendo assim, os metalúrgicos passaram por um “processo específico de socialização, ligando educação, trabalho e carreira” (DUBAR, 2012, p.354). Alguns jovens são a segunda geração de trabalhadores metalúrgicos, desta forma, está mais associado à uma “identidade de ofício” (DUBAR, 2006) o que pode estar relacionado à uma maior filiação nessa categoria e um maior conhecimento dos trabalhadores sobre os sindicatos.

A transição dos jovens entre diferentes empregos, diferentes ofícios, dificulta a identificação com uma categoria específica. Ao mesmo tempo, a não valorização ou identificação com o trabalho em si que realizam, não representou uma perda de atribuição de sentido ao trabalho e nem ausência da centralidade dele em suas vidas. O trabalho aparece como algo importante tanto entre as preocupações como entre os interesses dos jovens.

Contestando as hipóteses deste estudo, os sentidos e significados conferidos ao trabalho pelos metalúrgicos e telefônicos, sindicalizados ou não, foram bastante similares. Desta forma, não foi possível construir padrões distintos de acordo com o tipo de inserção ou a sindicalização. Os jovens atribuem sentido ao trabalho não apenas considerando o trabalho em si que exercem, mas também aquele que gostariam de realizar. Quando os jovens falaram do trabalho em si que exercem, a dimensão da “sobrevivência, necessidade” se destacou. Ao mesmo tempo, o trabalho projetado se mostra como uma busca de auto-realização pelo trabalho, algo com sentido pessoal. Além disso, apareceram elementos relacionados ao reconhecimento no ambiente de trabalho e de construção de relações pessoais.

4.2 SOLIDARIEDADE ENTRE OS TRABALHADORES

Para além dos sentidos individuais que o trabalho representa para os jovens, ele também aporta significados que se dão em âmbito coletivo, de pertencimento de um grupo social (TOLFO; PICCINI, 2007; COUTINHO, 2009). O desenvolvimento de relações pessoais no trabalho aparece em menor medida, porém os entrevistados mostram ter relações de amizade com os colegas de trabalho. As questões interpessoais aparecem de forma direta como algo valorizado no trabalho em três falas:

[...] o trabalho também têm aquela questão social, de tu te inserir num grupo de pessoas, entende? Aproximar, fazer núcleos, fazer comunidades. (Cristiano, Metalúrgico, sindicalizado, 28 anos)

Na empresa para mim, não só a questão de funções que tem que fazer, mas também tem amizades que a gente acaba adquirindo. Em suma seria isso, conhecer pessoas, trocar experiências e uma obrigação digamos assim. (Júlio, telefônico, não sindicalizado, 22 anos)

Existe uma solidariedade muito grande entre as pessoas, todo mundo se dá muito bem (no trabalho), a maioria das pessoas se dá muito bem, é impressionante até e geralmente quando uma pessoa não se integra muito bem no grupo ela vai acabar saindo de lá. Porque eu acredito que ter um bom relacionamento ali seja um dos fatores de querer continuar ali, sabe? (Fabiana, telefônica, não sindicalizada, 26 anos)

Os jovens demonstram ter relações de proximidade com colegas de trabalho, tanto em relação de amizade como amorosas, ou seja, as relações de trabalho perpassam o tempo todo os vínculos pessoais e afetivos.

Eu tenho dois colegas sindicalistas e são meus melhores amigos dentro da empresa, digamos assim. Me dou super bem com eles. O fato deles serem sindicalizados ou não, não chega a interferir a relação. (Júlio, telefônico, não sindicalizado, 22 anos)

Mesmo na seleção eu já fiz amigos. O pessoal de call center geralmente é bem unido, gostam de trocar experiências. No primeiro dia de seleção o pessoal já gosta de se conhecer, de fazer amizades. (André, telefônico, não sindicalizado, 26 anos)

Ao analisar o vínculo entre os colegas de trabalho observamos que a maioria dos entrevistados tem relacionamentos próximos com os colegas e demonstram solidariedade com outros trabalhadores. Estas relações dos jovens com os colegas de trabalho que apareceram na pesquisa tensionam com a visão do senso-comum, em parte criada e reforçada pela mídia (HERMANN, 2017), que identificam o jovem como individualista.

Esteve presente uma preocupação com os colegas de trabalho, tanto em manterem seus empregos como com as condições de trabalho. Essa forma de empatia com os colegas aparece nas falas tanto de sindicalizados como não sindicalizados. Os jovens trabalhadores sindicalizados atuantes apontam a melhora das condições de trabalho para os colegas entre as motivações para sua atuação, como é possível observar, por exemplo, no depoimento de Fernando (telefônico, sindicalizado, 25 anos) “(...) eu tentei mesmo fazer por onde a eleição e consegui ajudar alguns colegas em primeira mão”.

Apesar da maioria dos trabalhadores relatar boas relações com seus colegas, a atuação sindical aparece como um fator de potencial conflito com alguns trabalhadores. A Secretária da Juventude da CUT-RS relata momentos de afastamento de colegas de trabalho durante seu processo de entrada para o sindicalismo.

Sim, quando eu fui pro sindicato mudou a minha relação com meus colegas de trabalho (...) das formas que as coisas foram acontecendo, eu acabei ficando com a pexa de baderneira da agencia e daí eu senti um certo afastamento, uma certa falta de apoio. Depois que eu fui

liberada para o sindicato eu recuperei isso com algumas pessoas (...) Agora é uma relação mais de colegas mesmo, rolou um certo afastamento. Mas rola respeito, rola.. mas eu não consigo mais tocar os corações, como eu tocava, eu acho! Por que antes era muito mais fácil construir greve, fechar agencia para mim era barbada. E agora, agora não. Mudou a relação, mudou assim. (Secretaria Juventude CUT-RS, bancária, 35 anos)

Um dos metalúrgicos sindicalizados também relatou ter sentido um afastamento de alguns colegas de trabalho quando começou a ser atuante na defesa dos direitos dos trabalhadores e entrar em confronto com a empresa na qual trabalha.

Senti tanto positivamente no meu julgar, quanto negativamente. Os colegas que tem uma ideia de o que e faço é por eles, quem se deixa ser defendido, quem tem uma ideia política de massa até entende meu trabalho ali. Eu não quero usar termos pejorativos, mas na linguagem popular os caras que são mais pela empresa, que são mais "puxa-sacos", eles acabam tendo aquela coisa, "eu não vou ficar muito perto desse cara". Então quem tem essa visão mais do lado da empresa acaba querendo me deixar. Mas na maioria, 80% abraçou tranquilo a ideia, sabe porque que eu faço isso então foi até uma seleção natural, até foi bom pra saber quem é quem (Cristiano, metalúrgico, sindicalizado, 28 anos)

Questões relacionadas à competitividade apareceram apenas em uma das entrevistas e vista como algo negativo. Um dos metalúrgicos aponta que o pior grupo de trabalho na empresa é o considerado mais competitivo, onde os colegas não se ajudam, não há solidariedade. Ele ainda relata que essa visão é compartilhada por outros colegas.

(...) eu adorava a turma que eu tava porque o pessoal tinha um alto astral assim, sabe? Brincava, era todo dia dando risada assim (..) bah era bem legal, bem descontraído e na hora de trabalhar todo mundo se ajudava (...) Dai eles me trocaram pra turma que eu tô agora, que era disparado a pior e ainda é a pior né. Que é exatamente o contrário, os guris só pensam cada um por si, eles querem cada hora ser mais competitivo (...) e eu já não sou assim né, tanto que eu pedi logo quando eu fui pra turma, eu pedi pra voltar pra anterior, eles não quiseram me trocar porque ninguém quer né, todo mundo sabe como é que é, tu ta trabalhando com dois caras que são chatos, entregam todo mundo, não te ajudam em nada. (Diego, metalúrgico, não sindicalizado, 25 anos)

A falta deste tema entre os trabalhadores e o depoimento desse metalúrgico, apontam para um tensionamento com parte da literatura e com o

senso-comum que afirma haver um individualismo exacerbado e grande competitividade entre os trabalhadores.

Ao mesmo tempo, o objetivo desta seção não é idealizar a juventude como solidária e altruísta, mas sim apontar que também existem laços de amizade, preocupação com o emprego e as condições de trabalho dos colegas, solidariedade entre colegas de trabalho, e isso ocorre tanto entre sindicalizados como entre não sindicalizados. Sendo assim, o individualismo ou a competitividade dos jovens trabalhadores não aparece como uma explicação relevante para o afastamento dos jovens em relação aos sindicatos.

4.3 FORMAS DE CONTROLE DAS EMPRESAS SOBRE OS JOVENS TRABALHADORES

A relação dos jovens com o sindicato é permeada pela forma como estes se relacionam com as empresas nas quais trabalham. Os jovens também criam vínculos com a empresa, e, além disso, dependem da mesma para a manutenção do seu trabalho. Dessa forma, observamos que o receio no envolvimento com o sindicato passava tanto pelo medo de sofrer represálias individuais quanto por receio de prejudicar a empresa, gerando demissões ou o fechamento da empresa.

O estudo de Burawoy (1985) nos ajuda a compreender a relação dos trabalhadores com as empresas. Ao analisar as relações de trabalho na sociedade capitalista, o autor identifica duas formas de controle por parte da empresa em relação aos funcionários, através da coerção e do consentimento. Segundo Burawoy, nos primórdios do capitalismo, quando os donos dos meios de produção não tinham limites para a exploração dos trabalhadores, prevalecia o que ele definiu como Regime Despótico. Foi a atuação do Estado e a organização dos trabalhadores que colocou entraves e dificultou os processos de coerção sobre os trabalhadores, até então, exercidos livremente. Sendo assim, foram necessárias novas formas de controle para manter os trabalhadores disciplinados.

No primeiro período, a busca de lucro levou o capital a intensificar a exploração corria o auxílio de regimes despóticos. Isso deu origem a crises de subconsumo e à resistência operária; a resolução de tais conflitos só pode ser conseguida no plano do capital coletivo, ou seja, pela intervenção estatal. Esta assumiu duas formas - o estabelecimento do salário social e a limitação do arbítrio gerencial -, que, por sua vez, originaram o regime hegemônico. A necessidade da intervenção estatal pertence à própria lógica do desenvolvimento capitalista. Mas os mecanismos através dos quais o Estado faz o que é “necessário” varia ao longo do tempo e de país para país” (BURAWOY, 1985, p.3)

A coerção está ligada à tirania dos empregadores ou supervisores sobre os funcionários, com vista a garantir que as metas de trabalho sejam alcançadas. Este controle é baseado na supervisão, em um olhar externo que visa coagir os funcionários a cumprirem suas tarefas de acordo com o desejo da empresa.

Já o controle baseado no consentimento, denominado de regime hegemônico, se baseia na ameaça de fuga de capitais, ou seja, na mudança da empresa para outro lugar, onde seja possível obter maiores taxas de lucro, gerando perda dos empregos. Não se trata de reprimir o trabalhador individual, mas sim de incitar todos os trabalhadores a dar o seu melhor para garantir que a empresa continue funcionando naquele espaço, garantindo assim a manutenção dos postos de trabalho. Segundo Burawoy (1985) “os trabalhadores enfrentam a perda de seus postos não como indivíduos, mas como uma consequência das ameaças que incidem sobre a viabilidade econômica das empresas” (p.3). Vale ressaltar que, na perspectiva do autor, o controle através do consentimento não excluiu a coerção dos trabalhadores, ou seja, as duas formas de controle podem coexistir.

Assim, a atuação nos sindicatos é influenciada por essas diferentes formas de controle, a despótica e a hegemônica. Quando o controle ocorre através da coerção, o trabalhador tem medo que sua atuação no sindicato possa significar represálias individuais, como a demissão por exemplo. Já quando se trata de um controle através do consentimento, o receio de prejudicar a empresa faz com que os trabalhadores não atuem ou atuem de forma moderada nos sindicatos. Em ambos casos o que impera é o medo de perder o emprego. Nesse contexto diminui o poder de barganha dos trabalhadores

onde o trabalho costumava receber concessões com base na expansão dos lucros, ele, agora, faz concessões com base na

lucratividade relativa dos capitalistas entre si - isto é, dos custos de oportunidade do capital (BURAWOY, 1985,p.14).

Em nossa pesquisa foi possível observar as duas formas de controle sobre os trabalhadores. A intimidação por parte da empresa com relação aos trabalhadores sindicalizados, que geram medo com relação à sindicalização, foi algo relatado. Os três entrevistados do Grupo 1 que contaram ser atuantes na defesa dos interesses dos trabalhadores – dois telefônicos e um metalúrgico - afirmaram ter passado por algum constrangimento por parte da empresa com relação à sua atuação. Além disso, a intimidação de chefes também foi relatada pelos dirigentes sindicais. Práticas de assédio moral por parte dos gestores e chefes apareceram do forma corriqueira.

[...] quando eu fui participar da chapa da direção do sindicato, quando chegou a notificação eu não falei nada, pra não ser colocada pra fora porque empresa nenhuma quer sindicalista com eles. Mas quando chegou a carta dizendo, a partir de agora ela compõe a chapa, ela vai participar da eleição. Então eu fui colocada numa sala de vidro toda fechada e ele, o dono da empresa, batia na mesa e gritava 'Ah...então é por isso'. Saí de lá chorando, respirei (...) Aí depois que ele ficou sabendo e ele fez esse escândalo todo, ele conversou com a assessoria e falou 'não é bem assim, não é por aí'. Mas enfim, a reação não foi nada boa. (Secretaria de Juventude da CUT-PB, Construção Civil, 26 anos)

Na fala da Secretaria de Juventude da CUT-PB, fica demonstrado a falta de limites morais que pode chegar a ação dos supervisores sobre os funcionários. As relações de trabalho são configuradas de uma forma hierárquica, assim o exercício da autoridade de forma tirana e de ameaça é tolerado pelos trabalhadores, “ou por falta de alternativas ou porque esperam daí retirar algum retorno” (ESTANQUE, 2005, p.128).

A minha empresa assim relação com o sindicato, vamos dizer assim o dono da empresa, pessoal representante do rh, coordenador, gerente, eles não te apoiam muito em ir atrás, eles fazem questão que tu não vá atrás, fazem questão que tu não fale muito com pessoal ali na frente já pra evitar essa questão da sindicalização e evitar ter alguém com estabilidade dentro da empresa também. Hoje a gente tem o X que é sindicalizado e com uma campanha muito boa que eu fiz pra ele, ele conseguiu se eleger pra CIPA³⁷ e a empresa não gostou, porque gente

³⁷ CIPA- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

botou um monte de coisa né...um monte de coisa que estavam erradas, (Lucas, telefônico, sindicalizado, 23 anos)

A minha relação com a empresa eu divido em dois pontos. de 2013 até 2016, eu tive uma relação bem próxima da empresa. Eu trabalhava, e muitos chefes diziam que eu era perto do ideal, e cheguei a ganhar alguns prêmios lá dentro (...) Mas em 2016 eu me candidatei a CIPA, com uma proposta de luta pelo trabalhador e isso acabou deixando a minha relação com a empresa um pouco estremecida. Eles começaram a me perseguir (...) me deram três advertências, na terceira eu conversei com o advogado e o advogado disse olha, a melhor coisa que tu tem a fazer é botar eles na justiça por dano moral, assédio moral (...) eu colquei assédio moral devido a repetidos casos de perseguição. Então, a minha relação eu posso dividir em duas partes, enquanto eu fazia o que a empresa queria eu era um bom funcionário, no momento que eu fui contra em algumas coisas e defendendo o colaborador, o trabalhador eu já não prestava mais. (Cristiano, metalúrgico, sindicalizado, 28 anos)

No depoimento de Cristiano se observa tanto as ameaças que sofre de supervisores como a ação de reagir através justiça, ou seja, ativar o Estado para freiar os abusos que estava sofrendo no trabalho. Dessa forma, os limites da coerção aparecem mediados pela atuação da justiça do trabalho.

Na fala de Fernando há elementos tanto ligados a um conflito com a gerência, como com a ideia de cooperação com a empresa. Ele relata ter tido um tratamento diferente ao se engajar no sindicato, ao mesmo tempo em que conta ter recuperado a confiança da gerência quando demonstrou que não queria entrar em conflito com a empresa.

Ele (dirigente sindical) ia sempre lá na empresa e o pessoal tinha muito medo de falar com ele, até por insegurança dentro da empresa, ficar sendo mau visto pelos gestores. Uma vez eu comecei a conversar com ele por causa de outro colega nosso, que conversava bastante com ele, e vi que não era bem assim, que não precisava ter medo. Na realidade o sindicato é pra todo mundo, até pros gestores (...) E os gestores, no início, quando eu me candidatei pro sindicato, até teve.. tu via que eles até tentavam te tratar diferente. Mas eu conversei com eles, alguns me chamaram pra conversar e eu expliquei pra eles que eu não queria.. que eu não entrei pro sindicato pra bater de frente com a empresa, pra atrapalhar algum tipo de serviço deles. Eu só queria mesmo o bem estar dos meus colegas e o meu. Mas por causa disso e eles não mudaram comigo depois. Voltou ao normal e hoje não tem diferença nenhuma. (Fernando, telefônico, sindicalizado, 25 anos)

Apesar desses relatos de variadas formas de repressão vindas da empresa, a maioria dos entrevistados contou ter uma boa relação com ela, e também com os gestores e supervisores. Além da declaração de Fernando,

outros entrevistado também demonstraram elementos do que Burawoy (1985) chamou de controle por “consentimento”.

Esta relação fica evidente na fala de dois entrevistados, ambos de uma empresa terceirizada, de pequeno porte que estava em processo de fechamento no momento das entrevistas. Desta forma, as falas estão marcadas pela preocupação de que a atuação sindical não prejudique demasiadamente a empresa - ao exagerar nas demandas exigidas (vale-transporte, salário, etc.) - com receio que ela feche, ou não tenha condições financeiras para arcar com os encargos.

É preciso destacar que isso não aparece apenas como um interesse individual, ou seja, em relação ao seu próprio emprego. Há um reconhecimento de que os colegas de trabalho também precisam que a empresa continue aberta e contratando. Nesse sentido, há um processo no qual se exime a responsabilidade da empresa. A narrativa é que os trabalhadores não podem exigir demais da empresa (tampouco a instituição que os representa, os sindicatos) para que os próprios trabalhadores não sejam prejudicados. Impera assim uma lógica do sacrifício dos trabalhadores, que fazem concessões em prol da empresa.

(...) geralmente é puxando para o lado do funcionário, podia ser menos puxado mas é puxando para o lado do funcionário, podia dar uma favorecidinha ali pra empresa, não adianta só tirar, tirar da empresa e não repor, senão, como eu posso te dizer, não só eu, tem mais pessoas ali que precisam da empresa, precisam do salário ali, então ela precisa se manter aberta, eles podiam ser um pouco menos incisivos em acordo coletivo, multa (...) Na hora de fazer acordo, dar um equilíbrio entre funcionário e empresa, na questão de valores (...) Um acordo coletivo está em atraso em dois anos, não querer botar uma taxa, de mais um reajuste salarial, se a empresa realmente der esse ajuste pode acabar fechando e vai acabar prejudicando mais gente dentro da empresa (...)vai acabar quebrando uma empresa que gerava bastante emprego (...) Tem muita gente ali onde eu trabalho mais velhas, tem senhoras de idade que já estão aposentadas e saindo dali não vão pegar outro emprego tão fácil. o pessoal ali que não tem, que já é um pessoal mais velho, ou que não vai conseguir um emprego facilmente, ou que tem algum problema físico, trabalha bastante gente ali com algum tipo de deficiência e também trabalha muito pessoa ali tipo assim diferente, o pessoal desses movimentos LGBT e que em muitas empresas não vão ser aceitos. (Lucas, telefônico, sindicalizado, 23 anos)

(...) se a empresa te proporciona um valor X digamos assim do vale-alimentação, o sindicato ele está sempre querendo aumentar, se ele aumentar o vale-alimentação ele acaba tirando da empresa essa grana. Que era uma empresa que ela poderia contratar mais

funcionários do que pagar um vale-alimentação à mais pra nós. Sendo que porque é seis horas de trabalho não precisa um vale de dez reais, que o sindicato tenta botar, de 15 reais. Pra mim como é seis horas de trabalho, em torno de uns 5 reais para comprar um pastel no intervalo já está valendo. (Júlio, telefônico, não sindicalizado, 22 anos)

A dimensão financeira aparece como bastante relevante. Há um reconhecimento da empresa como quem os remunera, garante seu sustento. Dois trabalhadores metalúrgicos não sindicalizados afirmam não ver nenhuma vantagem em ser sindicalizado, pois a empresa na qual trabalham já dá um dissídio acima daquele que o sindicato pede. Outro trabalhador, telefônico não sindicalizado, afirma não se envolver com o sindicato justamente por não querer prejudicar a empresa que é quem o remunera. Assim, na visão do entrevistado, há uma dicotomia entre sindicato e empresa, na qual cabe ao trabalhador se posicionar em um dos lados.

Nunca me interessei porque tipo é uma briga que eles fazem por nós mas eu também não posso vestir a camisa deles (do sindicato) e deixar a empresa. Porque a final de contas é a empresa que me rentabiliza e não o sindicato então eu não posso vestir a camisa deles e deixar de lado a empresa. Eu não posso vestir a camisa de uma coisa que vai contra a empresa, sendo que eu trabalho ali dentro e dependendo do salário que eles me pagam. Eu não posso ir atrás deles e deixar a empresa de lado, por isso eu não me envolvo com sindicato. (Júlio, telefônico, não sindicalizado, 22 anos)

Mesmo que a maioria dos entrevistados relatem ter uma boa relação com a empresa, os jovens também apresentam visões críticas às empresas e reconhecem a exploração do trabalho. Vale notar que essa visão foi encontrada tanto nas falas de trabalhadores sindicalizados, como nas dos não sindicalizados. Uma das trabalhadoras telefônicas não sindicalizada afirma sofrer com uma cobrança que aumenta cada vez mais, com metas crescentes e reclama da desorganização da empresa para pagar o salário e os vale-transporte. Além disso, dois trabalhadores se mostram incomodados com o fato de alguém estar lucrando com o seu trabalho. Contudo, o reconhecimento da exploração não necessariamente significa engajamento ou mesmo simpatia ao sindicato.

Eu via muita injustiça dentro da empresa (...)Trabalhando, trabalhando, trabalhando pra ter alguém pra lucrar em cima daquilo ali (...) Eu até

achava que ela (a empresa) ia ser melhor, que ela é uma marca poderosa. Tu chega na empresa tem uma fachada coisa mais linda e tal, mas na prática também é tipo assim é uma escravidão enrustida. Não é o mesmo nível de uma escravidão, mas é uma situação assim, tu é igual a um animal. (Richard metalúrgico, não sindicalizado, 28 anos)

Mas é foda que o patrão não está nem aí pro funcionário, o patrão quer mais que tu trabalhe. É bom ter alguém pelo menos preocupado com isso...se tu trabalhar tantas horas tu vai receber, não só o nosso sindicato, todos os sindicatos, eles tem que se meter mesmo. Porque tem muita gente que quer sempre só ganhar, ganhar, ganhar...que não está nem aí pra quem está trabalhando, não está nem aí para quem está lá metendo a mão, se sujando, é isso que é ruim. (Frederico, metalúrgico, sindicalizado, 28 anos)

Como síntese, nesta seção discutimos como a percepção dos jovens sobre os sindicatos também perpassa a relação destes trabalhadores com as empresas e pela forma de controle que eles estão submetidos. Observamos que a atuação sindical é limitada, por um lado, pelo medo individual da perda do emprego, e, por outro, pela preocupação de não provocar o fechamento da empresa. Também detectamos insatisfações com a empresa e a identificação de relações de exploração do trabalho. Entretanto, essas não se apresentaram como um fator suficiente para o engajamento dos trabalhadores nos sindicatos.

5 A INSERÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE

A politização ou falta de politização da juventude é tema recorrente na sociologia. As formas e as práticas de participação da juventude, bem como suas demandas e bandeiras, estão sob permanente crítica pelo “mundo adulto”. Os jovens ora são exaltados pela sua atuação, ora são criticados. Tal modo de ver os jovens, tanto pelo senso comum como por grande parte dos estudos na área, questionando e julgando as formas de atuação e os temas de contestação, levou em parte à uma não escuta dos jovens, tentativa de tutela sobre eles, sem considerar suas percepções sobre os acontecimentos políticos e sociais. Buscamos fugir dessa dicotomia, sem atribuir características essencialistas à juventude ou a determinadas gerações.

É a partir dos anos 1960 que a atuação política dos jovens ganha visibilidade (SOUSA, 1999; WEISHEIMER, 2015). Os estudos sobre a juventude brasileira que viveu na década de 1960, destacam o papel questionador da ordem social e revolucionário dos jovens. Ao analisar o trabalho de Marialice Foriacchi, Weisheimer(2015) mostra como a figura do jovem se torna um objeto de estudo das ciências sociais nos anos 1960 e como esta imagem se concentra em uma juventude crítica à “ordem social estabelecida” (WEISHEIMER, 2015, p.3). Sousa (1999) destaca como a Sociologia da Juventude voltava sua atenção para o engajamento dos jovens e seu papel transformador na sociedade. Na visão de Sousa (1999), o “exercício pleno da juventude” estava profundamente relacionado ao engajamento político, social e cultural.

A juventude era assim “percebida simultaneamente como uma fase da vida, uma força de renovação social e um determinado estilo de existência” (WEISHEIMER, 2015, p.30). O papel revolucionário, de transformação da sociedade, largamente atribuído ao proletariado, recaiu, naquele momento, sobre a juventude. Se por um lado a atuação dos jovens foi percebida e reconhecida por sua importância, por outro, a juventude passou a ser idealizada como grupo de transformação social. Abramo (1997) compartilha essa visão, pois no seu entender, a imagem do jovem dos anos 1960 estabeleceu um ideal de juventude ligado às transformações sociais. Dessa forma, argumenta,

passou-se a esperar das juventudes que vieram nas décadas seguintes características de sonhadoras e engajadas, transformadoras da realidade social.

Já, Novaes (2002), questiona a comparação feita por estudos sociológicos que contrapunham a imagem dominante do jovem nos anos 1960 e 1970, apresentado como utopista e engajado em movimentos/causas sociais com a do jovem dos anos 1980 e 1990, representado como individualista e descrente de ideais coletivos. Na visão desses autores, a juventude dos anos 1980/1990 estaria negando seu papel de transformadora da sociedade. O argumento de Novaes (2002) é que os jovens que participam de movimentos contestatórios fazem parte de uma minoria em qualquer período, portanto, a comparação focava em diferentes grupos, em variados contextos e, ao idealizar uma forma de atuação do passado, não valorizava as novas experiências (NOVAES, 2002, p.52). Neste mesmo sentido, Bezerra et. al. (2013) buscam desconstruir visões essencialistas sobre a juventude. Para eles, assim como a juventude não deve ser definida unicamente pelo seu caráter engajado e solidário no passado, tampouco pode ser considerada na sua totalidade como apática e individualista.

É interessante notar como os movimentos de juventude de 1960 e 1970, só foram valorizados e dimensionados enquanto atuações importantes na década seguinte (ABRAMO, 2007). Antes disso eram criticados tanto por setores conservadores como pela esquerda, sendo considerados pelos primeiros como baderneiros e radicalistas e, pelos últimos, como alienados e inconsequentes. Já em um segundo momento, a forma de participação e atuação dos jovens daquele período passou a ser a única concebida como possível, formando “modelos ideais de atuação, frente aos quais todas as outras manifestações juvenis aparecem como desqualificadas para a política” (ABRAMO, 2007, p.77).

O mesmo ocorreu com as manifestações da juventude nos anos 1990, os denominados cara-pintadas, as quais foram desqualificadas por serem consideradas “espontaneístas”, “espetaculares”, mais “festivas” do que uma expressão de “efetiva politização” (ABRAMO, 2007). As críticas aparecem tanto em relação à forma de organização e atuação como das pautas trazidas pelos jovens, consideradas pouco pertinentes.

Nesse sentido, a geração anterior categoriza e compreende os anseios da juventude sempre em relação às suas vivências e experiências, ou seja, como

comparação à sua própria juventude. A disputa pelo discurso e atuação da juventude é vista como uma disputa pelo futuro da sociedade.

Resta, assim, de um modo amplo e difundido, a manutenção de uma desqualificação generalizada da atuação pública dos jovens e um temor relativo à inserção dos jovens nos processos de construção e consolidação da democracia (ABRAMO, 2007).

Para além dos estudos sociológicos, esta visão também está presente dentro de sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais. Para Abramo (1997), a maioria dos participantes destas entidades busca mobilizar os jovens em prol de suas causas, porém sem agregar as pautas da juventude. Assim, falta tanto compreensão sobre as percepções dos jovens, seus anseios e suas dificuldades, quanto ações voltadas incluí-los nesses espaços. Nas palavras de Abramo (1997):

A maior parte dos atores políticos queixa-se da distância que os jovens têm demonstrado para com as suas proposições, bandeiras e formas de atuação, o que reflete, em primeiro plano, uma preocupação com a renovação de quadros no interior dessas organizações, mais do que em tratar e incorporar temas levantados pelos próprios jovens. Essa preocupação vem acompanhada de um diagnóstico que identifica nos jovens um desinteresse pela política e de um modo mais geral pelas questões sociais, como resultado da acentuação do individualismo e do pragmatismo que se afirmam como tendências sociais crescentes, tornando-os 'pré-políticos' ou quase que inevitavelmente 'a-políticos' (ABRAMO, 1997, p.35).

Em seu estudo com jovens engajados em partidos políticos, Brenner (2013) conclui que ao mesmo tempo que há uma preocupação com o engajamento juvenil dentro desses espaços nos discursos partidários, internamente há uma tensão entre adultos e jovens, pois estes últimos são excluídos dos espaços de decisão.

A presença dos jovens nos partidos - instituições tradicionalmente adultas e masculinas – é estimulada e bem vista nos documentos partidários e também nos discursos, segundo os jovens, mas no cotidiano essa presença seria produtora de tensões. Os jovens afirmaram que são acionados para as tarefas, para a mobilização e também para 'arejar' debates partidários, mas que, nos momentos e espaços de decisão, são, muitas vezes, desconsiderados (BRENNER, 2013, p.90).

Desta forma, não se incorpora a perspectiva do jovem e impõe-se uma forma específica de participação social. Tal ponto de vista corrobora os achados obtidos na pesquisa, uma vez que, parte da crítica dos jovens aos adultos sindicalistas está justamente na dificuldade do diálogo e na limitação de espaços nos sindicatos onde tenham voz.

Tanto nas entrevistas realizadas com os dirigentes sindicais, quanto no Encontro da Juventude da CUT, as transformações em parte das estruturas sindicais apareceram como algo central. Em carta escrita no final do Encontro, há um chamado à renovação do sindicalismo, não apenas no que trata de seus quadros, mas em sua dinâmica.

Faz-se necessário construir uma nova geração sindical no nosso país, nova não apenas no que diz a respeito a idade mas em sua forma de construir política sindical, com seu potencial criativo para organizar e contribuir para o aprofundamento da democracia, e a superação de práticas que estimulam a burocracia, opressão e corporativismo do sindicalismo contemporâneo, que ainda estão arraigadas na estrutura sindical (Carta do Ocupa CUT a população brasileira, 13/12/2017).

Assim, pensando as dinâmicas internas do movimento sindical, duas dimensões se destacam nas falas dos entrevistados e nas observações das atividades da juventude da CUT. A primeira delas é a necessidade dos jovens participarem de todas as instâncias sindicais e não ficarem reduzidos apenas às políticas e ações para a juventude. Outro elemento recorrente trata de uma atuação da juventude que traga mudanças para a organização sindical, ou seja, que os jovens tenham espaço para realizar transformações no espaço sindical.

Na compreensão dos dirigentes entrevistados, o jovem é visto como alguém que está em construção, aprendendo, portanto ele não se sente reconhecido como um sujeito completo, com ideias próprias e argumentos. Talvez decorra desta percepção, expressa por entrevistados, de que os sindicalistas mais antigos barram as ações da juventude de caráter político, de construção do sindicato. Na visão dos dirigentes, ao jovem recaí tarefas consideradas internamente de menor importância.

Mesmo para tu entrar para as direções, para fazer só as tarefas é difícil. Agora entrando, se tu entra para dentro para discutir a política muitas vezes tu é massacrado. Tem histórias assim horríveis que os meninos contam dessas situações (...) Para explicar um pouco a diferença, o sujeito pode ir na fábrica entregar o jornalzinho pra todo mundo, mas ajudar a breefar o jornal é difícil ele conseguir, escrever algum artigo de opinião naquele jornal que eles tão entregando, difícil ele conseguir

também. E esse é um pouco o trabalho que a gente vem conseguindo fazer aqui, conseguindo empoderar um pouco os jovens, para eles entenderem que eles tem sim essa prerrogativa, que eles fazem parte da direção e que eles têm que ajudar a construir a política também. Não deixar de fazer as tarefas, que todos tem que fazer, inclusive os mais antigos. (Secretária de Juventude da CUT-RS, 32 anos)

A juventude não pode esperar espaço, ela precisa chutar a porta para entrar, ela precisa ocupar os espaços não apenas de juventude. E acho que como eu já vinha do movimento estudantil, eu sofri menos com isso. (Ex-secretário de Juventude da CUT-Nacional, 35 anos)

Muitos companheiros me dão relatos horríveis das suas dificuldades nas suas direções por serem jovens, mesmo homens. E isso é uma realidade que eu to conhecendo a partir daqui porque eu não tive isso, eu tive exatamente o oposto 'ah nós estamos querendo sair, não tem mais ninguém para assumir o sindicato, então vai, constroi. Nós queremos sair e queremos que tu fique'. Isso é bem diferente do normal que é visto. (Secretária de Juventude da CUT-RS, 32 anos)

Nesse sentido, os entrevistados apontam que é necessária a atualização de práticas e conceitos no movimento sindical. O Ex-Secretário de Juventude relatou ter entrado no Movimento Sindical com 19 anos. Apesar de jovem já havia participado por cinco anos do movimento estudantil, onde tinha contato com partidos e sindicatos. Assim sendo, já conhecia a forma de organização política e já dominava a linguagem desses espaços, no entender dele, um “vocabulário de velho”. Para ele, isso ocorre repetidamente nos sindicatos, pois apesar da renovação de quadros não há uma renovação de práticas. Não apenas com relação à idade, mas também em relação a ideias novas ligadas a uma nova realidade.

(...) alguém vai olhar e vai dizer 'oh aquele menino é bom, ou aquela menina é boa, vamos trazer aquele menino para o sindicato'. Mas por que que aquele menino é bom? Mas por que vamos insistir naquele menino? É porque na verdade o velho vê naquele menino o que ele era na década de 1980. Na verdade ele não vê naquele menino o que é a média da juventude atual. Então, acaba que muitas vezes quando ele consegue atrair para o movimento, essa pessoa vem disposta a se formar, a reproduzir práticas e conceitos que eram de quando ele era jovem na década de 1980, que já não dialoga com a juventude atual. Porque muitas vezes você consegue ter um jovem na direção, mas reproduzindo práticas e conceitos que não são jovens. É difícil você conseguir mudar a cara do sindicato, para o sindicato ficar mais jovial esse eu acho que é o grande desafio. (Ex-secretário de Juventude da CUT-Nacional, 35 anos)

Na visão ex-Secretário, os sindicalistas adultos esperam que os jovens reproduzam a lógica vigente e não transformem a organização e estruturação dos sindicatos. Ele ainda complementa afirmando que os sindicalistas mais antigos dificultam o protagonismo juvenil. Em suma, os jovens apontam a necessidade de ter um ambiente favorável e receptivo para que possam realizar mudanças internas.

Você vai ouvir muitos dirigentes mais velhos reclamarem que não conseguem trazer os jovens pro sindicato. Eu sempre fazia essa crítica dizendo, 'você não consegue trazer o jovem pro sindicato porque você faz o caminho errado, a gente precisa levar o sindicato para o jovem'. Se o sindicato não representa a demanda da juventude, a juventude não se interessa pelo sindicato porque aquilo não representa ela (...). Você precisa que o jovem faça movimento de juventude. E é difícil muitas vezes para o jovem compreender isso, uma coisa que eu insistia por exemplo, é que as atividades de juventude elas precisavam ser feitas pela juventude, para a juventude. E a gente infelizmente vê muita atividade de juventude compostas o tempo inteiro por pessoas mais velhas ou com análises de conjuntura feitas por pessoas mais velhas o tempo inteiro. Você acaba tirando o protagonismo juvenil naquele espaço. Lógico, a troca de experiências é bom, mas isso é ruim porque além de você tirar o protagonismo, você forma jovens velhos. (Ex-secretário de Juventude da CUT- Nacional, 35 anos)

No Encontro da Juventude da CUT- Nacional observamos que a maioria das atividades consistiam em mesas de debate compostas por pessoas que não fazem parte da juventude. Os espaços de discussão em que foi observado algum protagonismo juvenil foram nos Grupos de Trabalho, e mesmo assim a maioria dos mediadores eram adultos. Essa forma de interação entre juventude e adultos observada no movimento sindical reproduz uma visão de tutela sobre os jovens, como se esses fossem “papeis em branco” a serem preenchidos, o que dificulta a troca de conhecimentos e perspectivas entre diferentes gerações.

A Secretária de Juventude da CUT-RS ressalta uma das questões recorrentes ligadas à aspectos geracionais que ela observa tanto no movimento sindical como em outros movimentos sociais: a juventude acaba sendo tratada pelos adultos como um nicho, ou seja, que não deveria participar das pautas centrais e apenas focar nas suas especificidades. O mesmo ocorre com pautas relacionadas a questões de gênero, raça/cor/etnia e sexualidade, como será

visto na seção 5.4. As demandas desses grupos quando chegam à executiva são tratadas como lutas específicas destes grupos.

No começo eu tive bastante dificuldade, inclusive eu percebo, em outras CUTs que existe a questão de que não estão acostumados com o Secretário de juventude construir a política e é o que eu vim fazer aqui. Em alguns momentos eu tive que botar o pé na porta, para dizer, eu faço parte da executiva também, eu vou ajudar a construir política, na central. Eles achavam que eu vim cuidar só do meu 'gueto', só da juventude. Não. Eu faço parte da executiva da central. Eu não posso deixar desamparada a minha tarefa principal, mas, discutir a política também. Eu percebo que em outras CUTs estaduais, isso não ocorre muito do Secretário de juventude ajudar a construir a política e para mim foi um pouco difícil. (Secretária de Juventude CUT- RS, 32 anos)

Eu acho que esse é o grande desafio da juventude, é o que eu falo com a Edjane (atual Secretária de Juventude da CUT-Nacional) agora, não dá para vir só em atividade de juventude, tem que vir para a executiva, disputar a executiva, senão você desaparece, você fica no 'gueto' (Ex-secretário de Juventude da CUT-Nacional, 35 anos)

Na avaliação do ex-Secretário, há um descompasso entre a forma de organização dos sindicatos e a lógica da juventude: enquanto as estruturas dos sindicatos são burocráticas e lentas, a juventude é dinâmica, rápida. Para ele a adaptação à novas tecnologias³⁸ e à dinamicidade da juventude é algo crucial para o movimento sindical.

Quando o celular leva mais de dez segundos para abrir uma página a gente acha que ele está lento. Então, a gente quer resposta pra agora, a gente quer resposta para ontem(...) O movimento sindical tem um processo que é 'ahh aconteceu algo hoje, a gente vai reunir a executiva da cut pra debater, ah esse processo exige uma mudança estatutária, tem que esperar a plenária do ano que vem, daí a plenária delibera uma alteração estatutária, daí vai passar no Congresso dois anos depois'. Não é a dinâmica da juventude, do para hoje, do para agora, do vamos fazer acontecer, isso dificulta muito. (Ex-secretário de Juventude da CUT-Nacional, 35 anos)

Também se observa na fala dos jovens dirigentes uma crítica à “carreira sindical”, ao defenderem a importância do rodízio entre titulares dos cargos sindicais, possibilitando o revezamento entre aqueles que atuam no sindicato e os outros que estão exercendo o trabalho na categoria. Essa alternância também permitiria um contato mais próximo entre a base e o sindicato. É interessante

³⁸ O papel da tecnologia nos movimentos de juventude será abordado na seção 5.3

observar que na fala dos jovens eles enunciam “estarem” dirigentes sindicais, e não “serem” dirigentes sindicais, acentuando a defesa de que cargos sindicais não são vitalícios, mas transitórios.

Muitas vezes os dirigentes mais antigos eles se afeiçoam tanto àquele trabalho que acabam tratando como se fosse uma carreira. E não é. Na realidade eu sou bancária, eu estou dirigente sindical, mas eu sou bancária. E a gente tem que ter essa noção de preparar mais pessoas pra vir e pra trocar, pra oxigenar. E nessa linha, a juventude tem tido muita dificuldade no movimento sindical. (Secretária de Juventude da CUT-RS, 32 anos)

E também essa questão de eleição e tudo mais deveria ser mais aberto para quem não é sindicalizado para quem participa da empresa e tem um sindicato representando a empresa...deveria ser mais aberto a votação para presidente, para diretor. Eu acho que toda essa questão de um sindicato ter um presidente que está há 5, 6 anos, 20 anos. Eu acho que deveria ser limitado. (Lucas, telefônico, sindicalizado, 23 anos)

Em suma, o que se observa com relação à Juventude dentro do espaço sindical é que há um esforço contínuo dos jovens sindicalistas em incluir suas pautas e demandas. Além disso, há um reconhecimento da necessidade de transformar práticas e políticas dos sindicatos com vistas a representar e incluir as novas gerações.

5.1 DESCRENÇA NA POLÍTICA TRADICIONAL

Estudos empíricos e teóricos e os achados de campo desta pesquisa apontam para uma mesma direção: a desconfiança dos jovens com relação à política tradicional, especialmente os partidos políticos. Um estudo realizado em 2013 da Secretaria Nacional de Juventude, a Agenda Juventude Brasil, sobre o perfil e a opinião dos Jovens Brasileiros, apontou para a descrença e a desconfiança tanto nos mecanismos de participação como nas instituições tradicionais de participação. Braga e Santana (2015) identificam um descrédito nas formas tradicionais de representação e nos sindicatos de forma generalizada, mas principalmente entre a população mais jovem. Em uma mesma direção, Corrochano, Dowbor e Jardim (2018) apontam o declínio da

porcentagem de jovens que tiram o título de eleitor antes da idade obrigatória (em 2006 era 39% e em 2014 foram 25%).

A falta de representatividade e a impermeabilidade de temas da juventude aparecem como uma hipótese para o afastamento dos jovens da política tradicional (CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018). As autoras ainda mostram como os órgãos parlamentares e conselhos ligados ao poder público são compostos por uma maioria de homens brancos, com renda superior à média nacional, pouquíssimos jovens³⁹.

Para Castro (2006), a ausência de diversidade e representatividade das instituições políticas clássicas é a chave para compreender a insatisfação juvenil com a política tradicional. Além disso, segundo estudo de Abramovay e Castro (2008), os jovens não vêem o Estado enquanto promotor e garantidor dos direitos sociais e de segurança. Sendo assim, não é espantoso que os jovens não se identifiquem e façam críticas à política institucional.

Ao mesmo tempo, a descrença nas formas tradicionais de participação não representa um não reconhecimento ou desvalorização da política, uma vez que mais da metade dos jovens (54%) consideram a política algo muito importante e para 29% ela é mais ou menos importante. Apenas 16% dos jovens consideram que a política não é nada importante e 1% afirmou não saber. Os pesquisadores da Agenda ressaltam a relação da valorização da política com a renda dos jovens, “47% dos jovens de estratos de renda baixa consideram a política muito importante, opinião que é compartilhada por 56% dos entrevistados de estratos médios e por 70% dos de alta renda” (PARTICIPATÓRIO, 2013, p.85).

Nesse sentido, Castro (2006) ressalta que é importante considerar as condições materiais que os jovens encontram para fazer política. No seu entender, na sociedade capitalista contemporânea é necessário destacar “os limites da participação democrática quando se é excluído da participação na geração e na distribuição de riquezas” (CASTRO, 2006, p.10). Da mesma forma,

³⁹ “Uma pesquisa comparativa entre o perfil dos deputados e o dos 21 conselhos nacionais e três comissões nacionais aponta que tais espaços reproduzem o mesmo perfil: renda e escolaridade são superiores à média da população; há predominância do sexo masculino, da cor branca e de origens regionais concentradas nos principais centros econômicos e políticos do país (ALENCAR et al. 2013, p.140). Quanto à faixa etária, em 2012, 85% dos parlamentares tinham acima de 40 anos e não há entre eles nenhum jovem, enquanto no caso dos conselhos, aqueles entre 21 e 29 anos somam 9,4%, e os acima de 40, 72%. (ALENCAR et al. 2013, p. 131)” (CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018, p.57)

em sua pesquisa, Singer (2005) aponta que “os jovens brasileiros irão à luta por um Brasil melhor desde que obtenham as bases materiais mínimas de sobrevivência” (SINGER, 2005, p.35).

Mesmo os jovens reconhecendo a importância da participação, algumas formas de organização se destacam pela rejeição⁴⁰. Os partidos políticos detêm maior rejeição com 88% dos jovens afirmando que não atuariam nessa entidade (7% nunca participou mas gostaria, 3% participou antes, 1% participa hoje). Os sindicatos, também obtiveram uma alta rejeição, 59% dos jovens afirmaram não ter interesse em participar de sindicatos ou associações profissionais, porém a porcentagem de jovens que estariam dispostos a se engajar nessas entidades (34%) é bem maior do que em partidos políticos. Esse dado indica uma maior margem potencial de diálogo entre as entidades sindicais e os jovens. Entre os problemas brasileiros abordados pela pesquisa, a corrupção foi a mais citada (67%) e foi considerada o pior dos problemas por 36% dos entrevistados. O segundo problema mais citado foi o poder dos traficantes (46%), seguido pela grande desigualdade entre ricos e pobres (42%) e pelo problema do racismo e outras formas de discriminação (34%) (PARTICIPATÓRIO, 2013, p. 74).

Neste sentido, para essa pesquisa é importante analisar como a descrença nos canais formais de participação política afeta as percepções dos jovens sobre os sindicatos. Entre os jovens entrevistados destacou-se a crítica à vinculação dos sindicatos com a política partidária. A dimensão político-partidária aparece nas falas dos entrevistados com conotação negativa, considerada como “desvio” em relação ao que consideram ser as funções principais dos sindicatos, as quais seriam focadas nas

⁴⁰ “entidade ou movimento por alguma outra causa, ou qualquer outro grupo (81%); cooperativa (74%); entidade ou grupo de mídias livres ou alternativas (66%); associação de defesa do consumidor (63%); grupo ou associação de trabalho voluntário não religioso (60%); entidade ou movimento em defesa de grupos discriminados (60%); associação profissional ou sindicato de trabalhadores (59%); movimento ligado a saúde, moradia, educação ou transportes (56%); sociedade de amigos do bairro, associação comunitária ou de moradores (55%); grupo religioso que se reúne para ações assistenciais ou políticas (55%); grupo artístico ou cultural (51%); e associação estudantil, grêmios ou centros acadêmicos (50%). Os únicos tipos de grupos em que a maior parte nunca participou, mas gostaria de participar foram: grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico (51%) e clube, associação esportiva, recreativa ou de lazer (42%). Entre os entrevistados que mencionaram algum tipo de participação em algum desses grupos ou associações, essa participação foi principalmente presencial em: grupo religioso que se reúne para ações assistenciais ou políticas (17%); clube, associação esportiva, recreativa ou de lazer (16%); grupos artísticos (13%); e sociedade de amigos do bairro, associação comunitária ou de moradores (9%)” (PARTICIPATÓRIO, 2013, p.88).

negociações com as empresas. Para os entrevistados, as atuações sindicais relacionadas às questões político-partidárias deveriam estar em segundo plano. Vale ressaltar que não havia nenhuma pergunta específica no questionário sobre a relação dos sindicatos com a política partidária, essa associação apareceu espontaneamente nas falas dos entrevistados.

O envolvimento com a política partidária não é visto como algo negativo por si só, mas por representar primazia com relação às outras pautas, de caráter instrumental.

Eu acho que por questão de política eles deixam um pouco de lado algumas questões que nós temos, dissídio, algum problema que nós temos referente a chefia ou alguma coisa que nós tentamos conseguir de benefícios. Eu acho que isso fica bem de lado, enquanto eles estão mais focados politicamente. Não acho que é totalmente errado, mas acho que a prioridade seria o trabalhador, não que política seja errada, mas eles poderiam se envolver em muitas outras áreas como alguma coisa em relação à saúde, à segurança, que eles não se envolvem, apenas política, então eu acho que eles acabam ferindo o principal. (Carlos, metalúrgico, sindicalizado, 26 anos)

Porque antes parece que eles tinham mais interesse em lutar pelo aumento do funcionário e ultimamente eles não tem se preocupado muito com essas coisas, né? Eu acho que questões políticas principalmente, os negócios de Dilma e PT. Dai eu acho que tem diminuído bastante a preocupação assim em questão de aumento, do funcionário, porque a gente pensa nisso, pensa nisso também. É muito defendendo o lado político e pouco o lado do funcionário em si. Claro que também faz parte mas é muito puxado pro lado da política eu acho. Escolhe um partido e defende aquele partido acima de qualquer coisa, entendeu? Hoje eu não vejo muito como puxado pra se preocupar com o trabalhador só né, claro pensa no trabalhador. Mas a gente vê que o partidário move muito ali, né? dai desanima um pouco. (João, metalúrgico, sindicalizado, 24 anos)

O descontentamento com a ligação político-partidária dos sindicatos também está relacionado à desconsideração ou descrença na política institucional, podendo tanto aparecer relacionado com uma decepção com a política partidária, como com uma visão negativa do Estado.

(...)Não sou contra nenhum partido, sei o suficiente pra votar, mas não sou esperançoso com a política também. Mas acho que eles acabam levando muito em conta a questão partidária, dando preferência pra isso. O principal deveria ser os trabalhadores. (Carlos, metalúrgico, sindicalizado, 26 anos)

Então eu acho que o sindicato, ele tá aí pra ajudar aí só que tendo o governo que a gente tem e do jeito que tá, não tem o que eles fazer

pela gente. se eles lá em cima tão querendo acabar com tudo então não tem. O sindicato até luta pela gente só que não adianta só eles querer fazer algo pela gente se o governo nosso não ajuda em nada. (Frederico, metalúrgico, sindicalizado, 28 anos)

Na verdade ninguém tem mais esperança é que nem política né? Ninguém tem mais esperança na política, ninguém tem esperança que vai melhorar, nem que o sindicato va melhorar muita coisa. Mas não tira a importância. (Marcelo, telefônico, sindicalizado, 28 anos)

Eu acho que já foi (o movimento sindical) meio cooptado por partidos (...) bah política é uma bela de uma merda (...) os partidos, enfim que o sistema como é mesmo, pra mim, na minha visão, não é uma coisa positiva (Fabiana, telefônica , não sindicalizada)

A ocupação de cargos no Estado por sindicalistas é vista como algo negativo, como oportunismo, como uma “utilização” da influência política e da visibilidade do sindicato para alcançar um projeto individual e não uma representação dos trabalhadores.

Tem muito esse lado PT anti-PT e tal e o sindicato ele é muito filiado ao PT então quem não gosta do PT acha que o sindicato é uma porcaria que não devia existir, sabe? Então eu acho que a politicagem é uma coisa muito ruim, sabe? O que que eles alegam o PT é o partido trabalhista então ele é pelas causas trabalhistas então são todos filiados aos deputados e aos vereadores do PT. (Marcelo, telefônico, sindicalizado, 28 anos)

A gente recebe um jornalzinho aqui e tu ve ali, tem eleição tava na capa assim foto deles bebendo cerveja e tal comemorando que eles ganharam com o dinheiro da gente né? é política...politicagem. Pra mim é politacagem. Não acredito que eles pensem 'ah vamos ajudar eles' e tal, acho que não. Querem pra se promover publicamente pra depois virar candidato de alguma coisa. (Tiago, metalúrgico, não sindicalizado, 25 anos)

A onda de políticas anti-corrupção que abateu os partidos políticos também teve consequências para os sindicatos. Se difundiu uma noção de que as instituições tradicionais estão corrompidas.

(...) deixar tudo mais claro em questão de valores, gastos, tudo isso aí que é bem por trás, que todo mundo fica de cara porque sabe que é uma arrecadação muito grande e a gente não vê pra onde ta indo, então deveria ser mais aberto, não só ali mas em todos os sindicatos. Mostrar pra onde ta indo o dinheiro (...) do mesmo jeito que tem na política, aquelas operação e coisa e tal, lava-jato, deveria ter nessa função porque é muito desvio (Lucas, telefônico, sindicalizado, 23 anos)

Vou dar um exemplo do que eu penso do PT, com relação ao PT, o PT nos anos 1990, quando era aquela coisa do sindicato, eles pregavam uma coisa, no momento que eles assumiram, eles fizeram muita coisa boa e tal né? mas tu vê o Temer, o Temer vice da Dilma isso aí nos anos 1990 era impensável, um cara do PMDB fazer parte do governo do PT bom isso não existe. A tal da corrupção esse é o problema no sindicato. É que no Brasil é difícil não se corromper, o sistema é todo corrompido então é quase impossível. (Richard, metalúrgico, não sindicalizado, 28 anos)

Assim, os achados do campo mostram desconfiança dos jovens com relação aos partidos políticos e descrença nos canais formais de participação política. Essa situação reflete nas percepções dos jovens com relação aos sindicatos, pois criticam a relação político-partidária dos sindicatos e entendem esses espaços como corrompidos.

5.2 FORMAS DE ATUAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE

Neste capítulo iremos debater as novas formas de atuação política e como estas dialogam (ou não) com a forma de atuação dos sindicatos. É possível observar, entre a juventude trabalhadora entrevistada, dois tipos de atuação: a participação em manifestações de rua e nas paralisações propostas pelos sindicatos. Nos anos 2000, enquanto os sindicatos passaram a ter maior atuação dentro das instâncias do governo e maior poder de negociação institucional, os movimentos da juventude seguiram e cresceram por outro caminho, mais ligado à ação direta e organizados de forma horizontal. O tipo de participação protagonizada dos jovens não estava ligada aos partidos ou às instituições tradicionais de representação e não era a política que os sindicatos estavam fazendo.

No contexto de descrédito nos modelos políticos tradicionais, as formas de fazer política da juventude subvertem a lógica usual fundamentada em partidos políticos, grêmios estudantis ou sindicatos – o que no entanto, não significa que a participação dos jovens na política não exista mais. Variados são os interesses da juventude e seus modos de influenciar e agir sobre a sociedade (ABRAMOVAY, CASTRO, 2008, DAYRELL; CARRANO, 2008). A literatura sobre juventude e participação política vem apontando para a diversidade e a

pluralidade que essa relação vem assumindo, tanto quando se trata das formas de atuação, como dos temas que mobilizam a participação juvenil.

Com relação às formas de atuação, aquelas que passam pela ação direta crescem diante das formas de participação institucionalizadas de militância política. Parte dessa opção se explica devido à falta de confiança em entidades políticas tradicionais, como vimos na seção anterior. Para Corrochano, Dowbor e Jardim (2018) os jovens brasileiros tendem:

1) a desconfiar dos canais institucionais à disposição, 2) a recusar a participação em partidos como modo privilegiado de transformação e 3) têm preferido formas de atuação e engajamento mais diretas, menos hierarquizadas, mais permeáveis aos anseios individuais e à contingência histórica (CORROCHANO, DOWBOR, JARDIM, 2018, p.62)

A pesquisa da Agenda da Juventude Brasil, já mencionada, foi realizada nos dois meses que antecederam as Manifestações de Junho de 2013 e nela quase metade dos jovens entrevistados (46%) afirmaram que “a participação e mobilização nas ruas e ações diretas são vistas como a forma mais potente para melhorar o Brasil” (PARTICIPATÓRIO, 2013, p.84). Logo em seguida aparece a atuação em associações ou coletivos que se organizam de alguma forma (45%). Canais de participação ligados ao Estado como conselhos, conferências e audiências públicas, são mencionados por 36% dos jovens e atuação através da Internet por 35%. A atuação em partidos políticos é mencionada por 30% dos jovens.

Entre os movimentos juvenis com essas características de mobilização de rua e ação coletiva direta, as Manifestações de Junho de 2013 tiveram maior visibilidade. Entretanto, esse período foi precedido por diversos movimentos da juventude ligados aos direitos sociais e ao direito à cidade⁴¹. Estes movimentos estavam espalhados pelo país e tinham em comum a ação coletiva direta e a organização horizontal, sem lideranças de partidos políticos. Além disso, a tecnologia era uma ferramenta importante que permitia a mobilização e organização dos jovens, (MAIA, 2013).

Corrochano, Dowbor e Jardim (2018) em seu trabalho sobre a participação política da juventude no Brasil nas primeiras décadas do século XXI,

⁴¹ Temas ligados ao transporte público, gentrificação de bairros, manutenção de espaços públicos, etc.

analisam os movimentos de caráter “progressista” protagonizados pela juventude. Em 2003, na “revolta do Buzu” em Salvador e, no ano seguinte, na “Revolta da Catraca” em Florianópolis já apareciam temas e formas de ação que ficariam nacionalmente conhecidas em Junho de 2013. Nesse mesmo sentido, em 2009 em Belo Horizonte houve a ocupação de uma praça visando impedir a proibição de seu uso. As autoras ainda apontam os rolezinhos de 2014 e as ocupações das escolas públicas em 2015, como movimentos característicos dessas novas formas de atuação da juventude (CORROCHANO, DOWBOR, JARDIM, 2018).

Com relação às Manifestações de Junho de 2013, ainda não está bem definido e bem compreendido a complexidade daqueles movimentos, mas podemos destacar que a juventude compunha a maioria dos manifestantes nas ruas (CORROCHANO, DOWBOR, JARDIM, 2018; GOHN, 2018, BRAGA, 2017). Assim sendo, se torna essencial debater essas manifestações na busca de compreender os movimentos da juventude, suas ações e pautas. Compartilhando essa perspectiva, para Sposito e Tarábola (2017) as manifestações tiveram um importante papel de politização do espaço público e de mudanças nas formas de contestação e engajamento.

Além disso, ao menos inicialmente, elas tinham características similares de forma de organização e pautas relativas ao direito à cidade. Ao mesmo tempo, em um segundo momento, as demandas se ampliaram e foram de variados setores da sociedade, contemplando inclusive pautas contraditórias, o que é condizente com o formato horizontal, sem uma organização centralizada. Mesmo assim, algumas características comuns podem ser identificadas nas Manifestações de Junho de 2013 ⁴², tais como o caráter autônomo e a

⁴² Também é necessário compreender essas manifestações diante da conjuntura internacional. Corrochano, Dowbor e Jardim (2018) destacam que atuações em movimentos de caráter autônomo e não institucionalizado, em detrimento da política tradicional, é um fenômeno que também ocorreu em países europeus no século XXI, (CORROCHANO, DOWBOR, JARDIM, 2018, p.57). Sposito (2014) também destaca o grande número de manifestações ocorridas em diversas partes do globo e que se caracterizam pela intensa participação da juventude. Apesar de ter suas especificidades de pautas e de contextos políticos, econômico e sociais, essas experiências compartilharam uma forma similar de organização e de ação, (GOHN, 2018). Na visão de Braga e Santana (2015), as manifestações de junho no Brasil e as mobilizações em países da Europa e nos Estados Unidos, como o 15M e os Indignados na Espanha e o Occupy Wall Street em Nova York, têm em comum o fato de serem compostas por jovens trabalhadores precarizados.

organização horizontal e a crítica às instituições centralizadoras - “especialmente os partidos e sindicatos” (GOHN, 2014, p. 431).

Ao mesmo tempo que passaram a ter pautas variadas, essas manifestações tinham em comum “um sentimento de descontentamento, desencantamento e indignação contra a conjuntura ético-política de dirigentes e representantes civis eleitos nas estruturas de poder estatal” (GOHN, 2018, p.431). Não à toa que bandeiras de partidos e sindicatos foram banidas de parte das manifestações.

Desta forma, na visão de Gohn (2018), estes jovens buscavam uma nova forma de fazer política, uma ruptura com a política atual e propunham algo novo, ainda que não bem entendido, que se diferenciasse da política atual. Gohn (2018) ainda afirma que a visão social sobre os jovens participantes das manifestações oscila entre, em alguns momentos glorificá-los e, em outros, criticá-los como “vândalos” ou “ingênuos”. Para ela é importante caracterizar que os jovens manifestantes são heterogêneos, fazem parte de diferentes grupos, com variadas ideologias, algo que nem sempre é visto nas abordagens sobre o tema. Neste contexto, atuam tanto movimentos de juventude de caráter progressista quanto aqueles de cunho conservador e reacionário.

Quando os sindicatos foram para a rua naquele período, as suas manifestações tiveram uma adesão e impacto menores e não conseguiram levar pautas ou estratégias de ações que se integrassem nas manifestações (BRAGA, SANTANA, 2015; CARDOSO, 2015). O relato do Ex-secretário de Juventude da CUT-Nacional sobre aquele período corrobora esses argumentos ao destacar como a esquerda e o movimento sindical ficaram perdidos.

A esquerda não soube o que fazer, a esquerda ficou perdida. Aliás, ainda hoje a esquerda tradicional não sabe como participar de algo que ela não dirija. Ela só consegue participar de algo que ela hegemoniza. Esse é o grande defeito da esquerda tradicional (...) o movimento sindical ficou perdido, completamente perdido. Eu lembro que era uma coisa louca assim de Lula, Dilma, presidente de CUT, todo mundo chamando, eu tinha reunião todo dia com alguma figura que estava tentando entender o que estava acontecendo. Desde o ponto de vista político ao ponto de vista operacional (...) E o movimento sindical, além de ter ficado perdido, quando ele tenta aproximar algumas pessoas, a estrutura burocratizada, a estrutura, ela dificulta demais, ela repele muito. (Ex-secretário de Juventude da CUT-Nacional, 35 anos)

Desta forma, a política no Brasil ficou marcada pelos eventos que tiveram início em Junho de 2013, entre os jovens principalmente. A percepção do dirigente sindical expressa o reconhecimento do interesse pela política por parte dos jovens, no entanto, um tipo de política com a qual eles não têm experiência. Se destaca a importância dada às manifestações de Junho de 2013, pois os entrevistados contam com detalhes sua participação.

Antes de junho o que a gente mais ouvia era 'o jovem não quer sequer discutir política' você passa nos bares as pessoas querem falar de futebol, de qualquer coisa, ninguém queria falar de política, a verdade é que de lá pra cá política é assunto de mesa de bar, e a gente falava isso lá atrás, se o conteúdo está deturpado ou não, aí cabe a nós disputar o conteúdo. Porque se antes você reclamava que a pessoa não tinha o interesse em debater, interesse agora ela tem. (Ex-secretário de Juventude da CUT-Nacional, 35 anos)

Por parte dos jovens entrevistados, a participação nestes eventos revela-se marcante. Uma das entrevistadas contou ter levado um tiro com bala de borracha e ter a marca até hoje, outro descreveu a frase no cartaz que levou em uma das manifestações, outro entrevistado afirmou ter participado de todas as manifestações que ocorreram em Porto Alegre em Junho de 2013. Foi possível observar um orgulho em ter participado desses eventos.

Já participei já. Teve um ano que todo mundo se atracou né. eu não me lembro que ano foi. E eu moro em Alvorada, né? Eu fui pra rua porque eu sou contra a empresa que tem de ônibus ali. A empresa que tem lá é só ela, não tem outra empresa, é só os ônibus deles. E até no ano que eu fui eu fiz um cartaz "Soul não deixa alvorada crescer". Porque eles querem mandar em tudo. é os ônibus que eles querem...é sempre..todo ano é a mesma coisa. Os ônibus tão diminuindo, o valor ta aumentando. E aquele ano eu fui para as manifestações. (Frederico, metalúrgico, sindicalizado, 28 anos)

Destaca-se a significativa participação dos entrevistados em manifestações de rua e sindicais. Entre os telefônicos não sindicalizados três contaram participar das manifestações de Junho de 2013 e um disse nunca ter se envolvido com manifestações ou protestos por considerar perda de tempo. Entre os telefônicos sindicalizados, dois entre os três entrevistados afirmaram ter participado de atos. Um deles contou ter aderido às manifestações de Junho de 2013, outro afirmou nunca ter participado de manifestações ou protestos e o

terceiro contou ter participado de paralisações e dos protestos contra a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista. Este último, disse ter participado dos protestos após entrar para o sindicato, sendo que para ele, foi o contato com os colegas sindicalistas aquilo que o motivou a lutar contra as Reformas.

Em seu livro “A Rebelião do Precariado”, Braga (2017) defende que os movimentos de diversos países do “Sul global” foram protagonizados por trabalhadores precarizados, mesmo que estes não tivessem organizados em coletivos de trabalhadores. Ele segue sua argumentação apontando que a recuperação da atuação e do poder sindical se daria justamente através da integração com os jovens em situação precária de trabalho, que participam das manifestações. Para ele, “será por meio da pressão dos jovens trabalhadores precários que o sindicalismo encontrará recursos para superar a crise”, (BRAGA, 2017, p.22).

Cabe refletir se diante da atuação dos jovens nessas manifestações, caracterizadas pela recusa a institucionalidade, há espaço para diálogo com os sindicatos. Não pretendemos, no escopo dessa dissertação, encontrar de forma definitiva essa resposta. Entretanto, vale ressaltar que para além das manifestações de rua de caráter autônomo e horizontal, também se observa uma participação entre os entrevistados em paralisações e greves organizadas pelos sindicatos. Concluí-se então que as manifestações “tradicionais”, quando voltadas para questões relacionadas às condições de trabalho, têm adesão dos jovens. Observa-se que apesar do destaque recebido pelas manifestações de rua, as greves ligadas ao mundo do trabalho também ocorreram.

(...)comparações internacionais de longo prazo têm revelado que, a partir de meados dos anos 2000, os protestos ligados ao mundo do trabalho aceleraram seu ritmo, reconciliando-se com a onda da segunda metade dos anos 1980 e início dos anos 1990. Os protestos voltaram a acelerar após o início da crise da globalização, alcançando um pico entre os anos 2011 e 2015 (ver NOWAK; GALLAS, 2014) (BRIDI; BRAGA; SANTANA, 2018, p.54)

Entre os metalúrgicos, observa-se pequeno engajamento nas manifestações de Junho de 2013, porém significativa participação em greves e paralisações chamadas pelos sindicatos. Todos os metalúrgicos sindicalizados afirmaram já ter participado de greves e paralisações, e um deles contou ter

participado das manifestações contra o aumento da passagem. Mesmo entre os não filiados, dois relataram ter participado de greves e paralisações. Outros dois afirmaram nunca ter participado, ambos trabalham em uma empresa de pequeno porte e um deles tem o cargo de supervisor.

Assim, na categoria dos metalúrgicos, há uma maior facilidade de agregar os jovens em greves e paralisações, mesmo entre aqueles não filiados aos sindicatos. Tal fato pode estar ligado à uma presença mais forte do sindicato nas empresas e no dia-a-dia dos trabalhadores. Os trabalhadores que afirmaram ter participado das paralisações trabalham em empresas de grande porte, com dezenas de funcionários. Eles relataram que as manifestações ocorrem nas portas das fábricas e contam com a grande maioria dos trabalhadores. As paralisações e greves são vistas pelos entrevistados como legítimas na garantia ou busca de direitos dos trabalhadores, seja em temas de dissídio ou de condições de trabalho.

A participação de apenas um telefônico em manifestações chamadas pelo sindicato, pode estar ligada ao desconhecimento dos trabalhadores com relação ao sindicato, como vimos anteriormente. Além disso, os trabalhadores entrevistados estavam menos tempo atuando como telefônicos, comparativamente aos metalúrgicos e relataram não terem visto ou tomado conhecimento de greves ou paralisações nas empresas enquanto trabalhavam nesses locais.

Em síntese, dos dezesseis entrevistados do Grupo 1, apenas quatro afirmaram nunca ter participado de manifestações ou greves, sendo um telefônico sindicalizado, um telefônico não sindicalizado e dois metalúrgicos não sindicalizados.

Com relação à participação política e social dos jovens é possível estabelecer uma relação positiva entre a atuação sindical e engajamento em outros coletivos políticos. Entre o Grupo 2, dos dirigentes sindicais da CUT, a participação política não se resume exclusivamente aos sindicatos. Todos os entrevistados afirmaram participar de outros coletivos e/ou partidos políticos, algo que indica correlação entre participação sindical e participação em outros grupos, inclusive movimentos sociais e partidos políticos.

Já entre o Grupo 1 – metalúrgicos sindicalizados e não sindicalizados e telefônicos sindicalizados e não sindicalizados – observamos uma ausência de

participação em coletivos, tanto políticos como culturais ou religiosos. Neste grupo, um entrevistado afirmou integrar de um grupo de jovens da Igreja, outro contou ter feito parte do grêmio estudantil na escola e da Juventude do PMDB e outro relatou ter se envolvido no diretório acadêmico da Faculdade. Vale ressaltar que os três são sindicalizados, sendo um deles atuante no sindicato e o outro representante da CIPA. Entre os não sindicalizados, apenas uma entrevistada, afirmou ter participado por um curto período do Grêmio estudantil do colégio.

Sendo assim, temos um contexto de perda de credibilidade e legitimidade nos espaços tradicionais da política. Somado à falta de representatividade e resistência as pautas e formas de atuação da juventude, os jovens passam a buscar lugares alternativos para agir politicamente. Desta forma, os jovens apontam para uma preferência por ações diretas, menos institucionalizadas, hierarquizadas e estruturadas, (CORROCHANO, DOWBOR, JARDIM, 2018, p.51). Entretanto, isto não representou uma ausência completa das manifestações tradicionais ligadas ao mundo do trabalho.

5.3 AS PAUTAS IDENTITÁRIAS NA SECRETARIA DE JUVENTUDE DA CUT

Além das formas de atuação da juventude, as pautas que mobilizam os jovens, e como elas se articulam e impactam no movimento sindical, também são um elemento importante para compreender a relação da juventude com os sindicatos.

No Encontro em Comemoração aos 20 anos de Políticas para a Juventude da CUT, as pautas ligadas a questões identitárias estiveram presentes de forma marcante, tanto nas falas dos dirigentes participantes do evento, como nas dos palestrantes. Da mesma forma, temas ligados à raça, gênero e sexualidade também estiveram nas falas dos dirigentes sindicais entrevistados.

Há dois elementos que nos ajudam a entender a proximidade da juventude sindical com as pautas identitárias, um deles é que esses temas estão tomando força dentro dos movimentos juvenis. O outro é que a proximidade dos

coletivos raciais, LGBT⁴³ e de gênero com a juventude deve-se ao fato deles serem considerados como ‘guetos’, ou seja, são pautas que são lidadas de forma secundária do mesmo modo como as questões da juventude.

Para um dos palestrantes do Encontro, que é um dos líderes do PT, a esquerda tem uma dívida com a pauta identitária, algo que considera que não foi tratado nem nos lugares onde se fez a revolução socialista. Para ele, o capitalismo está ganhando quando se trata de incorporar as subjetividades e é necessário discutir como incluir essa perspectiva dentro da esquerda e dentro dos sindicatos. Citando Angela Davis ⁴⁴, o político aponta que as bandeiras identitárias quando “desligadas” da questão de classe são apropriadas pelo capitalismo.

Além disso, entre as atividades do Encontro houve uma distribuição por Grupos de Trabalho com diferentes temáticas, sendo elas: Cultura e Educação, Questões Urbanas e Rurais e um terceiro GT sobre Gênero, Raça e Sexualidade. Neste último GT surgiram questões relacionadas à discriminação das mulheres, de negros e de pessoas LGBT tanto no trabalho como dentro dos sindicatos. Entre os mediadores estava duas mulheres sindicalistas negras, uma delas lésbica e um homem gay integrante de um movimento de juventude. Entre os problemas relacionados a essas questões apareceram a dupla jornada de trabalho, o assédio sexual e moral e as diferentes condições de trabalho e de oportunidades de trabalho.

No evento, apareceu de forma marcante tanto a crítica à falta da concepção de classe dentro de lutas identitárias, quanto a dificuldade de inserir de forma orgânica as pautas identitárias dentro dos sindicatos. Neste último caso, os jovens apontaram que isso ocorre principalmente por resistência de sindicalistas mais antigos. Os jovens ainda declararam que as tentativas de inserir as pautas identitárias são desqualificadas e vistas, pelos sindicalistas mais antigos, como deslocadas.

Parte dessa dificuldade de inserção das pautas identitárias pode ser compreendida devido à forma de constituição dos sindicatos. Os sindicatos se constituem como uma forma de organização dos trabalhadores na luta por

⁴³ Sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros.

⁴⁴ Angela Davis é uma militante feminista norte-americana que luta pelos direitos das mulheres e combate à discriminação racial. Seu trabalho mais conhecido é o livro “Mulheres, Raça e Classe”.

melhores condições de trabalho. Em uma ótica marxista, havia duas classes antagônicas, os proletários e os capitalistas, sendo que os sindicatos tinham o papel de reunir a classe trabalhadora na defesa de seus interesses e em busca da libertação do proletariado (ANTUNES, 1985). Dessa forma, os sindicatos tiveram como eixo central as políticas de classe, relacionadas à redistribuição de renda (ANTUNES, 1985).

Para Hirata e Kergoat (1994) a primazia da unidade de classe não dava espaço para discussões acerca da heterogeneidade da classe operária o que levava a um falso conhecimento do que é uma classe social. Souza-Lobo (1991) destaca como isso ocorria tanto dentro do movimento sindical, quanto no ambiente político e científico.

Assim, o que se observou foi que essa unidade da classe trabalhadora acabava por ocultar outras opressões que atingiam os indivíduos, como questões ligadas à gênero, raça, sexualidade, isto é, questões ligadas a outras identidades dos indivíduos, não apenas a de trabalhador. Dessa forma, questões identitárias, antes invisibilizadas, aparecem no movimento sindical. O relato da Secretária Adjunta retrata esse processo de mudança de perspectiva dentro dos sindicatos.

são escolas de formações diferentes, tem uma escola de formação lá atrás que priorizava, olhava unicamente para a disputa capital trabalho, e não levava muito em consideração a pluralidade da classe trabalhadora, a classe trabalhadora ela não é homogênea, ela tem suas religiões, suas etnias, suas culturas, tem suas linguagens, né? (Secretária Adjunta de Cultura da CUT, Professora, 31 anos)

Muitas dessas questões já vêm sendo debatidas há décadas dentro do movimento sindical. Em fins da década de 1970, a maior incorporação das mulheres no mercado⁴⁵ de trabalho com mudanças na composição da força de trabalho, o surgimento do novo sindicalismo e os movimentos de mulheres e feministas impulsionaram o debate sobre a mulher, bem como sua atuação dentro do movimento sindical (SOUZA-LOBO, 1991). Tal inserção também revelou o caráter conservador e machista presente nos sindicatos à época, ao

⁴⁵ Vale notar que apesar desse movimento de aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, já haviam mulheres trabalhando, principalmente aquelas de estratos sociais mais baixos.

mesmo tempo que mostrou como algo essencial a “necessidade de integrar as mulheres às lutas sindicais como sendo a única forma possível de resistência” (SOUZA-LOBO, 1991, p.36).

A tentativa de manter um caráter de unidade por parte dos homens nos sindicatos acabava por invisibilizar as pautas das mulheres, mantendo as pautas gerais como apenas aquelas masculinas. Como afirma Souza-Lobo (1991, p.42), “a discriminação sexista desaparece ou permanece oculta num discurso unificador. Todavia, o sindicato é seu ponto de apoio e a imprensa sindical, o meio de tornar públicas suas posições”.

Se as pautas ligadas à gênero começam a ser inseridas nos anos 1970, as questões raciais entram na agenda sindical nos anos 1990 (SILVA, 2009). Silva (2009) revela como a luta contra a discriminação racial se deu de forma atrasada nas centrais sindicais comparativamente à organização de ações e políticas para as mulheres. Para ele, isso está relacionado com a articulação dessas lutas fora do ambiente sindical pois, no Brasil, o movimento feminista se articula anteriormente ao movimento negro. Para Nogueira (1996), o racismo presente na sociedade brasileira era reproduzido dentro dos sindicatos, de forma que independente da tendência na qual o sindicato estava ligado, comunista, trotskista, anarquista, socialista, todas ainda entendiam o trabalhador como homem e branco, (NOGUEIRA, 1996).

Silva (2009), em pesquisa realizada sobre a CUT e a Força Sindical, afirma que inicialmente a questão racial esteve presente mais na retórica e não na prática. Segundo o autor, é no final da década de 1990 que, na CUT, são criadas ações para combater ao racismo, tanto internamente como na sociedade. Já na Força Sindical não existe qualquer comissão ou coletivo para tratar do racismo e poucos são os materiais que tocam no tema. Vale ressaltar que as menções sobre questões raciais aparecem com menor frequência nas entrevistas desta pesquisa, estando na fala de dois dirigentes sindicais, ambos negros, sendo uma mulher e um homem.

A pauta da sexualidade também tem tomado força dentro dos movimentos sindicais. Um exemplo é o Sintratel de São Paulo que, após realizar uma pesquisa com relação à gênero, sexualidade e raça na sua base, passou ajudar na organização da Parada do Orgulho LGBT e a participar em uma das alas da Parada (BRAGA; SANTANA, 2015; NASCIMENTO; CORROCHANO, 2013).

Além disso, “desenvolveu iniciativas junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em conjunto com o Ministério Público do Trabalho, a fim de coibir o assédio sexual nas empresas e combater a discriminação racial” (BRAGA; SANTANA, 2015). A Secretaria Adjunta de Cultura da CUT também traz questões relacionadas ao Movimento LGBT como essenciais para pensar o sindicalismo hoje.

Por exemplo se você vai numa parada gay, a parada gay é um dos movimentos de massa do Brasil, não dá pra negar que a Parada Gay do Rio, São Paulo, Pernambuco, Bahia, enfim, reúnem pelo menos 70 mil pessoas, será que o movimento sindical não poderia de uma forma ou de outra, primeiro provocar essa discussão internamente, claro que aí você tem que ter o protagonismo dos LGBTs nessa discussão, mas deveria estimular essa discussão e de uma forma mais orgânica passar a inserir mais políticas, de repente no que ta acontecendo no trabalho, de toda essa onda de retrocessos que estão acontecendo, elas vão impactar na vida de todo mundo, né? Então eu acho que é um dos caminhos pros sindicatos. (Secretária Adjunta de Cultura da CUT, Professora, 31 anos)

O que há em comum tanto nas questões de gênero, como raciais e LGBTs é o entendimento de que a classe operária é diversa e as formas de opressão e exploração se diferenciam. Assim, esses movimentos buscam desconstruir internamente nos sindicatos a ideia de uma pauta geral que represente apenas os homens, brancos, de meia idade. Com isso, visam acabar com uma unidade que homogeneiza em um único modelo de trabalhador e que exclui outros e outras.

Nas falas das dirigentes sindicais apareceu muito presente a questão da luta contra o machismo dentro do espaço sindical⁴⁶. Todas mencionaram a questão de gênero como algo central e como um dos principais desafios do movimento sindical atualmente.

Logo que eu entrei pro movimento o meu principal foco de militância foi o feminismo, até por que eu acho que a experiência que eu tive tem muito a ver com machismo, assim, violência de gênero. (Secretária de Juventude da CUT-RS, Bancária, 32 anos)

Então um dos maiores desafios que eu vejo é o machismo, é o assédio. Quando uma mulher é assediada não é todas que conseguem levar a

⁴⁶ Nesta pesquisa, o número de mulheres entrevistadas é bem menor do que o de homens, devido a dificuldades encontradas no campo de pesquisa como já foi abordado no capítulo de metodologia. No total de entrevistados, oito são mulheres e, entre essas, seis são dirigentes sindicais da CUT.

frente, dizer 'oh você esta me assediando'. (Secretária de Juventude CUT-RN, Agricultora, 29 anos)

Uma idealização, uma utopia, de que era um lugar livre de machismo, livre de opressões, que a gente sabe que infelizmente não é, que a nossa sociedade tem isso de opressões, e que no nosso sindicato também. É uma luta diária, mas tem também (machismo). Imagina eu, jovem, mulher, negra, e da construção civil... a gente sabe que noventa por cento da categoria é homem. Então imagina uma mulher jovem, dentro de um sindicatos onde toda a direção é homem, onde toda a base praticamente 90% ou até mais é homem, então sempre tem né... a luta pra ser mulher todos os dias, não é diferente no sindicato não, no movimento sindical é do mesmo jeito. (Secretária de Juventude da CUT-PB, Construção civil, 26 anos)

Souza-Lobo (1991) chama a atenção para a intensa participação das mulheres nas greves nos anos 1980, porém ainda não com a mesma intensidade dentro das assembleias ou em 'atividades puramente' sindicais (SOUZA-LOBO, 1991). Se isto era uma questão há quase 40 anos atrás, ainda se mantêm como um grande desafio. Ao mesmo tempo que estão inseridas na construção do sindicalismo na base, ainda é desproporcional a participação de mulheres em instâncias de poder dentro dos sindicatos. Em seu estudo, Leone e Teixeira (2010) observam que mesmo nos tipos de sindicato onde a base é majoritariamente feminina há uma sub-representação das mulheres nos espaços de decisão (LEONE, TEIXEIRA, 2010).

As sindicalistas relatam a dificuldade de acessar os espaços de poder internamente nos sindicatos dos quais fazem parte. Uma das entrevistadas, Secretaria de juventude da CUT-BA traz como exemplo o fato de todos os presidentes da CUT desde sua fundação até hoje serem homens⁴⁷, para ela também é necessário a presença de mulheres nos espaços de poder.

Um dos grandes desafios é a aceitação de mulheres, e de mulheres jovens nesse meio, tanto negra, branca qualquer que seja, mas a dificuldade maior é as mulheres estarem a frente de uma pasta, da juventude, de mulheres, de racismo, em uma presidência. (Secretária de Juventude CUT-RN, Agricultora, 29 anos)

(...) essa chapa está ali há 30 anos e antes não tinha mulheres, quando eu entrei entrou eu e mais uma, também jovem na chapa, na direção, então foi um avanço. A gente está agora no segundo mandato, tem mais duas mulheres, hoje somos quatro mulheres, três jovens, uma em espaço de poder que é bem difícil, que sou eu que é na secretaria geral

⁴⁷ Presidentes da CUT-Nacional: Jair Meneguelli (1983-1994), Vicentinho (1994-2000), João Felício(2000-2003), Luiz Marinho (2003-2005), Artur Henrique (2006-2012), Vagner Freitas (2012-hoje)

(...) é foi um avanço, principalmente que foi só 4 anos de luta, mas dá também foram lutas diárias né? pra se manter na direção porque a gente já pensou em desistir várias vezes por conta do machismo, por conta da dificuldade em si, mas a gente não desistiu e foi outra briga pra montar a chapa, pra incluir mais mulheres e deu certo, sensibilizando. Porque a gente fala briga, mas não é briga mesmonão sabe? é uma questão de sensibilizar os companheiros das lutas das mulheres, da juventude, e a gente vê, encontra parceiros, encontra pessoas que não são bem parceiros, mas acaba que com conversa com diálogo as coisas acontecem. (Secretária de Juventude CUT-PB, Construção Civil, 26 anos)

No nosso caso da categoria, apesar de ser majoritariamente feminina, a maior parte da direção, ou ainda o núcleo duro da direção, que são as secretarias mais fortes em termos de decisão elas ainda são majoritariamente masculinas (Secretária Adjunta de Cultura da CUT, Professora, 31 anos)

A CUT tem adotado políticas de cotas por gênero nos cargos da entidade e tem recomendado essa prática para os sindicatos da sua base. Tais políticas têm surtido efeito para a redução das desigualdades entre homens e mulheres internamente na instituição, (LEONE, TEIXEIRA, 2010). Entretanto, os entrevistados afirmam ainda existir dificuldades em sua implementação nos sindicatos de base e no reconhecimento da legitimidade dos cargos ocupados por mulheres em razão das cotas.

Foi uma das secretarias (de Juventude) que ficou pra nós (corrente na qual participa) nesse acordo e esse congresso foi o primeiro em que era obrigatória a paridade de gênero, aí eu vim parar aqui. Eu tenho quase certeza que se não fosse a paridade de gênero teriam colocado um guri no meu lugar. E as pessoas dizem que eu sou injusta ao dizer isso. Não! Mas eu tenho certeza disso. Tanto que os meninos têm uma certa resistência de trabalhar comigo, os meninos da minha corrente, alguns né? Assim: "Ah, não era tu que era pra estar aí!". (Secretária de Juventude da CUT-RS, Bancária, 32 anos)

Pra nós bancários, nós mulheres somos 48, alguma coisa por cento da categoria.. pra nós a paridade serve, só que mesmo assim a gente não atingiu, a gente não alcança, o debate tá difícil. Na CUT a gente conseguiu evoluir porque na classe trabalhadora ocorre mais ou menos a paridade, se for fazer o recorte de classe, né? Mais ou menos ocorre a paridade. Então a gente conseguiu evoluir nesse debate, os homens não tiveram tantos argumentos contrários, assim. Só que nos ramos está bem difícil! Aí, por exemplo, no caso dos metalúrgicos eles argumentam que é praticamente impossível atingir porque o número de trabalhadoras metalúrgicas é muito menor. Então é um debate que a gente está fazendo nos ramos, né? Mas ainda não está pronto! (Secretária de Juventude da CUT-RS, Bancária, 32 anos)

Porque depois da paridade de gênero na CUT por exemplo melhorou muito a questão do machismo porque as mulheres começaram a ocupar espaços de poder, mas que preze a CUT ter paridade quando você desce pro sindicato de base isso não acontece, o ambiente ele é

muito machista, isso repele muito as mulheres. (Ex-Secretário de Juventude da CUT-Nacional)

É importante ressaltar a busca para que não se focalize apenas como pautas e ações específicas, que tratam apenas das mulheres, entender as mulheres no sindicalismo não com um nicho, mas como uma parte constituinte do sindicalismo. O mesmo raciocínio se repete para pautas relacionadas a questões raciais, LGBTs e dos jovens, como já foi mencionado anteriormente. Como ressalta Souza-Lobo (1991), “As práticas das operárias não são apenas ‘especificidades’ em relação às práticas gerais, masculinas, mas são práticas próprias a uma parte da classe heterogênea, constituída por grupos numerosos e que mantém relacionamentos complexos” (SOUZA-LOBO, p.71, 1991). Nesse sentido, as entrevistadas relatam as dificuldades em abordar, dentro dos sindicatos, temas que façam parte da realidade das mulheres

É uma luta constante, primeiro de abordar certos temas que nós sofremos na categoria, especialmente as mulheres, as mulheres não só jovens mas também as que já estão a mais tempo na carreira, e também aproximar isso, não aproximar isso, mas que seja algo mais natural possível pra que a luta por melhorias por exemplo na convenção coletiva, as bandeiras de luta, as campanhas, elas não podem ser só pontuais e separadas do restante, a intenção, a luta, é que seja mais integrada possível (...) A ideia é aos poucos, por meio de campanhas, por meio do diálogo você integrar as pautas, não é fácil, porque tem divergências de metodologia muitas das vezes que faz esse debate (Secretária Adjunta de Cultura da CUT, Professora, 31 anos)

As dirigentes destacam a importância da representatividade nas entidades para dialogar com as mulheres nas bases dos sindicatos, para trazer as pautas das mulheres e para fazer ações voltadas para essas trabalhadoras.

Hoje a gente consegue fazer, realizar um evento por ano das mulheres, a gente conseguiu realizar material específico pras mulheres né? A gente consegue hoje até na eleição agora a gente conseguiu entrar dentro dos escritórios que é onde tem a maior parte das mulheres pra pegar voto. Uma coisa que não existia, né? E a gente conseguiu se aproximar dessas mulheres através desses eventos e desse material. Hoje elas se sentem mais representadas pelo sindicato, antes elas num tinham qualquer aproximação. Até porque tinha questão do marido, de filhos, se ta num lugar onde só tem homem, dai tem aquele preconceito, mas assim a partir do momento que a gente começou a ter eventos específicos para as mulheres, que a gente conseguiu colocar em horários diferentes porque a gente sabe que as mulheres tem um horário diferenciado, quando a gente conseguiu realizar

material, palestras voltadas pra isso (...)inclusive hoje a gente tem uma parceria com a delegacia da mulher, do estado, onde a gente leva a delegada, promotora do estado, pra dentro do canteiro de obras pra falar sobre a lei maria da penha, pra falar sobre machismo, é uma revolução, foi uma revolução e ta sendo todos os dias. Imagine a gente levar uma delegada pra falar com cem homens, duzentos, trezentos homens pra falar sobre a lei maria da penha, sobre machismo, sobre assédio. Então assim, a gente vê que as mulheres começaram a se sentir mais seguras e começaram a ver que o sindicato também representava elas. (Secretária de Juventude da CUT-PB, Construção Civil, 26 anos)

Para finalizar, mesmo com a criação de secretarias e coletivos de grupos específicos como jovens, mulheres, negros e LGBTs em centrais sindicais e em alguns sindicatos, falta uma compreensão dos diferentes atravessamentos que passam pelos trabalhadores, das sobrepostas formas de opressão. Por isso, o combate interno dessas práticas de opressão ainda está em processo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação buscamos compreender a percepção dos jovens trabalhadores com relação aos sindicatos. Cabe agora, retomar os principais achados da pesquisa.

Entre os objetivos estava mapear a filiação dos jovens nos sindicatos. Os dados quantitativos apontaram que ainda que se observe uma redução da taxa de sindicalização tanto de jovens como de adultos, entre 2003 a 2014, a variação dos jovens foi menor do que a dos adultos. Diminuindo a diferença entre a sindicalização de jovens e adultos. Destaca-se também entre os jovens o aumento relativo de mulheres e de pretos, pardos e indígenas associados à sindicatos. Em 2003, os pretos, pardos e indígenas representavam 37,5% dos jovens trabalhadores filiados, já em 2014 configuravam mais da metade (51,5%) dos sindicalizados. Mesmo a filiação não significando necessariamente ativismo nos sindicatos, os dados acenam para mudanças no perfil dos sindicalizados.

A pesquisa iniciou centrada em como a relação dos jovens com o trabalho influenciava na perspectiva deles sobre os sindicatos. Entretanto, ao longo do campo, a dimensão política também apareceu como um elemento importante para compreender como os jovens percebiam os sindicatos. Dessa forma, a pesquisa ficou centrada em dois eixos, o de elementos relacionados ao trabalho, contemplado no capítulo quatro, e, aqueles ligados aos aspectos políticos, no capítulo cinco. Para melhor entendimento organizamos os achados da pesquisa baseados nesses dois eixos, assim, apresentaremos primeiro as hipóteses e as principais conclusões relacionadas aos aspectos do trabalho, e em seguida, as dimensões políticas.

A primeira hipótese era a de que jovens inseridos em ocupações precárias e de caráter transitório criam vínculos fracos com o trabalho ou com os colegas, o que por sua vez fragiliza a relação com os sindicatos. Ao passo que, aqueles jovens em ocupações mais estruturadas teriam elos mais fortes com colegas e com o trabalho, e assim, maior proximidade com os sindicatos.

Diversos elementos apareceram relacionados a esta hipótese. Com relação as suas carreiras progressas, os metalúrgicos e os telefônicos apresentavam tipos de trajetórias distintas, enquanto os jovens metalúrgicos estavam há mais tempo na categoria e possuíam carreiras profissionais mais

lineares e contínuas, os telefônicos possuíam trajetórias ocupacionais mais fragmentadas, passando por diversos trabalhos em setores ocupacionais distintos, o que dificulta a consolidação de relações com o sindicato. Nesse contexto, os metalúrgicos, por permanecerem mais tempo na mesma ocupação, ainda que mudassem de emprego, acessavam mais informações sobre os sindicatos, mesmo aqueles não sindicalizados. Já os telefônicos não sindicalizados tinham pouquíssimas informações sobre o sindicato. Desta forma, podemos concluir que uma trajetória mais linear e em uma categoria mais estruturada (metalúrgicos) resultou um maior conhecimento sobre os sindicatos, enquanto a trajetória mais fragmentada, sem especialização, em uma categoria relativamente mais precária (telefônicos) refletiram em maior desconhecimento sobre os sindicatos.

Um segundo aspecto a ressaltar, é que a maioria dos entrevistados do Grupo 1 estava afastada do sindicato, mesmo entre os sindicalizados, apenas dois se consideraram atuantes nos sindicatos. Ao mesmo tempo, isso não se traduzia em uma rejeição aos sindicatos, os jovens apresentaram um reconhecimento do papel dos sindicatos. O reconhecimento e as críticas apareceram tanto entre não filiados, como também filiados, inclusive entre aqueles que se declararam atuantes. A rejeição por completo dos sindicatos é exceção, apenas dois metalúrgicos afirmaram não acreditar no papel dos sindicatos.

Com relação aos vínculos com os colegas, os trabalhadores de ambas categorias, tanto sindicalizados como não sindicalizados, mantinham relações pessoais próximas com seus colegas, inclusive fora do ambiente de trabalho. Além disso, os trabalhadores mostraram ser solidários com os colegas de trabalho. Sendo assim, nem a forma de inserção (mais estruturada ou mais precária), nem a filiação ao sindicato apresentou uma correlação com a proximidade entre os colegas de trabalho.

A segunda hipótese relativa a centralidade do trabalho é de que o trabalho abstrato, ou seja, o trabalho entendido de forma geral, como processo de transformação da natureza e de si, pode desempenhar um papel importante para o jovem, entretanto o trabalho concreto, aquele que ele realiza cotidianamente, precário, mal pago e considerado transitório, não é capaz de gerar sentidos para os jovens e portanto, não tem centralidade na suas vidas. Quando o trabalho que

exercem não desempenha um papel central, não faz parte do projeto profissional do jovem, este trabalhador terá uma relação mais fraca, ou nenhuma relação com os sindicatos, dada a sua percepção de transitoriedade em relação a ocupação atual.

O trabalho que os jovens realizam está de acordo com o imaginado, ou seja, sua dimensão abstrata, de valor de troca, é a mais valorizada. Porém, os jovens atribuíram sentidos e significados ao trabalho distintos quando se referiam ao trabalho exercido por eles e ao trabalho projetado e desejado por eles. Quando se tratava do trabalho exercido a dimensão financeira, de necessidade, esteve presente em todas as falas, ou seja, sua dimensão de valor de troca priorizada, o trabalho como meio para satisfazer necessidades (ANTUNES, 2010). Contudo, a maioria dos jovens afirmou ter vontade de buscar outros trabalhos que gostassem da atividade, para além do aspecto financeiro. Logo, os jovens buscam um trabalho (trabalho projetado) que também tenha sentido enquanto trabalho concreto, na sua dimensão de valor de uso.

A grande maioria dos jovens entrevistados do Grupo 1 – metalúrgicos e telefônicos – sindicalizados ou não, buscavam mudança de emprego, dessa forma, podemos considerar que estes trabalhos não faziam parte do projeto profissional futuro dos jovens, o que, em parte, pode explicar o já apontado afastamento dos sindicatos.

Outro achado da pesquisa, porém não relacionado com as hipóteses, apontou que a relação com os sindicatos perpassava o modo como os jovens se relacionavam com a empresa. Isto ocorreu de duas formas, observou-se tanto um temor individual de que o vínculo com o sindicato pudesse resultar em demissão, como, de forma mais elaborada, o receio da atuação sindical trazer prejuízos à empresa podendo levar à demissão de funcionários ou ao seu fechamento. Desta forma, a simpatia pelo sindicato, ou até mesmo a atuação no sindicato têm como o limite o receio de perder o emprego. Vale ressaltar que os trabalhadores de empresas de menor porte tinham maior empatia pela empresa e maior dificuldade de confrontação, o que em parte pode ser explicado pela preocupação de que as demandas e conquistas dos sindicatos inviabilizasse o funcionamento das empresas e, conseqüentemente, gerasse o seu fechamento.

A terceira hipótese surgiu ao longo da pesquisa e se relaciona ao protagonismo juvenil em mobilizações políticas na jornadas 2013 e a emergencia

de múltiplas pautas identitárias. A hipótese construída é de que os jovens são atravessados por múltiplas identidades, dessa forma, questões de gênero, raça e orientação sexual são pautas que ganham importância podendo influenciar de duas formas a relação dos jovens com os sindicatos: primeiro, a experiência de ativismo poderia motivar os jovens e produzir uma aproximação com os sindicatos, segundo, o ativismo identitário concorreria com a militância sindical, gerando um decréscimo na participação nos sindicatos, embora um reconhecimento de sua importância.

Na pesquisa, observou-se que a grande maioria dos jovens do Grupo 1 – metalúrgicos e telefônicos - não atuam em coletivos políticos ou grupo de jovens, já os jovens do Grupo 2 – dirigentes sindicais da CUT – relataram participar de coletivos e partidos políticos. Portanto, observa-se uma correlação entre ativismo fora dos sindicatos e militância sindical. Ao mesmo tempo, a militância dos dirigentes fora do espaço sindical não apareceu relacionada exclusivamente com pautas de caráter identitário, ainda que as questões identitárias apareçam com força entre a juventude internamente nos sindicatos.

Observou-se no Encontro da Juventude da CUT como os temas sobre gênero, raça e sexualidade estiveram presente de forma marcante. Parte da aproximação da juventude com os coletivos de Mulheres, LGBT, Raciais, dentro da CUT e dos sindicatos se explica justamente por estes serem considerados como “guetos” internamente nos sindicatos. Dessa forma, os jovens criticam que as pautas identitárias são ora desqualificadas e vistas como deslocadas e ora são levantadas como especificidades que acabam ficando a cargo apenas desses grupos. Sendo assim, vem da juventude grande parte do esforço em aliar as pautas identitárias às políticas de classe dentro do movimento sindical. Este tema é especialmente importante em um contexto de aumento relativo da sindicalização de mulheres e pretos, pardos e indígenas, entre os jovens.

A participação dos jovens nos sindicatos contempla outra dimensão que é a abertura dos sindicatos para receber os jovens e incorporar as pautas da juventude. Em relação a isso, os dirigentes sindicais da CUT-Nacional apontam a falta de espaço dentro da CUT para a voz dos jovens, eles relataram que a juventude é tratada dentro da CUT e dos sindicatos nos quais atua como um nicho reduzidos apenas às políticas e ações para a juventude. As novas gerações buscam uma inclusão na Central e nos sindicatos que não se resuma

apenas às questões específicas da juventude. Dessa forma, ocorre uma inserção parcial dos jovens, mantendo práticas e valores antigos, já estabelecidos pelos adultos, demonstrando uma dificuldade de aceitação de pautas e reivindicações dos jovens. A juventude reivindica espaços de troca de conhecimento, não apenas de ensino ou de formação para os jovens, argumentando como os jovens trabalhadores também podem trazer contribuições importantes para os sindicatos caso sejam ouvidos.

Com relação à percepção política dos jovens do Grupo 1 – metalúrgicos e telefônicos - apareceu com destaque a descrença na política institucional, corroborando outros estudos sobre a juventude (BRAGA; SANTANA, 2015; CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018; PARTICIPATÓRIO, 2013).

Os jovens se mostraram críticos aos modelos políticos tradicionais e a descrença nos partidos políticos e nas instituições públicas refletiu nas percepções com relação aos sindicatos. A associação do sindicato à política partidária, ou ao que chamam de “politicagem”, é vista negativamente pelos jovens metalúrgicos e telefônicos, sendo considerado como parte dos problemas dos sindicatos.

A descrença na política partidária também tem efeitos na forma de atuação dos jovens. Concluímos que nos anos 2000, quando os sindicatos passaram a atuar de forma mais negocial, legitimando os espaços de diálogo com o governo petista, os movimentos de juventude se destacaram por formas de atuação autônomas e horizontais, privilegiando a ação direta. Assim, a politização dos jovens ocorre prioritariamente de forma não institucionalizada, repensando as formas tradicionais de participação política. As manifestações de Junho de 2013, com ampla participação da juventude, inclusive dos jovens entrevistados, foi marcada pela rejeição aos canais tradicionais de participação, como os partidos políticos e sindicatos.

Os jovens entrevistados participaram das manifestações de rua em Junho de 2013, porém vale destacar que as manifestações “tradicionais”, quando voltadas para questões relacionadas às condições de trabalho, também têm adesão, inclusive de trabalhadores não filiados. Dos nove metalúrgicos entrevistados, sete já haviam participado de greves e paralisações, demonstrando assim que há espaço para manifestações “tradicionais” pontuais mesmo com os jovens que não estão mobilizados nos sindicatos.

Em suma, as hipóteses levantadas foram parcialmente confirmadas. Os telefônicos e metalúrgicos apresentaram menos diferenças, quanto à percepção e vivências com relação aos sindicatos, do que o pensado antes do início da pesquisa. Os jovens estão afastados dos sindicatos, o que não representa uma percepção negativa ou falta de reconhecimento do trabalho dos sindicatos. A rejeição aos sindicatos foi a exceção. Falta o acesso à informações sobre os sindicatos, entre os telefônicos não filiados, o que também se torna mais difícil dada a alta rotatividade dos jovens. As principais críticas dos jovens estão relacionadas à ligação com a político-partidária dos sindicatos, e à uma atuação considerada “exagerada”.

Os jovens também demonstram percepções que valorizam a participação política, porém com preferência pela atuação política não institucionalizada, apesar de alguns participarem de atividades pontuais, como greves e paralisações, para a melhora das condições de trabalho.

Internamente nos sindicatos, os dirigentes jovem reivindicam mais espaço para expor suas perspectivas e agir politicamente. O que demonstra que não basta tratar das especificidades dos jovens, estes têm que estar inseridos, elaborando políticas, construindo conjuntamente o sindicatos, tendo espaço para difundir suas ideias.

Mesmo verificado o afastamento de jovens e as dificuldades enfrentadas por aqueles que estão inseridos no sindicalismo, há espaço para diálogo entre os jovens trabalhadores e o movimento sindical.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações Sobre a Tematização Social da Juventude no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 5 e nº 6, pp. 25-36, 1997.

ABRAMO, Helena Wendel. BRANCO, Paulo. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: Abramo, H.; Branco, P.P.M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas**. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. **Cadernos Adenauer Xvi**. São Paulo, n. 1, p.13-25, 2015. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/16488-1442-5-30.pdf>>

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo editorial, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Trabalho uno ou omni: a dialética entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. **ARGUMENTUM**, Vitória, v. 2, n. 2, p. 09-15, jul./dez. 2010.

ANTUNES, Ricardo. SILVA, Jair. PARA ONDE FORAM OS SINDICATOS? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, Salvador, v..28, n.75, Set./Dez. 2015.

ARAÚJO, Juliana Bacelar de. TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques. **Mercado de Trabalho na América Latina: panorama recente**. Anais do XI Encontro Nacional da ABET set. 2009, na UNICAMP. Campinas: ABET, 2009.

BALTAR, Paulo. Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil, **Texto para Discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), No. 2036. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10419/121610>

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BEZERRA, Heloisa Dias. Et.al. Juventude e política: entre a vontade geral e o abandono do Estado. In: **Juventude do século XXI: dilemas e perspectivas**. Orgs: BEZERRA, Heloisa Dias. OLIVEIRA, Sandra. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013.

BOITO Jr., Armando. A crise do sindicalismo. In: SANTANA, Marco Aurélio e RAMALHO, José Ricardo (orgs.). **Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

BORGES, Angela Maria. Jovens e trabalho: questões a partir da análise dos mercados de trabalho metropolitanos do Brasil. In: **Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo e identidades laborales II**. Edition: 1a, CLACSO, CAICyT, pp.217-247.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. DINÂMICAS DA AÇÃO COLETIVA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. **Caderno CRH**, Salvador, v.28, n.75, Set./Dez. 2015.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRENNER, Ana Karina. Militância de jovens em partidos políticos. In: **Juventude do século XXI: dilemas e perspectivas**. Orgs: BEZERRA, Heloisa Dias. OLIVEIRA, Sandra. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013.

BRIDI, Maria Aparecida; BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. Sociologia do Trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia**. Vol. 06, No. 12, Jan-Abr, 2018.

BURAWOY, Michael. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 29-50, jun. 1985.

CAMARANO, Ana Amélia. **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude as Identidades são Múltiplas. **Movimento: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, n. 1, p. 11-27, maio 2000.

CARRANO, Paulo. JOVENS, ESCOLAS E CIDADES: Desafios à autonomia e à convivência. **Revista Teias** v. 12 • n. 26 • 07-22 • set./dez. 2011

CARDOSO, Adalberto. Dimensões da Crise do sindicalismo brasileiro. **Caderno CRH**, Salvador, v..28, n.75, Set./Dez. 2015

CASTRO, Mary Garcia. **Juventude e Participação: Perfil e Debate**. UNESCO: Brasília, 2006.

CESIT – Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho. **Dossiê Reforma Trabalhista**. Unicamp: Campinas, 2017

CORROCHANO, Maria Carla. ABRAMO, Laís. Juventude, educação e trabalho decente: a construção de uma agenda. **Linhas Críticas**, Universidade de Brasília, vol. 22, núm. 47, enero-abril, 2016.

CORROCHANO, Maria Carla. DOWBOR, Monika. JARDIM, Fabiana. Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes? **Laplage em Revista**. Sorocaba, vol.4, n.1, jan.-abr. 2018.

COURSEIL, Carlos Henrique. FRANCA, Maíra. **Inserção dos Jovens no mercado de trabalho brasileiro**: evolução e desigualdades no período 2006-2013. IPEA: Brasília, 2015

COUTINHO, Maria Chalfin. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 12, n. 2, pp. 189-202, 2009.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ.** [online]. n.24, pp.40-52, 2003.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos. **Rotatividade Setorial: dados e diretrizes para a ação sindical**. São Paulo: DIEESE, 2014

_____. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2015**. Juventude: livro 6. São Paulo: DIEESE, 2015.

DRUCK, Graça ; OLIVEIRA, Luiz P.; SILVA. Selma. A precarização social do trabalho no Brasil: o caso da vulnerabilidade dos jovens e dos sindicatos. In: BRAGA, T.; VIDAL, F. NEVES, L. (Org.) **Trabalho em questão**. Salvador: SEI, 2010.

DUBAR, Claude. **A Crise das Identidades**: A interpretação de uma mutação. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

_____. A Construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de Pesquisa**, v.42 n146, p. 351-367, maio/ago, 2012.

ESTANQUE, Elísio. Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 2005. Disponível em: URL : <http://rccs.revues.org/1023>

ESTANQUE, Elísio. Crise, Estado social e desafios do sindicalismo. Breve reflexão sobre a Europa. **Educar em Revista**. n. 48, p. 23-37. Curitiba: Editora UFPR, abr./jun. 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Densidade sindical e recomposição da classe trabalhadora no Brasil. **FPA Comunica 3**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

GARCIA, Mariana. CALVETE, Cássio. Colômbia, Brasil e Venezuela e os impactos para o mercado de trabalho. **Estudos avançados**. vol.29 no.85 São Paulo Sept./Dec. 2015

GOHN, Maria da Glória. A SOCIEDADE BRASILEIRA EM MOVIMENTO: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, vol. 27, núm. 71., pp. 431-441. Salvador, junho-agosto, 2014.

_____. JOVENS NA POLÍTICA NA ATUALIDADE – uma nova cultura de participação. **Caderno C R H**, v. 31, n. 82, p. 117-133. Salvador, Jan./Abr. 2018

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. In: Ana Amélia Camarano (org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

_____. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira**. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2012.

HERMANN, Nathalie Jonaine. Os jovens brasileiros gostam de brilhar, são individualistas e conservadores: as décadas de 1980 e 1990 e as mudanças nas representações da juventude. **Anais do 3º Seminário Internacional História do Tempo Presente**. Florianópolis: UDESC, 2017.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**. ano 2, n. 1, p. 93-99, São Paulo, 1994.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Trabalho feminino e mudanças nas famílias no Brasil (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero. **GÊNERO**. v.16, n.2, p. 173 – 199. Niterói, 2016.

KREIN, José Dari. **O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90**. Dissertação de Mestrado; Campinas, 2001.

KREIN, José; BIAVASCHI, Magda. Brasil: os movimentos contraditórios da regulação do trabalho dos anos 2000. **Cuadernos del CENDES**, vol. 32, núm. 89, mayo-agosto, pp. 47-82 Universidad Central de Venezuela. Caracas, 2015

KREIN, José Dari. DIAS, Hugo. Os caminhos do sindicalismo nos anos 2000. **REVISTA CIÊNCIAS DO TRABALHO**. São Paulo, ago. 2017.

KREIN; José Dari. SANTOS; Anselmo. MORETTO, Amilton. Trabalho no Brasil: evolução recente e desafios, 01/2013, **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Vol. 34, pp.27-53, Curitiba, PR, BRASIL, 2013.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes; RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (ogs). **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

LEONE, Eugênia. TEIXEIRA, Marilane. O. As mulheres no mercado de trabalho e na organização sindical. **Anais XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, setembro, 2010.

MAIA, Gretha. A JUVENTUDE E OS COLETIVOS: COMO SE ARTICULAM NOVAS FORMAS DE EXPRESSÃO POLÍTICA. **Revista eletrônica de direito**. Santa Maria: UFSM, 2013.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/portal-mte/> . Acesso em: fevereiro, 2017.

NASCIMENTO, Érica. CORROCHANO, Maria Carla. **Jovens, sindicato e trabalho no setor de telemarketing**. Relatório de pesquisa. Instituto Brasileiro de análises Sociais e Econômicas (Ibase), 2007.

NOGUEIRA, João Carlos. Sindicalismo na perspectiva racial. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Estratégias e políticas de combate ao racismo**. São Paulo: Edusp, 1996.

NOVAES, Regina. Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: ABRAMO, H.W.; FREITAS, M.V; SPOSITO, M.P. (orgs.) **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Global Employment Trends for Youth 2017: Paths to a better working future** International Labour Office. Geneva: ILO, 2017

_____. **Panorama Laboral 2012**. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2012.

OLIVEIRA, Tiago. PRONI, Marcelo. UM MERCADO DE TRABALHO HETEROGÊNEO E FLEXÍVEL: UM PROBLEMA PERSISTENTE NO BRASIL. **Revista da ABET**, v. 15, n. 2, Julho a Dezembro, 2016.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1989.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, v. 25, n. 105/106. Lisboa, 1990.

_____. **Ganchos, Tachos e Biscates**. Lisboa: Ed. Âmbar, 2001.

PARTICIPATÓRIO – Observatório Participativo da Juventude. **Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013**. Secretaria Nacional de Juventude, Brasília, 2013.

MARCELINO, Paula. BOITO JR, Armando; O SINDICALISMO DEIXOU A CRISE PARA TRÁS? um novo ciclo de greves na década de 2000. **Caderno CRH**, vol. 23, núm. 59, pp. 323-338. Salvador, maio-agosto, 2010

QUIVY; CAMPENHOUNDT, 1998 QUIVY, Raymond. CAMPENHOUNDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

RODRIGUES, Leôncio. M. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.

RODRIGUES, Iram Jacomé. TRABALHADORES E SINDICALISMO NO BRASIL: para onde foram os sindicatos? **Caderno CRH**, Salvador, v..28, n.75, Set./Dez. 2015.

TOMIKAZI, Kimi. ROMBALDI, Maurício. Construindo a legitimidade: reflexões sobre as transformações das práticas de militância no movimento sindical. **Proposições**. v. 20, n. 2 (59), p. 93-112, Campinas maio/ago. 2009.

SANTOS, Anselmo. GIMENEZ, Denis. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, vol. 29, n.85. São Paulo Set./Dec., 2015.

SANTANA, Marco Aurélio. PARA ONDE FORAM OS SINDICATOS? 2015. **Caderno CRH**. v..28, n.75. Salvador, Set./Dez. 2015

SILVA, Jair Batista. Ação sindical e racismo: as centrais sindicais e a discriminação racial no Brasil. **Anais XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**. Rio de Janeiro, julho, 2009

SILVA, Pedro Henrique de Alcântara. KREIN, José Dari. Comportamento da taxa de sindicalização nos governos do PT (2003-2013). **Anais XIV Encontro Nacional da ABET**: Campinas, 2015.

SINGER, André. A juventude como coorte: uma geração em tempeose de crise social. In: **Retratos da juventude brasileira**: Análises de uma pesquisa nacional. ABRAMO, Helena Wendel et. al.. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

SOUSA, Janice Tirelli. Os jovens, as políticas sociais e a formação educativa. **Revista de Ciências Humanas**. n.26, p. 51-79. Florianópolis, Ed. UFSC, out., 1999.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991

SPOSITO, Marília Pontes. TARÁBOLA, Felipe. Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil. *Rev. Bras. Educ.* [online]. vol.22, n.71. Epub Oct 09, 2017.

TOLFO, Suzana R.; PICCINI, Valmíria. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia e Sociologia**; 19, Edição Especial 1:38-46; 2007.

TOLFO, Suzana Rosana. COUTINHO, M. C., BAASCH, D. & CUGNIER, J. S. Sentidos y significados del trabajo: un análisis con base en diferentes perspectivas teóricas y epistemológicas en Psicología. **Universitas Psicológica**. N.10. Colômbia, 2010.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Sindicalismo e Terceirização no Brasil: pontos para reflexão. **Caderno CRH**, Salvador, v..28, n.75, Set./Dez. 2015.

WEISHEIMER, Nelson. Marialice Foracchi e a Formação da Sociologia da Juventude no Brasil. **Anais do 39o Encontro Anual da ANPOCS**, 2015.

APÊNDICE

APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. O Significado do trabalho em suas vidas: o sentido do trabalho/centralidade do trabalho e projeto profissional

sua trajetória profissional como você chegou nesse emprego, por quais trabalhos você passou anteriormente e como eles eram.

queria que você me contasse como é o seu trabalho e a sua relação com os colegas de trabalho.

quais eram as tuas expectativas com relação ao teu atual emprego?

como é sua relação com a empresa?

em qual emprego você se imagina no futuro.

o que é o trabalho para você/ na sua vida.

Perguntas auxiliares, caso seja necessário: Quando e como começou a trabalhar? O que você faz no seu trabalho? Como você imagina o seu futuro profissional? Você acha que a experiência deste trabalho fará diferença para empregos futuros? Como você chegou até aqui?

2. Como percebem os sindicatos

Me diga o que vem a sua cabeça quando se fala em sindicatos. Agora, vou focar em questões sobre a sua relação com os sindicatos. / Queria saber se você já teve contato com sindicatos, como foram essas experiências. Além disso, quais você considera que são as funções e responsabilidades dos sindicatos, pensando não apenas o sindicato que o representa, mas os sindicatos de forma geral. Você pode comentar também como você acha que um sindicato funciona, ou como deveria funcionar.

Perguntas auxiliares, caso seja necessário: Você acha que os sindicatos mudaram nos últimos tempos? Como era antes e como é agora? como você acha que a relação dos sindicatos com as empresas? O que você já viu os sindicatos fazendo? Como você acha que os sindicatos agem? De que forma os sindicatos auxiliam os trabalhadores? Você acha que os sindicatos trazem problemas? Quais? Como você acha que é a relação dos sindicatos com as empresas?

3. Apenas para sindicalizados: Queria saber como que você entrou para o sindicato e o que você esperava com a sindicalização. Além disso gostaria que você me contasse a sua experiência participando de sindicato e como é a sua relação com os sindicalistas mais antigos.

Você percebe diferenças na sua relação com os colegas/empresa antes e depois de se sindicalizar? O que você aprendeu com a sindicalização?

4. Participação

Agora vamos falar um pouco sobre outras formas de participação .

Queria você me contasse se você já teve contato com partidos ou coletivos políticos, gremios estudantis, movimentos sociais, associações de bairro ou grupos de jovens e de que forma isso ocorreu. / Além disso, queria saber se você já participou de protestos ou manifestações, se sim por quais causas eram e como foi essa experiência.

5. Múltiplas identidades juvenis

Me conta um pouco da tua rotina quando não está no trabalho. o que você faz no seu tempo livre, fora do ambiente de trabalho?

Você encontra seus colegas de trabalho fora do espaço de trabalho? E aos finais de semana?

Fechamento I - obrigada pelo teu tempo e gostaria de saber se vc gostaria de acrescentar mais alguma coisa.

Para finalizar gostaria de ter alguns dados pessoais seus para compor um perfil geral dos entrevistados, mas como te falei no início, nenhum dado seu será divulgado.

6. Questionário

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Gênero:

Raça:

Estado Civil:

Filhos:

Com quem mora:

Renda familiar:

Trabalho dos pais:

Empresa:

Fechamento II - agradecimento

